

o mundo crítico

Revista de
Desenvolvimento
e Cooperação

n.6
Out 2021



Espaço Cívico:
expressões de
liberdade e
criatividade

] mundo [crítico [

Revista de
Desenvolvimento
e Cooperação

Editorial

O espaço cívico é um dos pilares centrais das democracias. O nível de liberdade com que as cidadãs e cidadãos se organizam, participam e intervêm numa sociedade é um dos principais indicadores da qualidade do espaço cívico e da democracia. Nos últimos anos, temos assistido a um afinilamento progressivo do espaço cívico, à escala global. De forma explícita, criminalizando a actuação de ONG ou perseguindo activistas, diminuindo os canais de diálogo com estruturas estatais ou minando a confiança pública das ONG, ou mesmo adoptando medidas mais subtis como as restrições de financiamento. A pandemia veio agravar essa tendência e, em muitos pontos do globo, sob o pretexto da necessidade de proteger a saúde pública, o espaço cívico tem sofrido um revés.

Perante estes indicadores, esta edição da Mundo Crítico procura reunir reflexões sobre os desafios das diferentes esferas do espaço cívico, explorando as suas múltiplas dimensões e a forma como as ONG e outros grupos procuram ultrapassar obstáculos e ampliar o seu raio de actuação. A edição começa com uma conversa entre o professor de direitos humanos Antoine Buyse e a activista moçambicana Zenaida Machado sobre os desafios e potencialidades do espaço cívico.

A editoria *saber e circunstâncias* abre com uma reflexão de Marianna Belalba Barreto, da aliança de sociedade civil CIVICUS, sobre o grau de abertura do espaço cívico, seguido de um balanço da experiência das Primaveras Árabes, a partir do olhar de quem viveu a Praça Tahrir, no Egipto há já 10 anos; e do contributo da Mosaiko para a construção do espaço cívico em Angola, da autoria de Mário Rui Marçal. Segue-se outra visão de Angola, desta vez sobre a liberdade de imprensa, do jornalista Domingos da Cruz, e um olhar sobre as novas expressões de cidadania na Praia e em Bissau, de Miguel de Barros e Redy Wilson. Para fechar o dossiê, o jornalista João Pedro Pereira alerta para os “novos ditadores” da tecnologia e, por fim, Paulo Illes e Patricia Gainza falam da experiência do Fórum Social Mundial para as Migrações.

No *modos de ver* somos conduzidos por Mohamed Keita até ao Mali, onde em conjunto com um grupo de jovens, tem fotografado o quotidiano como ponto de partida para a educação e crescimento cultural. Seguem-se *narrativas* contadas por Livia Apa, sobre um grupo de teatro de mulheres nigerianos em Roma, e Paulo Daio sobre a experiência da Escola Kwame Sousa, em S. Tomé e Príncipe.

Nas *inovações*, o escritor Ondjaki dá a conhecer iniciativas de promoção da leitura em Luanda e Eddie Avila um projecto sobre a necessidade de reenquadrar as histórias. O ilustrador José Smith Vargas ocupa as páginas dos *ecos gráficos* desta edição que termina, como sempre, com o escaparate, que sugere outras leituras.

Índice

6 / Autores

Conversas imperfeitas

14 / Espaço cívico: perante a ameaça de fechamento, a esperança da resistência
Antoine Buyse e Zenaida Machado

Saber e circunstâncias

34 / Covid-19: uma cortina de fumo para as restrições ao espaço cívico
Marianna Belalba Barreto

43 / A Primavera Árabe - O Egipto, dez anos depois
Isis Salama

58 / A contribuição do Mosaiko para a construção do espaço cívico em Angola
Frei Mário Rui Marçal

69 / Angola: liberdade de imprensa e vazio infoético
Domingos da Cruz

82 / RAPensando novos mapeamentos culturais e territórios de emancipação cívica na Guiné-Bissau e em Cabo Verde
Miguel de Barros e Redy Wilson Lima

102 / Se o pior estiver para vir, estamos preparados?
João Pedro Pereira

113 / O Fórum Social Europeu das Migrações: O direito de migrar e migrar com direitos
Paulo Illes e Patricia Gainza

Modos de ver

136 / Espaço Kene
Mohamed Keita

Narrativas

148 / Provas de cidadania
Livia Apa

154 / Porque os artistas sonham, mas também criam projetos
Paulo Daio

Inovações

162 / Espaços físicos numa realidade (quase) transparente
Ondjaki

168 / Reframed stories: porque reenquadrar as histórias é importante – e urgente
Eddie Avila

Ecos gráficos

174 / Reabilitação Urbana
José Smith Vargas

Escaparate

180 / *O Tempo da Revolta*
Ana Luísa Silva

183 / *África em transformação, desenvolvimento económico na era da dúvida*
Carlos Sangreman

186 / *Abre a janela.*
Pedro Moura

188 / Conselho Editorial

189 / Conselho Consultivo

Autores

Conversas imperfeitas



ANTOINE BUYSE

Professor de Direitos Humanos e director do Instituto de Direitos Humanos dos Países Baixos, na Universidade de Utrecht. É editor-chefe da publicação holandesa *Netherlands Quarterly of Human Rights*. É também membro do Conselho de Especialistas em Legislação das ONGs do Conselho da Europa. A sua investigação está centrada nos direitos humanos europeus e na posição da sociedade civil e do espaço cívico.



ZENAI DA MACHADO

Investigadora sénior da Divisão de África da Human Rights Watch, cobrindo Angola e Moçambique. Trabalhou como jornalista na BBC World Service, onde produziu programas de rádio e televisão como Focus on Africa e Network Africa. Tem duas décadas de experiência como jornalista multimédia, analista política e pesquisadora cobrindo países africanos. Machado tem um mestrado em Media e Desenvolvimento pela Universidade de Westminster em Londres.

MARIANNA BELALBA
BARRETO

Marianna Belalba Barreto é responsável do Civic Space Cluster da Civicus, e que coordena o CIVICUS Monitor. É mestre em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela Universidade de Notre Dame e licenciada em Direito pela Universidad Católica Andres Bello em Caracas, Venezuela.



ISIS SALAMA

Social-democrata e ex-activista dos direitos humanos. (pseudónimo)



MÁRIO RUI MARÇAL

É filósofo, economista e docente da Universidade Católica de Angola. É director administrativo da ONG Mosaiko (1997), da qual tem sido porta-voz e um dos fomentadores da construção de uma cultura de cidadania e direitos humanos em Angola. Em 2018, foi facilitador do primeiro módulo de Lógica Discursiva no curso de Lógica Discursiva e Técnicas Argumentativas, promovido pelo Centro de Ajuda Académica em Luanda.



DOMINGOS DA CRUZ

Investigador na Universidade de Concórdia (Canadá); Universidade de Zaragoza (Espanha); e Universidade de Joanesburgo. Mestre em Ciências Jurídicas pela U. F. da Paraíba e graduado em Filosofia e Pedagogia pelo Instituto Dom Bosco, Angola. Jornalista e Professor, venceu o Prémio de Direitos Humanos Ricardo de Melo. Publicou dez livros e duas centenas de artigos. É coordenador do Observatório da Imprensa de Angola.



MIGUEL DE BARROS

Sociólogo, editor e investigador guineense. É co-fundador do Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral (CESAC) e membro do Conselho de Pesquisa para as Ciências Sociais em África (CO-DESRIA). Desde 2012, é director executivo da ONG guineense Tiniguenta – Esta Terra é Nossa!, uma das mais antigas e importantes do país. Recentemente foi distinguido com o prémio pan-africano humanitário em “Leadership in Research & social impact”.



REDY WILSON LIMA

É formado em Sociologia e doutorado em Estudos Urbanos. É investigador não-doutorado no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. É ainda professor assistente convidado no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais. Desenvolve pesquisas etnográficas no contexto cabo-verdiano nos campos da sociologia urbana, sociologia da violência e do crime, sociologia da juventude e movimentos sociais.

Modos de ver



JOÃO PEDRO PEREIRA

João Pedro Pereira é desde 2007 jornalista no Público, onde coordena actualmente os projectos de inovação editorial. Escreveu para a BBC entre 2014 e 2015. É autor do livro *Visionários*, sobre as personalidades que marcaram o mundo das tecnologias de informação. Vive em Lisboa.



PAULO ILLES

Filósofo, diretor-executivo da Rede Sem Fronteiras e representante externo da Organização para Uma Cidadania Universal, é ainda membro do Conselho da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Foi Coordenador de Políticas para Migrantes em São Paulo e fundador do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC). Em 2008, recebeu o Prémio Jaime Wright de Promotores da Paz e dos Direitos Humanos.



PATRICIA GAINZA

Nasceu em Montevideo, em 1974. Mestre em Sociologia com especialização em Integração, Mercosul e Desenvolvimento, exclusão social e redução da pobreza. Actualmente é diretora da Divisão de Direitos Humanos da Direção Nacional de Promoção Sociocultural, Ministério do Desenvolvimento Social (MIDES), em Montevideo, no Uruguai.



MOHAMED KEITA

Nasceu na Costa de Marfim, em 1993. Por causa da guerra civil, deixou o seu país aos 14 anos, e mudou-se para Itália em 2010. Fez formação fotográfica em Roma. Expôs em Itália e no estrangeiro (Londres, Edimburgo, Nova Iorque, Cracóvia), tendo ganho vários prémios. Desde 2017, coordena o projecto KENE no Mali, que apoia crianças e jovens na iniciação à fotografia.



LIVIA APA

Nasceu em Nápoles. É investigadora, com trabalho na área dos estudos culturais dos países de língua oficial portuguesa. É também tradutora, tendo publicado em italiano, entre outros, Mia Couto, Ondjaki, Ruy Duarte de Carvalho, Mário Cesariny, Ana Luísa Amaral, Ana Paula Tavares. Faz parte da direcção do Archivio Memorie Migranti de Roma. Colabora com a revista *Gli Asini* de Roma.



PAULO DAIO

Nasceu em Angola, em 1972, tendo-se formado em arquitectura pela Universidade Técnica de Lisboa, em 1988. Em 2002, estabelece-se em São Tomé, com o seu próprio gabinete de arquitectura, onde desde então trabalha com vários parceiros e está envolvido em diversos projectos. Desde sempre se interessou pelo desenvolvimento e pelas questões socioeconómicas do país, com especial atenção para a cultura e as artes.



ONDJAKI

Nasceu em Luanda, em 1977. É licenciado em Sociologia pelo ISCTE e doutorado em Estudos Africanos (L'Orientale, Napoli/Itália). Prosador e poeta, também escreve para cinema, e é ocasionalmente professor de escrita criativa. É membro da União dos Escritores Angolanos. Recebeu vários prémios, como o prémio José Saramago (PT 2013), e o prémio *Littérature-Monde* (FR, 2016) com o livro *Os Transparentes*.



EDDIE AVILA

É director da *Rising Voices*, uma iniciativa de inclusão digital da *Global Voices*, que apoia redes comunitárias sub-representadas que pretendem utilizar a Internet e os media digitais para melhorar a sua representação e participação online e as suas formas de expressão como contadores das suas próprias histórias, com especial enfoque nas comunidades indígenas e de línguas minoritárias.

Narrativas

Inovações

Ecós gráficosEscaparate

JOSÉ SMITH VARGAS

Lisboa, 1981. Licenciado em pintura pela ESAD Caldas da Rainha. É ilustrador, vocalista e actor. Trabalha com vários colectivos, entre os quais: Associação Terapêutica do Ruído, Jornal Mapa, Chili Com Carne e Confraria Alegre de Gestão Autónoma.



ANA LUÍSA SILVA

Trabalhou como gestora de projetos de saúde comunitária na Nigéria, em Moçambique e Madagáscar. Neste momento, trabalha com startups em inovação ambiental. Tem mestrado em Estudos do Desenvolvimento pela London School of Economics e é doutoranda na mesma área na Universidade de Lisboa. O seu interesse de investigação é a inovação na cooperação para o desenvolvimento, em particular no setor da saúde.



CARLOS SANGREMAN

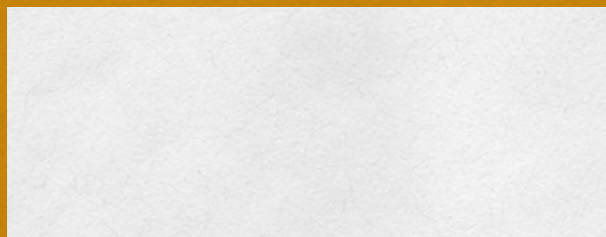
Licenciado em Economia no ISEG e doutorado em Estudos Africanos no ISCTE. Professor aposentado na Universidade de Aveiro e investigador e dirigente do CEsA. Tem desenvolvido consultoria internacional nos PALOP e Timor-Leste. Foi assessor para a cooperação do MTSSS (1998/03) e do Fórum do SENEC (1998/03; 2008/12). É autor de artigos e livros sobre as temáticas do desenvolvimento.



PEDRO MOURA

É crítico e investigador de banda desenhada, escrevendo sobretudo nos blogues www.lerbd.blogspot.com e www.yellowfastandcrumble.wordpress.com. O seu primeiro livro de banda desenhada, Os Regressos, em co-autoria e desenhos de Marta Teives, foi publicado recentemente pela Polvo.

Conversas
Imperfeitas



Espaço cívico: perante a ameaça de fechamento, a esperança da resistência



ANTOINE BUYSE



ZENAIDA MACHADO

Da teoria à prática, nesta conversa que junta duas experiências distintas, fala-se das grandes ameaças ao espaço cívico a nível mundial, com enfoque na experiência de Moçambique. O ambiente favorável à actuação cívica está a deteriorar-se e sofreu um agravamento considerável com a pandemia. Porém, as pessoas demonstram ser muito criativas e encontraram formas de fazer ouvir as suas vozes, mesmo nas situações mais adversas.

ANTOINE
BUYSE
(A.B.)

— Olá, Zenaida. Sou professor de direitos humanos na Universidade de Utrecht, nos Países Baixos, onde também está sediado o Instituto de Direitos Humanos dos Países Baixos, do qual sou director. Faço muita investigação sobre direitos humanos, sociedade civil e espaço cívico. E também foi assim que me envolvi neste tema [espaço cívico], porque comecei a analisar muito os estados pós-conflito, e as transições para a democracia e estados mais pacíficos. Depois comecei a reparar, há alguns anos, que muitos desses países não estão a avançar, mas sim a estagnar ou a regredir para vias menos democráticas. E que muitos destes exemplos e tácticas que esses países utilizam são também copiados por outros países, até os países que são normalmente encarados como bastante democráticos. E foi assim que me interessei por toda a situação do espaço cívico.

ZENAIDA
MACHADO
(Z.M.)

— Sou de Moçambique. Não sou académica. Nunca frequentei a escola nem estudei direitos humanos. Estudei jornalismo e línguas. Sou jornalista, na verdade decidi fazer uma pausa no jornalismo e aderir aos direitos humanos. Porque, quando estava na redacção, conseguia ver a situação em Moçambique. E senti que essa situação estava a receber muito pouca atenção. Da perspectiva da redacção, por mais que tentasse incluir os assuntos de Moçambique na agenda, ainda temos dificuldades em conseguir que as fontes falem sobre alguns dos assuntos moçambicanos. E senti que havia uma necessidade, fora da redacção, de pessoas que quisessem ser a notícia, que fizessem as notícias, e que obrigassem os jornalistas a dar mais cobertura aos desenvolvimentos em Moçambique. Se encontrar os meus antigos colegas de redacção, vão contar-lhe que naquela altura, já falávamos das coisas que estão a acontecer agora. Depois

decidi juntar-me à Human Rights Watch, na qualidade de investigadora para Moçambique e Angola. E é isso que tenho vindo a fazer nos últimos cinco a seis anos. Portanto, vou para o terreno, falo com as vítimas, e tento contar as suas histórias ao resto do mundo. Faço o meu melhor, que pode não ser perfeito. Mas tento. E, é claro, a maior parte do meu trabalho é incentivar os jornalistas a fazer a cobertura destes acontecimentos e a garantir que Moçambique se mantém na agenda da comunidade internacional, das grandes organizações como a ONU, a União Europeia e outras e, se conseguirmos, criar soluções o mais rapidamente possível para resolver não só as questões da crise humanitária, mas também o problema do país no que se refere aos direitos humanos. E, claro, quando debatemos os direitos humanos, também falamos sobre o espaço cívico.

A.B.

— Com o seu antigo emprego, já fazia parte da sociedade civil de muitas outras formas, mas agora ainda faz mais, com o seu trabalho actual.

Z.M.

— Sim, é verdade. E sentimos mesmo as consequências de ter um governo que está a implementar medidas que limitam ou tentam limitar o espaço civil. Embora eu considere que a sociedade civil em Moçambique é bastante ousada. Porque, se olharmos para as medidas que têm sido tomadas nos últimos dois anos para controlar o que a sociedade civil faz, há um grande contraste com o que estamos a observar na sociedade civil, parece que as pessoas não se sentem intimidadas. Embora haja sempre alguém que possa ter sido atacado. Uma ou duas pessoas podem ter medo de falar. Na verdade, sinto um grande orgulho por ver tantas jovens a falar na televisão nos dias de hoje. Sinto-me muito motivada ao ver a grande diversidade de opiniões críticas que surgem nos meios de comunicação social e na imprensa nos dias de hoje. E sinto admiração porque, apesar de todas

essas pressões, por vezes até dos nossos familiares mais próximos, em como não devemos dizer estas coisas... "Oh, não devias falar assim, não se deve criticar o governo". As pessoas fazem-no na mesma. E não têm medo. Concretamente com a situação actual em Cabo Delgado, a intimidação vem do próprio Presidente. Sempre que o presidente fala sobre Cabo Delgado, do envolvimento da sociedade civil, e depois sobre a imprensa, o discurso tem algum tipo de ameaça, algum tipo de aviso de que não nos devemos envolver, não devemos fazer parte do processo de criação de instabilidade no país. E o que realmente me intriga é a forma como os poucos membros da sociedade civil, especialmente jovens activistas, são tão rápidos na resposta ao presidente, sem qualquer medo, no Twitter, no Facebook ou nos meios de comunicação tradicionais, e insurgem-se para explicar ao presidente porque é que ele não pode controlar o que eles querem dizer. E isso é fantástico. São coisas que não me parece que fosse possível ver há 10 anos atrás.

A.B.

— Penso que tocou num aspecto muito importante daquilo que são os espaços cívicos. Trata-se de dar voz a todos, e a sua voz já se fez ouvir nos meios de comunicação social e, agora a trabalhar na sociedade civil, descreve como tenta dar voz aos outros. E os últimos exemplos que deu têm muito a ver com essa tentativa de levar os outros a atreverem-se a falar. E penso que isso está no cerne daquilo que é o espaço cívico, e é por isso que é importante que seja feito o debate, que haja informação, que haja um diálogo vivo, e pessoas a falarem umas com as outras além daquilo que é organizado pelo estado, além do mundo empresarial e além do que as pessoas fazem nos seus pequenos círculos familiares. Por isso, penso que este encontro entre pessoas a falar umas com as outras, mas também a organização de movimentos juvenis, por exemplo, ou manifestações nas ruas, mas também simplesmente falar e ser uma voz na comunicação social, tudo isto é espaço cívico. E, para mim, é realmente bastante animador ouvir que, mesmo com o governo a aplicar algumas restrições, as coisas que referiu sobre Moçambique demonstram que a sociedade civil não é

apenas uma vítima-alvo, mas que as pessoas também têm a iniciativa de manter o seu espaço e defendê-lo para continuarem a falar, continuarem sempre a falar. E penso que isto é muito importante. Portanto, trata-se de um exemplo interessante de ver, e reflecte muito do que se está a passar noutros países. Sim, é verdade.

Z.M.

— Penso que o que é realmente extraordinário no caso de Moçambique é que, apesar de termos visto alguns dos nossos líderes da sociedade civil a serem atacados por se manifestarem, ou alegadamente por se manifestarem. E, quando digo serem atacados, quero dizer que são raptados e depois fortemente espancados por homens desconhecidos e, nalguns casos, mortos por pessoas que desaparecem subitamente, e as forças de segurança não têm forma de investigar quem essas pessoas são, quem os enviou, nem por que motivo cometeram esses crimes. Apesar de tudo, e apesar da impunidade em tudo isto. É que essas pessoas parecem gozar de uma espécie de impunidade, ninguém lhes pode tocar, podem fazê-lo sempre que quiserem. Parece que o principal objectivo é aterrorizar as pessoas. Para que nos comecemos a censurar a nós mesmos, por termos tanto medo daquele fantasma que pode aparecer do nada, de qualquer forma, e matar-nos quando vamos às compras ou buscar os nossos filhos à escola, e optemos por nos render e não dizer nada que possa ofender alguém, apesar de todo esse ambiente. E penso que vale a pena sublinhar que este ambiente de medo de dizer coisas que não são adequadas, de não fazer perguntas, é algo que sentimos constantemente. Eu sinto isto até com familiares próximos, as pessoas dizem-nos que, se dissermos estas coisas na televisão, vão fazer-nos mal. Porém, apesar de tudo isto, as pessoas ainda desafiam o sistema. É como os cogumelos, continuam sempre a crescer. E o engraçado é que está a crescer numa comunidade, ou numa parte da sociedade, que é sempre encarada como o elo mais fraco, as mulheres. Nesta sociedade, sempre encarámos as mulheres como muito obedientes. Apenas falam para pedir autorização, como se não tivessem opinião, especialmente nas

questões políticas. As mulheres não falam sobre política: falam sobre cremes para o rosto e crianças. Mas as mulheres, especialmente as jovens, estão a intervir e a falar, e quando falamos com elas e perguntamos "Não tem medo?" Dizem "Sim, tenho. Mas não posso parar de falar". E essa é a parte extraordinária. A forma como as coisas estão a avançar em Moçambique, apesar do grande esforço feito tanto pelo governo como por intervenientes não governamentais, ou pelos tais fantasmas, como eu lhes chamo, por ninguém saber quem são, apenas sabemos que são um sinal de que a sociedade ainda está a resistir. Parece-me que ainda não está totalmente intimidada, ao ponto de dizermos "Ok, vou ficar em casa e não vou fazer nada". Não estou a dizer que aqueles que o fazem são cobardes. Claro que há quem lhes possa chamar cobardes, mas eu acho que talvez algumas pessoas estejam mais assustadas do que outras.

A.B.

— Penso que aquilo que descreveu se reflecte em muitos países: estas tácticas de medo, e aquilo a que chama de "fantasma", que age realmente de forma que nunca saibamos de onde vem a ameaça, é uma táctica muito utilizada. Muitas vezes vemos que a sociedade civil, as organizações e os movimentos sociais e os activistas individuais não são apenas presos pela polícia, na verdade são ameaçados por um homem desconhecido ou subitamente aparece um graffiti na sua casa, ou recebem ameaças aos membros da sua família. E é claro que esta ameaça que paira sobre estas pessoas tem por objectivo silenciá-las. E está directamente relacionada com os direitos humanos, os governos e os próprios estados não deveriam interferir com a liberdade de expressão e a livre associação. Naturalmente, também devem proteger os cidadãos uns dos outros em sociedade, quer se trate de um grupo armado ou de activistas vigilantes ou trolls online que simplesmente atacam os defensores dos direitos humanos online, o governo também deve agir nestes casos porque também têm a ver com direitos humanos e há uma obrigação de proteger as pessoas. Muitas vezes, há uma tendência para se fazer isso e, como

disse, isto dá origem à impunidade, que é mantida de propósito para silenciar as pessoas e assustá-las, e trata-se de uma autocensura já bastante disseminada. E isto está relacionado com outro aspecto, que é a forma como as pessoas falam sobre a sociedade civil. Basicamente, o discurso sobre a sociedade civil e a forma como esta é encarada pela sociedade de um modo geral, o que os defensores dos direitos humanos fazem, o que as mulheres activistas fazem, se é algo positivo ou se apenas tentam criar problemas e, por vezes, aumentar as tensões quando já estamos em crise. Porque é que dificultam ainda mais as coisas? Como no exemplo que referiu, e isto faz-me sempre pensar num activista dos direitos civis nos Estados Unidos que disse aos jovens, quando já era muito velho, que deviam "criar bons problemas, na verdade é bom criar problemas". Por isso, sejam bons jovens problemáticos". E não considero que seja negativo falar sobre um problema ou dizer que há algo de errado, que um funcionário do governo é corrupto ou que uma situação é insegura, ou que há injustiça ou desigualdade entre homens e mulheres, é bom que se diga isto. E é claro que isto não é muito bem aceite. O que acontece é que vemos os Estados, directamente através dos chefes de estado e ministros dos governos ou através dos meios de comunicação social, isto é, os que estão associados aos estados directamente ou através dos seus amigos empresários, a retractar a sociedade civil de forma muito negativa. Podem chamar-lhes qualquer coisa, incluindo traidores, porque são depois retractados como estando sob controlo estrangeiro. E estão a atacar as pessoas num determinado estado por serem críticos, ou são considerados extremistas ou até terroristas. Portanto, para os meios de comunicação ou para os governos, é muito fácil rotular a sociedade civil de forma bastante negativa. E é por isso que aquilo que disse é tão importante, que as pessoas tenham a coragem necessária. E nem sempre isso acontece, mas tentam falar e mostrar a outra história... Tudo tem a ver com histórias, nesse sentido de que precisamos de ter uma contra-história para as histórias negativas sobre o que a sociedade civil faz e o que os activistas dos direitos humanos fazem.

Z.M.

— Estou a pensar em algo que disse sobre as obrigações do governo em matéria de direitos humanos. E é engraçado que, em muitos casos, a justificação do governo para não fazer nada para proteger este ambiente cívico das ameaças e do medo é que o responsável pelo ataque não é o governo. Com efeito, e vou citar membros do governo, dizem coisas como "nós nem sequer sabemos quem são essas pessoas". Até o porta-voz da polícia adoptou estas palavras, estas expressões como "indivíduos desconhecidos", referindo-se aos atacantes de políticos, activistas e jornalistas, como se estivessem a transferir a culpa para esse "indivíduo desconhecido". Por outras palavras, o que estão a tentar sugerir é que somos todos impotentes. Não podemos fazer nada em relação a essas pessoas. Não é o estado que está a atacar. E o que acho espantoso é que parece que, tanto da parte do governo como do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, há um certo tipo de condescendência que esquece que existem outras obrigações, ou seja, a obrigação do estado não é cumprida. O que a Constituição diz e aquilo que diz a lei dos direitos humanos é que o estado tem a obrigação de proteger, investigar, levar estes problemas à justiça e criar condições para que se realize um julgamento justo, e para que as pessoas que cometem crimes recebam uma sentença justa. Mas é precisamente essa a grande questão que o governo parece fingir deliberadamente que não conhece.

A.B.

— Exactamente, isso é verdade, mas também não tem só a ver com os ataques, na verdade, mas que o governo não pode ser apenas neutro, tem de nos proteger activamente. E isso é muito diferente daquilo que faz na maioria dos casos. E muitas vezes dizemos que o governo deveria criar aquilo a que chamamos um ambiente propício à sociedade civil. Ou seja, não deveria simplesmente dizer "não intervimos, aconteça o que acontecer". Isso não chega. A sua obrigação é garantir a segurança. Para a sociedade civil, é necessário garantir julgamentos justos, é necessário intentar processos judiciais e tentar investigar quando houver

ameaças ou, claro, ainda pior, quando as pessoas são mortas. E isto faz parte daquilo a que se poderia chamar um contexto crucial para que a sociedade civil possa existir em segurança. Com efeito, normalmente os governos pensam mais ao nível da imposição de limitações. Assim, a grande questão é criar as condições para que a sociedade civil consiga sequer funcionar. E creio que essa é uma responsabilidade ética e moral, mas também legal, de qualquer governo. E alguns governos consideram essa a principal abordagem à sua actividade, quererem criar um governo transparente e fomentar a sociedade civil. E, por exemplo, no meu país, por vezes o governo financia organizações de estudantes cuja principal função é a crítica acérrima do governo. E quando digo isto a alguém, quando disse isto a alguém da Rússia, responderam-me: "Como é que o governo pode fazer isso? Porque é que fazem isso? Pagam aos seus próprios críticos". E eu disse "porque o governo considera importante que os estudantes tenham capacidade de organização, e até acabam por ajudar um pouco o governo, mesmo que isso signifique que depois possam ser bastante críticos em relação às políticas educativas". Mas isso faz mesmo parte de um ambiente de sociedade civil saudável.

Z.M.

— Penso que, acima de tudo, trata-se de tentar dar a impressão de que, pelo menos, estão a fazer algo para criar um ambiente melhor e mais activo na sociedade civil, o que é, na minha opinião, aquilo que nos falta. Parece que o objectivo é cortar tudo o que é contra e promover tudo o que é a favor. Na televisão, vemos pessoas que até defendem coisas indefensáveis. Um miúdo de 10 anos que esteja a ver televisão fica a perguntar-se "será que disseram mesmo aquilo"? A questão é que essas pessoas sentem que devem dar a cara e defender as práticas do governo, mesmo que estejam a defender a propaganda, a defender acções que nunca existiram. Lembro-me, por exemplo, e claro que isto está sujeito a confirmação, da história de um ministro que lidera uma grande campanha agrícola. E, na tentativa de provar que o seu projecto está a funcionar, fizeram alguns vídeos publicitários para transmissão na televisão

sobre as pessoas que beneficiaram com o projecto e que estão a conseguir bons resultados. E uma das pessoas que utilizam no vídeo afirma ter começado a produzir um tipo de cereal que estava a ter muita saída na zona do Niassa. E, logo após a transmissão da peça, uma ONG local publicou um artigo a explicar que, nessa área, é impossível cultivar o cereal em questão. Não existe, não é possível. Portanto, não é verdade. E o mais engraçado é que não houve nenhum debate sobre a validade das acusações feitas pela ONG, não houve nenhum exercício para provar que a ONG estava errada. Não houve nenhum exercício no sentido de pedir ao indivíduo que viesse a público provar que aquilo que disse no vídeo era verdade. O exercício resumiu-se a atacar a ONG e afirmar que esta estava envolvida numa campanha contra o ministro, ou que a ONG estava ao serviço de uma força externa que pretendia desestabilizar o país. Assim, o que acontece é que se torna cansativo, até extenuante, que, sempre que se apresentam factos e provas de que o governo não está correcto, de que está envolvido em práticas corruptas ou a tentar enganar as pessoas com recurso a propaganda, a resposta do lado do governo ou a sua reacção não é a participação num debate construtivo sobre os factos que foram apresentados. Em vez disso, o governo investe um grande esforço em prejudicar a reputação do responsável pelas acusações. E é aqui que eu penso que a sociedade civil pode vencer esta batalha. Não nos podemos limitar a atacar o governo individualmente, penso que temos de nos unir porque o governo não consegue prejudicar a reputação de 10 organizações.

A.B.

— Este aspecto é muito interessante, porque aponta para a necessidade de um ecossistema que inclua os vários tipos de organizações. E, tal como no exemplo que referiu, é uma ONG a desvendar algo. Ao mesmo tempo, também é necessário que os órgãos de comunicação social noticiem o assunto, que não fiquem calados. E é preciso que o governo compreenda que aquilo que está a acontecer na sociedade civil não é automaticamente seu inimigo, seu adversário, nem sempre a questão é política. E há um núcleo, há um espaço para além do governo onde os

cidadãos, as organizações e os movimentos falam entre si, e as coisas que dizem não são sempre automaticamente contra o governo. Mas é claro que muitos governos encaram as coisas assim. É quase como se fosse um complexo narcisista dos estados, que muitas vezes pensam que tudo gira à sua volta.

Z.M.

— Penso que, sobretudo, os órgãos de comunicação social privados de Moçambique estão a fazer o seu melhor, tendo em conta as suas próprias circunstâncias. Penso que não podem fazer mais, por vários factores. Um deles é financeiro. Não são bem financiados, dependem da publicidade. E há que ter em atenção que os proprietários das empresas privadas que pagam a publicidade têm algum tipo de associação ao partido dominante ou aos governos, e não é preciso muito para convencê-los a não fazer publicidade nesses órgãos de comunicação social através de anúncios.

A.B.

— É exactamente o tipo de coisas que, por vezes, são designadas por civilidade da opressão, opressão civil. Não se trata de uma ameaça declarada, mas é como diz, trata-se apenas de retirar os rendimentos comerciais a uma empresa de comunicação social. E isso coloca uma pressão imediata. E estas são tácticas que observei quando estava a fazer investigação no Kosovo, e na Bósnia, nos Balcãs. Quando os meios de comunicação privados se tornaram demasiado críticos, o governo certificou-se de que os interesses comerciais dessas empresas, aos quais o governo estava associado, cancelariam a publicidade nesses meios, e o próprio governo cancelou também a sua. Depois tornou-se muito difícil para um jornalista continuar a escrever e a dizer o que queria, porque o proprietário da empresa de comunicação social ou o chefe de redacção diria "será que podes ser um pouco menos crítico, para não irmos à falência?" Evidentemente, trata-

se de uma posição muito difícil para os meios de comunicação social, que fazem parte da sociedade civil, pelo menos para os meios de comunicação social privados. Além disso, a maioria precisa de uma base comercial estável para manter a actividade. E é sempre difícil gerir esta situação.

Z.M.

— Uma vez, participei num debate com o editor de uma empresa privada de comunicação social em Moçambique, que sugeriu que talvez tenha chegado a altura de adoptar outro modelo de financiamento. Não se trata necessariamente de publicidade, mas, por exemplo, recorrer ao mesmo método de financiamento das ONG, através de fundações ou doadores. Talvez os meios de comunicação social também pudessem considerar essa opção. E penso que o grande desafio, quando os financiadores são doadores e fundações, é o facto de estes quererem resultados, quando dão o dinheiro precisam de ver como é que é gasto. E, como sabe, também não queremos esse tipo de microgestão implementado num órgão de comunicação social. Talvez funcione para as ONG, mas não creio que vá funcionar para a imprensa. Porque depois teríamos de dizer que deixámos de depender do estado, deixámos de depender dos empresários, mas passámos a depender de interesses, e de apenas mais um grupo. Sim, seria como se, no final do mês, fosse pedido ao editor que apresentasse um relatório de quantos artigos publicou sobre um tema. E não é esse o tipo de jornalismo que gostaríamos de ver. Eu ia referir ainda outra forma que contribui para que a comunicação social não seja activa, que é atacar as ambições dos próprios profissionais. Podemos ver, por exemplo, no caso de Moçambique, muitos dos melhores jornalistas, os mais brilhantes já não são jornalistas. Aderiram às ONG porque sentem que estas são de facto mais independentes e, assim, podem concentrar-se no trabalho que querem realmente fazer.

A.B.

— Foi o seu caso, também mudou para as ONG...

Z.M.

— Embora, no meu caso, eu estivesse a trabalhar para a BBC, que é uma organização mais independente, mas, ao fim e ao cabo... É a mesma coisa, porque todos nós temos ambições individuais. E penso que os meus colegas de profissão têm assuntos nos quais se querem concentrar nas suas investigações, e na redacção não lhes é dada essa opção porque é dispendiosa. É um grande investimento de tempo ter um jornalista dedicado a apenas um assunto, e ninguém vê o que ele está a preparar, porque ninguém sabe do que trata a investigação ou porque é secreta. Por isso, eles atacam essas ambições. Assim, o que temos visto é que muitos dos grandes jornalistas já não estão a trabalhar nas redacções, e o que temos na redacção são jovens profissionais que acabaram de sair da universidade. E o salário que ganham, novamente devido ao que acabámos de referir sobre as finanças da organização, nunca é suficiente. Por isso, é fácil influenciá-los, para que alterem o ângulo da cobertura jornalística de um determinado assunto. Este é um aspecto. O segundo aspecto é que é muito fácil convencê-los a não enveredar por um determinado caminho. Porque, se o fizerem, estarão a prejudicar as suas carreiras no futuro.

A.B.

— Há actualmente duas vezes mais funcionários de política de informação a trabalhar para as instituições estatais do que há jornalistas. Para cada jornalista, há duas pessoas do estado que transmitem informações, com o seu lado da história. Portanto, é também para essa função que vão alguns dos jornalistas. São comprados de uma forma diferente, não pelos sectores das ONG, mas pelos

sectores do estado. Por outro lado, vejo mais uma tendência positiva para a comunicação social no espaço cívico. Trata-se da crescente colaboração entre o jornalismo dos cidadãos, por um lado, e os jornalistas profissionais, como já foi o seu caso, em que as histórias e, por vezes, as provas, são obtidas por cidadãos jornalistas. Vimos isto na guerra civil na Síria, claro, onde os cidadãos jornalistas recolheram provas e depois o jornalista profissional pôde usá-las para criar notícias profissionais. Mais uma vez, idealmente trata-se do ecossistema a funcionar. Mas ainda precisamos de jornalistas profissionais, precisamos do jornalismo de investigação crítica, juntamente com os cada vez mais difundidos meios de comunicação social descentralizados dos cidadãos.

Z.M.

— É verdade. E continuo a insistir na questão do financiamento porque, sempre que falo com jornalistas jovens, o mais provável é encontrar aqueles que usam o jornalismo como trampolim para chegar a outra posição. Têm grandes ambições e querem tornar-se políticos ou directores de qualquer coisa e ganhar muito dinheiro, isto é mais provável do que encontrar um grupo de jovens jornalistas que simplesmente queiram ser ouvidos ou conhecidos por serem bons jornalistas, independentemente do resto...

A.B.

— Penso que também é o caso da sociedade civil de um modo mais generalizado, porque falou basicamente do ângulo económico, e é também por isso que vemos esta redução do espaço cívico, muitas vezes os estados tentam dificultar o financiamento. Concentram-se normalmente no financiamento que vem do estrangeiro, aplicam restrições a esse processo e querem controlá-lo. Mas o problema é mais geral, é claro que a sociedade civil precisa de meios

práticos mínimos para funcionar, mas também de financiamento. Pode vir de cidadãos individuais que se tornam membros de movimentos sociais, de associações e formas de financiamento com pequenos valores, ou outros tipos de financiamento atribuído pelas fundações, o certo é que é preciso algo para funcionar. Portanto, o elemento do financiamento é também um meio de controlo. Pode ser, mas é também um reflexo de aspectos mais vastos da justiça social e das desigualdades sociais nas diferentes sociedades. Em muitos casos, a disponibilidade dos meios mínimos para funcionar faz toda a diferença para o nível de intervenção da sociedade civil.

Z.M.

— Ao fim e ao cabo, tudo se resume à questão do aspecto económico, até mesmo com a própria pandemia... Como sabe, nos países pobres as pessoas chamam a esta coisa da COVID-19 "a doença dos ricos", "a doença dos imunes" e "a doença das pessoas selvagens". E isto acontece porque todas as restrições e medidas que são aplicadas só podem ser seguidas pelas pessoas que têm algumas posses. Dizem para ficarmos em casa, o que não é viável para as sociedades onde as pessoas precisam de sair. Precisam de sair para ganhar dinheiro, precisam de sair para não perderem a sanidade mental. Ou porque nos dizem para cumprir o distanciamento de um metro e meio a dois. Nas sociedades como a nossa, as pessoas passam muito tempo em multidões nos mercados e têm de fazer fila para tudo. E criam-se preconceitos de que só os tolos saem de casa para ir trabalhar. Assim, a ideia do distanciamento social e das distâncias físicas é simplesmente impossível de implementar, não funciona, nem consigo sequer imaginar-me a viver com distanciamento social. E depois há a questão dos materiais que temos de utilizar para nos protegermos, as máscaras, o álcool gel. Lavamos constantemente as mãos, mas quantas pessoas têm realmente dinheiro para comprar máscaras? Quantas pessoas se podem dar ao luxo de comprar álcool gel para desinfetar constantemente as mãos? Quantas pessoas têm água nas suas casas para lavar constantemente as mãos? E estas tendências afectam também os activistas, os

jornalistas e todo o resto da sociedade, porque todos fazemos parte dela, certo? Há uns dias, eu estava a falar com um jornalista sobre... Ele queria contactar uma fonte, e foi sem máscara. E eu perguntei-lhe: "Mas não tens medo de apanhar o vírus?", e ele respondeu-me: "Tenho mais medo de regressar à redacção sem a história. Porque isso significa que não terei nada para vender nesse dia. E isto significa que não vou ter dinheiro para alimentar os meus filhos. E se eu não tiver dinheiro para alimentar os meus filhos, então há outras doenças perigosas que, para mim, são piores do que a COVID. E estou a falar da cólera, malária e outras doenças habituais no mundo em que eu vivo." Portanto, penso que tudo isto afecta os resultados, o envolvimento das pessoas, e também o acesso ao espaço cívico e como este deve funcionar. Quero dizer, os activistas têm de protestar. É algo básico. Precisam de liberdade de associação, precisam de se reunir, precisam de se encontrar, de ter reuniões e de discutir ideias. Não se consegue encontrar provas contra o governo ao telefone, não faz sentido que o nosso telefone seja atacado, temos de nos encontrar com os nossos colegas e discutir as questões. A COVID impediu que isso acontecesse. Já passaram dois anos. Ninguém pode sair para protestar por nada. As pessoas não podem sair para quase nada. Nem sequer podem fazer exercício, quanto mais reunir-se em grupos. E penso que os governos estão efectivamente a abusar de todo este processo de imposição de restrições devido à COVID para limitar a actividade da sociedade civil.

A.B.

— E também creio que aquilo que disse é que há basicamente uma segunda pandemia, não apenas médica, mas também no que toca a estas políticas que os países copiam muito facilmente uns dos outros, que estão a implementar todas estas restrições que, por vezes, são completamente inadequadas à situação de um país. E até dentro dos países, quando dizem para ficarmos em casa, até nos Países Baixos, aqui, que é um país muito rico, claro, há grandes diferenças quando as elites dizem "podem ficar em casa e passar tempo no jardim", mas metade da sociedade não tem um jardim. Portanto, estão com a sua família num pequeno

apartamento. E isso é muito, muito mais difícil. Portanto, as desigualdades afectam muito as pessoas até nos países muito ricos. E é claro que os espaços cívicos também são prejudicados, porque não se pode protestar facilmente, porque muitas vezes é proibido por causa da pandemia. Mas, talvez para concluir com uma nota positiva, vejo nisto um lado positivo, que as pessoas são muito criativas. Por isso, continuaram a encontrar formas de fazer ouvir as suas vozes na sociedade civil. Nalguns casos protestaram em grandes grupos com um metro e meio de distanciamento em praças grandes, noutras casos protestaram de carro ou a partir da sua varanda, quando não podiam ir à rua. Protestaram juntos online através de aplicações. Por isso, para mim, no ano passado, com a pandemia, o espaço cívico foi realmente limitado em muitos países, mas também demonstrou a sua resiliência, porque provou que as pessoas tentam ser criativas para defender esse espaço cívico e encontrar novos espaços online. Se não podem estar na rua, acedem à Internet. Se não se podem manifestar numa praça, por vezes fazem-no no telhado da sua casa. E isso deixa-me com um brilho de esperança neste ano pandémico.

Z.M.

— Apenas para lhe dar um exemplo de um país que está a fazer isso muito bem: o governo angolano é simplesmente intolerante com manifestações. E, durante muitos anos, usaram esta desculpa para não permitir que as manifestações acontecessem. E a nossa crítica tem sido que não se pode impedir as pessoas de se manifestarem; isso representa uma violação da própria constituição. Não se pode porque a constituição diz que as pessoas têm liberdade para protestar, por isso não se pode impedir ninguém de o fazer. E agora dizem que não estamos autorizados a protestar contra o estado por causa das restrições da COVID-19, somos aconselhados a não sair à rua porque estaremos a desrespeitar estas decisões. E o que os jovens estão a fazer é ir para as ruas, e seguem rigorosamente as recomendações para provar que respeitaram as restrições da COVID. É fantástico. Por exemplo, iniciaram recentemente uma

campanha contra a inacção do governo na recolha do lixo das ruas, e pediram a todas as pessoas nas redes sociais, no Facebook, que tirassem fotografias do lixo que encontrarem perto das suas casas. E as pessoas fazem todo o tipo de discursos engraçados. É sem dúvida um enorme embaraço para o governador da capital de Luanda, porque todas as pessoas podem tirar fotografias para mostrar o que se passa. Não se importam de tirar uma selfie junto a um caixote de lixo completamente cheio e publicá-la nas redes sociais para dizer "olhem, também tenho lixo na rua da minha casa", por isso concordo consigo. As pessoas tornaram-se mais criativas. É verdade que os governos aplicaram muitas medidas que limitam as actividades da sociedade civil... Mas as pessoas estão a tornar-se criativas nas redes sociais, e esse espaço tornou-se um veículo genial para ajudar a sociedade civil a repensar-se e a crescer...

A.B.

— Essa é a verdadeira resiliência da sociedade civil...

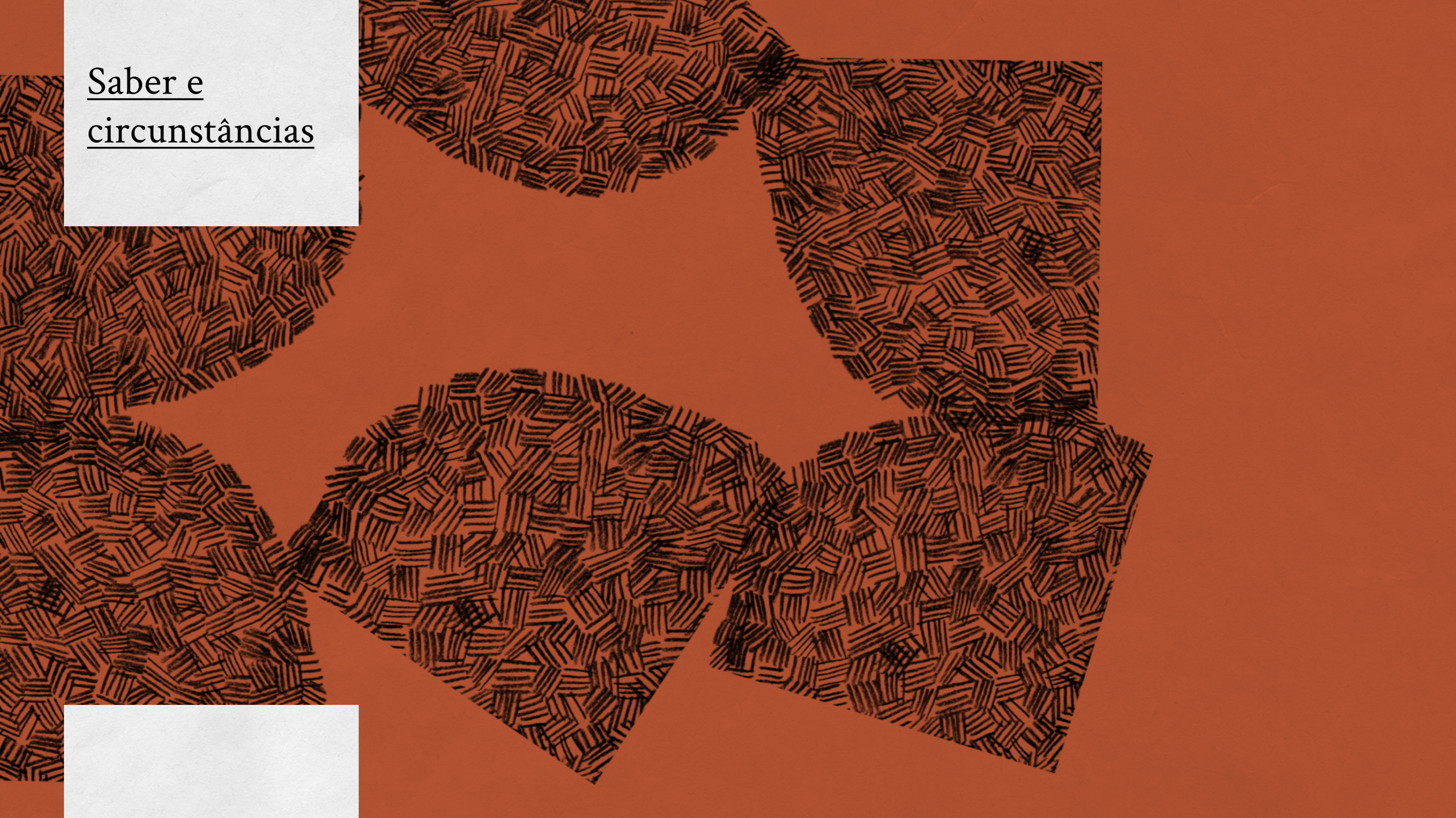
Z.M.

— Sim, e também aprender com o que os outros estão a fazer...

A.B.

— Sim. Exactamente. Não são apenas os governos que aprendem uns com os outros. Mas também os activistas.

Saber e
circunstâncias



Covid-19: uma cortina de fumo para as restrições ao espaço cívico

MARIANNA BELALBA BARRETO,
RESPONSÁVEL DO CIVIC SPACE CLUSTER DA CIVICUS

“ **Mesmo nas circunstâncias mais desafiantes, os activistas encontraram maneiras de demonstrar o seu descontentamento e apresentaram formas de protesto fisicamente distantes, criativas, simbólicas e online, provando que a sociedade civil é imparável.** ”

Ano após ano, as condições para a actuação da sociedade civil continuam¹ a diminuir. O relatório recente do CIVICUS Monitor², *People Power Under Attack 2020*³, mostra que 87% da população mundial vive em países classificados como ‘fechados’, ‘reprimidos’ ou ‘obstruídos’ - um aumento de mais de 4% em relação ao ano passado. Na prática, este número significa que a grande maioria da população mundial enfrenta restrições sérias ou significativas no exercício dos direitos fundamentais de associação, reunião pacífica e de expressão.

Um quadro já por si desolador para os activistas e para a sociedade civil foi confrontado com um desafio adicional em Março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde declarou⁴ que o surto de coronavírus se tornara uma pandemia. Os governos começaram a promulgar legislação de emergência e a tomar medidas extraordinárias, como a imposição do recolher obrigatório, restrições à movimentação das pessoas e a limitação ou proibição de reuniões, com o objectivo declarado de proteger a saúde e a vida das pessoas. À luz do direito e das normas internacionais, algumas dessas medidas foram além dos limites permitidos durante os estados de emergência de saúde pública e não atenderam aos critérios de proporcionalidade, necessidade e não discriminação.

Durante 2020, a deterioração do espaço cívico não conheceu limites; vários exemplos foram documentados⁵ em contextos muito repressivos, como as Filipinas e o Iraque, mas também em países onde as pessoas puderam exercer as suas liberdades cívicas sem maiores obstáculos, como na Costa Rica.

Apesar dos desafios significativos e crescentes, a sociedade civil continua a resistir e a manter-se resiliente, chegando mesmo a alcançar vitórias⁶ importantes em alguns cenários.

¹ Ver em <https://monitor.civicus.org/PeoplePowerUnderAttack2019/>

² Para mais informações sobre as classificações: <https://monitor.civicus.org/Ratings/>

³ Ver em <https://findings2020.monitor.civicus.org/>

⁴ Ver em <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>

⁵ Ver em <https://monitor.civicus.org/PeoplePowerUnderAttack2019/>

⁶ Ver em <https://findings2020.monitor.civicus.org/bright-spots.html>

Direito ao protesto sob ataque

O relatório *People Power Under Attack 2020*, baseado em mais de quinhentos estudos sobre o espaço cívico publicados entre Novembro de 2019 e Outubro de 2020, documentou⁷ a detenção de manifestantes como a tática número um usada por governos para restringir o espaço cívico. O assédio e a intimidação de activistas, a imposição de censura e os ataques contra jornalistas também foram violações comuns documentadas durante este período.

Os protestos e as manifestações continuaram durante a pandemia e apesar das restrições. Mesmo nas circunstâncias mais desafiantes, os activistas encontraram maneiras de demonstrar o seu descontentamento e apresentaram formas de protesto fisicamente distantes, criativas, simbólicas e online, provando que a sociedade civil é imparável.

Por exemplo, em Abril de 2020 na Palestina, várias feministas organizaram⁸ protestos nas varandas⁹, a bater em tachos e painéis, ou com cartazes pendurados, e fizeram-se ouvir contra o aumento da violência de género durante a pandemia. Na Holanda, muitos activistas do ambiente recolheram¹⁰ sapatos de todo o país e encheram a praça da Câmara dos Representantes em Haia com mil sapatos como forma simbólica de protesto contra a crise climática¹¹. Em Outubro de 2020, quando uma lei restritiva sobre o aborto foi confirmada numa decisão do Tribunal Constitucional polaco, vários manifestantes mostraram¹² o seu apoio aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres exibindo um raio vermelho, símbolo da Greve das Mulheres, nos seus carros, em toda a Polónia. No meio

⁷ Ver em <https://findings2020.monitor.civicus.org/top-violations.html>

⁸ Ver em <https://monitor.civicus.org/updates/2020/05/21/violations-freedom-expression-continue-unabated-during-covid-19-pandemic/>

⁹ Ver em <https://monitor.civicus.org/updates/2020/05/21/violations-freedom-expression-continue-unabated-during-covid-19-pandemic/>

¹⁰ Ver em <https://monitor.civicus.org/updates/2020/05/15/protest-over-covid-19-lockdown-court-denies-access-abortion-medication-mail-during-pandemic/>

¹¹ Ver em <https://monitor.civicus.org/updates/2020/05/15/protest-over-covid-19-lockdown-court-denies-access-abortion-medication-mail-during-pandemic/>

¹² Ver em <https://monitor.civicus.org/country/poland/>

de uma crise de saúde, profissionais de saúde em todo o mundo realizaram¹³ protestos socialmente distantes para destacar os desafios que enfrentam e que foram exacerbados pela pandemia.

Muita gente também saiu à rua para reivindicar direitos, nomeadamente no Chile¹⁴, Hong Kong¹⁵ e Nigéria¹⁶. Nos EUA, protestos massivos para exigir justiça racial e responsabilização da polícia eclodiram em todo o país, após o assassinato de George Floyd, um homem negro, por um polícia, em Minneapolis; muitos foram os que por todo o mundo se associaram a esta causa e chamaram a atenção para as suas próprias questões de injustiça racial.

As exigências por eleições livres e transparentes também levaram pessoas às ruas em países como a Bielorrússia e o Quirguistão. À medida que a pandemia agravava ainda mais as já terríveis condições económicas em muitos países, as pessoas ergueram as suas vozes para exigir alimentos, serviços básicos e melhores condições de trabalho em muitos países, inclusive na Venezuela e no Zimbabué.

As manifestações foram confrontadas com várias violações de direitos, incluindo a detenção de manifestantes, o uso excessivo de força pelas autoridades e a interrupção do protesto. Esta não é uma tendência nova; nos últimos anos, o CIVICUS Monitor já documentou vários casos de violação da liberdade de reunião pacífica.

A ironia não é que os governos se incomodem com a dissidência e se desviem do seu caminho para interromper os protestos. É que, dada a pandemia, a principal tática usada pelos governos para desencorajar e punir as pessoas que saíram às ruas foi a sua detenção, o que significa que muitas vezes retiravam pessoas de espaços públicos abertos e trancavam-nas em prisões fechadas e frequentemente sobrelotadas, em condições que poderiam apenas exacerbar a propagação do vírus.

O uso da detenção como uma tática generalizada contra os manifestantes levanta a questão se os governos foram genuinamente motivados pela necessidade de garantir a

¹³ Ver em <https://monitor.civicus.org/COVID19May2021/>

¹⁴ Ver em <https://monitor.civicus.org/country/chile/>

¹⁵ Ver em <https://monitor.civicus.org/country/china/>

¹⁶ Ver em <https://monitor.civicus.org/country/nigeria/>



CIVICUS

“ Sem se deixar abater pelas restrições, os defensores dos direitos humanos e a sociedade civil continuam a trabalhar, a adaptar-se e a resistir. Na verdade, durante a pandemia, as organizações da sociedade civil (OSCs) foram capazes de responder rapidamente (...) muitas vezes preenchendo as lacunas deixadas pelo Estado e pelo sector privado. ”

saúde pública ou se, em vez disso, a COVID-19 foi usada como um pretexto para reprimir os protestos.

A repressão dos protestos ocorreu independentemente do nível de liberdade subjacente experimentado pela sociedade civil. O CIVICUS Monitor documentou a detenção de manifestantes e o uso de força excessiva para dispersar e interromper protestos em países com restrições significativas e sistemáticas do espaço cívico, como o Azerbaijão, a Bielorrússia, o Djibuti e o Uganda, mas também em países onde as pessoas normalmente conseguiram exercer as suas liberdades sem grandes entraves, como a Bélgica e a Suécia.

Dissidência como alvo

A liberdade de expressão é indispensável para o desenvolvimento pleno da pessoa e essencial para qualquer sociedade democrática. O direito de procurar, receber e transmitir informações é essencial durante uma emergência de saúde pública. No entanto, Estados em todo o mundo têm usado a pandemia para decretar restrições injustificáveis à liberdade de expressão, impondo a censura àqueles que se manifestam e aos críticos dos governos, promulgando legislação que lhes permite suprimir a dissidência e fechando os olhos quando jornalistas são atacados por fazerem o seu trabalho.

O CIVICUS Monitor documentou¹⁷ que pelo menos 37 países promulgaram ou emendaram uma lei para conter a disseminação da desinformação, ou detiveram ou acusaram indivíduos por supostamente espalharem desinformação sobre a pandemia.

Na maioria dos países onde essa tendência foi documentada, a legislação foi aprovada ou alterada como resultado directo da pandemia. Mais de metade dos Estados em questão aprovou legislação ou decretos de emergência que incluíam disposições com o objectivo declarado de combater a desinformação. Mas muitas vezes, em vez de adoptar medidas adequadas e garantir que as pessoas tinham acesso à informação, os Estados

¹⁷ Ver em <https://monitor.civicus.org/COVID19May2021/>

introduziram legislação que afectou desproporcionalmente o direito à liberdade de expressão. Por exemplo, no Essuatíni (antiga Suazilândia), novos regulamentos foram promulgados para criminalizar a publicação de informações destinadas a enganar o público sobre a pandemia. E as Filipinas aprovaram uma nova lei de emergência, o *Bayanihan to Heal as One Act*, que incluía disposições que penalizavam a divulgação de "informações falsas" nas redes sociais e outras plataformas.

Em alguns países que já tinham leis de desinformação, estas foram aplicadas no contexto da COVID-19. Na Etiópia, por exemplo, a Lei do Discurso de Ódio e Desinformação, que foi aprovada em Fevereiro de 2020, apenas algumas semanas antes da COVID-19 ser declarada uma pandemia, foi usada para processar os acusados de espalhar desinformação sobre a pandemia.

Os dados¹⁸ do CIVICUS Monitor mostram que a censura relacionada com a pandemia de COVID-19 ocorreu em 28 países em todo o mundo. Em alguns casos, como na China e no Turquemenistão, qualquer tentativa de falar sobre a COVID-19 foi censurada. A supressão do discurso online foi documentada em países como a Roménia, Singapura e o Vietname, entre outros.

A resistência tornou-se vital

Sem se deixar abater pelas restrições, os defensores dos direitos humanos e a sociedade civil continuam a trabalhar, a adaptar-se e a resistir. Na verdade, durante a pandemia, as organizações da sociedade civil (OSCs) foram capazes de responder rapidamente e de fornecer apoio vital e serviços de entrega de dinheiro, alimentos e medicamentos, muitas vezes preenchendo as lacunas deixadas pelo Estado e pelo sector privado. Sem a sociedade civil, a experiência das pessoas durante a pandemia teria sido ainda mais trágica. O valor de uma sociedade civil forte com capacidade de operar em todos os contextos sem obstáculos é inegável.

¹⁸ Ver em <https://monitor.civicus.org/COVID19May2021/>



CIVICUS

Nos EUA, protestos massivos para exigir justiça racial e responsabilização da polícia eclodiram em todo o país, após o assassinato de George Floyd, um homem negro, por um polícia, em Minneapolis; muitos foram os que por todo o mundo se associaram a esta causa e chamaram a atenção para as suas próprias questões de injustiça racial.

Protestos massivos foram muitas vezes o factor chave que levou a mudanças positivas¹⁹. A acção da sociedade civil impulsionou uma nova eleição no Malauí, anulando um resultado roubado. Protestos após uma eleição irregular no Quirguistão forçaram a saída de um presidente. No Chile, protestos em massa forçaram o governo a realizar um referendo para mudar a constituição. Nos EUA, alguns estados comprometeram-se a desmantelar ou empreender uma reforma estrutural das suas forças policiais após os protestos do Black Lives Matter. Sem a acção colectiva das pessoas, nenhuma dessas mudanças teria acontecido.

Há incertezas sobre como será o mundo pós-pandemia, mas o que está claro é que a sociedade civil deve estar no centro da reconstrução de um futuro mais justo e melhor.

¹⁹ Ver em <https://civicus.org/state-of-civil-society-report-2021/wp-content/uploads/2021/05/CIVICUS-State-of-Civil-Society-Report-ENG-OVERVIEW.pdf>

A Primavera Árabe - O Egipto, dez anos depois

ISIS SALAMA

SOCIAL-DEMOCRATA E EX-ACTIVISTA DOS DIREITOS HUMANOS. (PSEUDÓNIMO)

“
Hoje em dia, após quase dez anos, assistimos a uma nova onda de movimentos populares em vários outros países árabes (Sudão, Iraque, Líbano e Argélia), cujos resultados ainda não são totalmente conhecidos.
”

Passaram dez anos desde a "Primavera Árabe". Teve o seu início na Tunísia em Dezembro de 2010, e daí estendeu-se a outros países árabes num efeito de dominó. Ao longo de várias semanas, estalaram revoluções em seis países árabes. Apesar de em quatro destes países ter sido possível derrubar o seu presidente (Tunísia, Egipto, Líbia e Iémen), o regime do Bahrein conseguiu suprimir o movimento popular logo no seu início com o apoio do Reino da Arábia Saudita. Na Síria, a revolta popular transformou-se numa guerra civil que continua até hoje, com muitos países envolvidos em conflitos entre si.

Entretanto, para evitar o mesmo destino das repúblicas totalitárias, as monarquias árabes (Jordânia e Marrocos) introduziram reformas políticas parciais com vista a conter qualquer insurreição que pudesse conduzir a uma revolta mais generalizada. Hoje em dia, após quase dez anos, assistimos a uma nova onda de movimentos populares em vários outros países árabes (Sudão, Iraque, Líbano e Argélia), cujos resultados ainda não são totalmente conhecidos.

No que se refere à Tunísia, que foi a única experiência de sucesso entre as revoluções da Primavera Árabe de 2011, está a assistir-se a uma crise política sufocante e a ondas de protestos com resultados imprevistos.

As revoluções da Primavera Árabe (2011) foram dirigidas contra os regimes das repúblicas totalitárias (à excepção do Reino do Bahrein) que contavam com presidentes que dependiam da opressão policial e ocupavam o poder de forma incontestada há várias décadas. Nalguns casos, existia um sistema multipartidário limitado e um partido de oposição pouco contestatário com legitimidade legal, mas sem credibilidade, controlado pelo governo. Entretanto, as organizações do Islão político, sobretudo a Irmandade Muçulmana, conquistavam posições nos parlamentos e sindicatos, apesar da sua legitimidade não ser reconhecida nalguns destes países. A ascensão do Islão político ocorreu perante o olhar dos regimes no poder e com algum grau de anuência. Este utilizava a ascensão dos movimentos islâmicos como meio de assustar os países ocidentais e as forças seculares internas com a influência de extremistas islâmicos.

Antes de 2011, os países árabes eram caracterizados por uma corrupção política e económica desenfreada. Teve início em 2003 uma modesta tentativa de reforma após o receio de uma intervenção americana semelhante à ocorrida no Iraque, mas esta chegou

rapidamente ao seu fim, perante a garantia de um fracasso americano. A expressão utilizada por um dos mais proeminentes analistas políticos egípcios, "uma ordem que envelheceu no seu lugar", é o melhor reflexo deste momento histórico. Os regimes destes países culminaram numa crise histórica sem uma alternativa clara. Os regimes estabeleciam acordos que visavam garantir uma transição de poder no seio da família do Presidente da República. A Síria foi bem-sucedida há alguns anos, ao passo que as revoluções no Egipto, Líbia e Iémen impediram a repetição da mesma experiência.

O que podemos dizer sobre o Egipto hoje em dia? O Egipto, onde ocorreu a segunda revolução na Primavera Árabe? Uma revolução que, em 18 dias, conseguiu derrubar o Presidente Mubarak ao fim de quase 30 anos de ocupação no poder.

Tentarei responder a algumas perguntas sobre a revolução egípcia de 25 de Janeiro:

A revolução foi um acontecimento inesperado?

Todos no Egipto esperavam que 2011 fosse um ano decisivo. As eleições presidenciais estavam agendadas para Setembro. Foram levantadas na altura muitas questões prementes, nomeadamente: irá o Presidente Mubarak, com mais de 80 anos de idade, candidatar-se a um sexto mandato? Serão verdadeiros os rumores sobre a candidatura à presidência do seu filho, Gamal Mubarak? Irá o aparelho militar, que governa o Egipto desde 1952, permitir isto? Irá Mubarak, tal como Gamal Abdel Nasser e Anwar el Sadat antes dele, nomear um representante, indicando a possibilidade de ele ser o próximo candidato presidencial?

Assistiu-se ao surgimento de novas formas de oposição política ao regime no período de 2005 a 2011. Como resultado das condições políticas e económicas internas e após longos anos de silêncio, a maioria dos movimentos de protesto foram impulsionados por conflitos regionais, como a guerra no Iraque ou os ataques israelitas na Faixa de Gaza ou no Líbano.

Os dez anos que precederam a revolução testemunharam o crescente envolvimento de Gamal, o filho de Mubarak, na política. Gamal tornou-se o líder do comité político

do partido no poder (o Partido Nacional Democrático). A sua equipa foi constituída por uma nova geração de tecnocratas e políticos que eram social e intelectualmente diferentes da elite estabelecida mais velha que prevaleceu durante sessenta anos. Eram categorizados sob a bandeira do neoliberalismo. Alguns deles tornaram-se ministros no governo, embora fosse evidente a insatisfação contra as políticas adoptadas pelo grupo de Gamal Mubarak no seio do chamado “estado profundo” e do aparelho militar. A velha elite recusou-se a aceitar a ideia da candidatura de Gamal Mubarak à presidência, uma ideia que Mubarak, o pai, continuou a negar até ao fim.

O cenário político egípcio testemunhou o crescimento da oposição àquilo que foi chamado de “sucessão” e, nas eleições de 2005, a oposição apresentou o lema “nem continuação, nem sucessão” à candidatura de Mubarak, o pai ou o filho. Em 2010, as ruas encheram-se de cartazes, de autoria ambígua, que exigiam que o Sr. Omar Suleiman, o chefe do Serviço Geral de Informações, se tornasse o presidente da república. O nome dele era um dos apontados como potencial nomeado para a vice-presidência. Isto foi o que realmente aconteceu nos primeiros dias da revolução. Na minha opinião, é bastante surpreendente que aqueles que se opuseram à sucessão por herança não tenham visto qualquer problema equiparável no facto do Vice-Presidente nomeado herdar o cargo de Presidente. Esquecendo ou ignorando que o verdadeiro problema era a ausência de um mecanismo democrático e de um clima político adequado para a realização de eleições presidenciais livres e justas.

Da mesma forma, a manipulação das eleições parlamentares e a interferência flagrante nos seus resultados foi uma característica predominante durante sessenta anos. Começou a encontrar uma oposição crescente sem precedentes nos dois ciclos eleitorais que precederam a revolução (2005 e 2010) que conduziu ao surgimento de novas formas de protesto popular e outras manifestações de crises políticas crescentes, sobretudo o movimento pela independência judicial que se desenvolveu a partir dos juizes que tinham exposto a fraude nas eleições de 2005. O seu movimento conquistou a ampla solidariedade de diferentes sectores da sociedade. A fraude nas eleições de 2010 conduziu à retirada de uma série de candidatos da oposição do processo eleitoral.

Ao mesmo tempo, e como resultado das políticas económicas do grupo de Gamal Mubarak, as condições de vida dos mais pobres e das classes médias deterioraram-se,

prevalecendo entre um grande sector da sociedade um estado de descontentamento e insatisfação. As dificuldades sentidas como resultado da nova política económica trouxeram a classe trabalhadora de volta à esfera política com toda a força. Os anos anteriores à revolução foram palco de greves, manifestações e protestos por parte dos trabalhadores, sendo a mais proeminente a greve dos trabalhadores de Al-Mahalla Al-Kubra.

Vale a pena referir que o protesto assumiu formas bastante criativas. A produção artística que expôs a corrupção do regime e incitou à revolução tornou-se abundante no cinema, no teatro, na música, no canto e em diversos géneros literários. O período testemunhou também o surgimento de blogues que moldaram a consciência da nova geração.

Que formação política liderou o movimento revolucionário no Egipto?

Era uma mistura dos movimentos políticos constituídos por uma nova geração de jovens, organizações da sociedade civil, novos grupos de protesto e sindicatos independentes.

Provavelmente o novo movimento com maior destaque formado pela geração mais nova tenha sido o “Movimento Jovem de 6 de Abril”. Este movimento convocou uma greve geral em todo o Egipto em simultâneo com as greves dos trabalhadores na cidade de Mahalla al-Kubra (uma zona industrial importante), e utilizou como meio as páginas do Facebook na sua campanha. O Movimento Jovem de 6 de Abril não foi o único movimento da nova geração. Existem outros movimentos como o Jovens pela Justiça e Liberdade com uma orientação de esquerda, e o movimento estudantil Haqqi (a minha direita), que foi popular em várias universidades. Os elementos de liderança na maioria destes movimentos foram associados a organizações da sociedade civil, em particular as que trabalham no domínio dos direitos humanos, o que incluiu uma nova geração de activistas dos direitos humanos que surgiram durante os quinze anos que antecederam a revolução.

Diversos activistas de organizações da sociedade civil também participaram na liderança e direcção do movimento de massas, e muitas destas organizações trabalhavam

de uma forma geral no domínio dos direitos humanos. Algumas delas preocupavam-se com direitos específicos como, por exemplo, o direito à habitação, o direito à educação ou outros direitos pessoais, ao passo que outras organizações estavam interessadas na estrutura de classes, como a classe dos trabalhadores ou dos camponeses. Nesta fase, a sociedade civil do Egito dividia-se em dois sectores principais: as organizações não-governamentais registadas no Ministério da Solidariedade Social e que operam no quadro da Lei das Associações Cívicas, e as organizações que operam como empresas sem fins lucrativos e que, por isso, gozavam de maior liberdade de movimentos e tinham um impacto importante no aumento da consciencialização.

Nos anos anteriores à revolução surgiram novas formas de organização entre a elite intelectual, como o movimento Kifaya (“basta”), o movimento Shaifenkum (“vemos-vos”), os Egípcios Contra a Corrupção, e a Associação Nacional para a Mudança. Esses movimentos reuniram nas suas fileiras diferentes gerações de políticos e activistas. Apesar do seu relativo elitismo, ao longo do tempo, as suas vozes começaram a chegar a sectores mais vastos do público. Surgiram também novos movimentos que expressavam as exigências de grupos específicos da sociedade, tais como o Movimento pela Independência Judicial, que controlava o Conselho de Administração do Clube dos Juizes, e o Movimento pela Independência das Universidades de 9 de Março, que incluía na sua composição o pessoal docente que defendia a independência da universidade. Os que apelavam à melhoria do quadro financeiro dos membros do corpo docente. Todos estes movimentos que representavam um novo fenómeno na comunidade política egípcia eram formas organizativas não partidárias. Alguns dos líderes destes movimentos estiveram na linha da frente da revolução. Existem também as ligações aos Ultras (adeptos de equipas desportivas) que participaram amplamente na revolução.

O mesmo período testemunhou o surgimento de sindicatos independentes, um passo importante para a independência do movimento sindical relativamente ao regime no poder, ao seu partido e ao seu aparelho de segurança. No final da primeira década do milénio, os sindicatos independentes tinham conseguido afirmar-se e alcançar a sua legitimidade legal através de decisões judiciais finais. Os líderes e os membros destes sindicatos participaram abertamente na revolução.

Os partidos políticos estiveram ausentes da cena, pelo menos, nos seus primórdios, excepto o recém-criado Partido da Frente Democrática. As poucas organizações políticas de esquer-



IMAGENS CEDIDAS PELO/A AUTOR/A

“ A expressão utilizada por um dos mais proeminentes analistas políticos egípcios, “uma ordem que envelheceu no seu lugar”, é o melhor reflexo deste momento histórico. ”

da que operavam na clandestinidade juntaram-se activamente à revolução desde o seu início, ao passo que a Irmandade Muçulmana não aderiu nem participou desde o início. Esta permitiu aos seus membros participar de uma forma discreta e individualmente. Só vários dias depois se juntaram à revolução.

Cabe partilhar algumas observações finais sobre as forças que lideraram o movimento revolucionário em Janeiro de 2011, a primeira das quais é que os activistas substituíram os políticos. Isto esteve associado ao declínio do papel dos partidos políticos. Os activistas estavam principalmente associados a movimentos da sociedade civil e às novas formas de protesto.

O segundo aspecto a salientar é que a nova geração de activistas não se limitou à esquerda, com as suas muitas variações, ou aos filiados no Islão político, como foi o caso em muitos anos anteriores. Incluíram também grupos com uma clara orientação liberal. Todos eles provenientes de meios educacionais diferentes. Além disso, os novos grupos islâmicos aparentavam ser distintos do Islão político dominante e mostrar-se mais abertos à cultura da época.

O terceiro aspecto é a utilização das redes sociais e das novas tecnologias de comunicação, bem como a revolução da informação nos esforços de mobilização anteriores e durante a revolução em contraste com a incapacidade do regime para utilizar estas novas tecnologias, em particular, por parte da sua ala mais tradicional. A decisão do regime de cortar a Internet e as redes móveis na "Sexta-feira da Ira" de 28 de Janeiro de 2011 foi desastrosa para o próprio aparelho de segurança. Este pode até ter sido um dos motivos para o sucesso dos manifestantes na invasão da Praça Tahrir, tal como na "batalha de al-Jamal" em Fevereiro, esta segunda indicativa da natureza do conflito entre duas gerações diferentes. A velha guarda do regime no poder imaginou que poderia pôr termo à concentração na Praça Tahrir, invadindo-a com camelos e cavalos.

O quarto e último aspecto foi o surgimento de algumas figuras que, apesar de pertencerem às gerações mais velhas de políticos, intelectuais e empresários, gozavam de um certo grau de respeitabilidade junto do povo. Descreveram-se a si próprios como comités de sábios. O seu aparecimento em cena só teve início após ter-se tornado evidente que o regime era incapaz de dispersar à força as concentrações nas várias praças das cidades egípcias.

O que levou milhões de pessoas às ruas?

A revolução, que contou com a participação de milhões de pessoas em todo o Egito, começou com um apelo a manifestações de protesto contra os métodos policiais que violavam os direitos humanos e a dignidade humana. Decidiu-se que as manifestações se realizariam no dia 25 de Janeiro, que coincide com o Dia Nacional da Polícia egípcia. O apelo foi feito através de uma página no Facebook criada por um dos activistas chamada "Somos todos Khaled Saeed". Khaled Saeed era um jovem da cidade de Alexandria que não exercia qualquer actividade política, mas que foi morto após um violento espancamento por parte de agentes da Polícia à paisana após Khaled resistir a uma revista policial no Verão de 2010. Vários activistas realizaram protestos contra este crime durante os meses que antecederam a revolução.

Esta mobilização foi semelhante à que precedeu a greve de 6 de Abril de 2008, e a resposta na página web foi muito considerável. Aparentemente, o assassinato deste jovem, completamente afastado da política e que pertencia à classe média privilegiada que não estava habituada a ser tratada de forma violenta pela Polícia, provocou a ira de um vasto sector de cidadãos pertencentes a esta classe que recebiam a ameaça à sua segurança e dignidade pessoais. Esse dia assistiu à manifestação de milhares de pessoas no Cairo, no Suez, na Alexandria e em número menor noutras cidades. O dia teria terminado pacificamente, não fora a violência policial exercida contra os manifestantes e os mortos e feridos na cidade de Suez. Isto conduziu ao apelo à "Sexta-feira da Ira" no dia 28 de Janeiro, e os dois dias que a precederam foram pontuados por pequenas escaramuças entre a Polícia e os manifestantes em vários locais. Até esta altura, o Presidente Mubarak poderia ter contido a situação se tivesse dado início à remodelação ministerial anunciada na noite da "Sexta-feira da Ira".

Ocorreu uma grande mudança no dia 28 de Janeiro. Do pedido de demissão do Ministro do Interior ao derrube do regime. Os manifestantes entoavam o cântico "o povo quer derrubar o regime."

As dezenas de milhares de pessoas que iniciaram a revolução no dia 25 de Janeiro transformaram-se em milhões de egípcios que ocuparam as principais praças do Cai-



IMAGENS CEDIDAS PELO/A AUTOR/A

“ Em dez anos, o espaço de liberdade diminuiu e estreitou-se ao máximo. A margem da democracia restrita desapareceu, o seu tecto diminuiu em relação ao que era antes da revolução e as esferas públicas que foram libertadas pela revolução perderam-se. ”

ro e de muitas outras cidades egípcias. No dia 28 de Janeiro, fomos confrontados com uma revolução despoletada por vários motivos: raiva contra a brutalidade e a repressão policiais, protestos contra a corrupção política e as eleições fraudulentas, e exigências de justiça social. Juntaram-se à revolução novas classes com novas exigências todos os dias.

A revolução alcançou os seus objectivos?

A revolução conseguiu derrubar a liderança do regime após 18 dias de concentrações e manifestações, e este foi o seu primeiro sucesso, mas dez anos depois, podemos dizer que foi o seu único sucesso. Talvez parte do seu sucesso inicial se deva ao facto de uma secção do estado profundo ter visto que o chefe do regime se tornou um fardo e que a sua deposição colocaria um ponto final ao processo de sucessão. Os dias e anos que se seguiram revelaram que os restantes objectivos da revolução, no que se refere aos meios de subsistência, à liberdade, à justiça social e à dignidade humana, não foram alcançados. Pelo contrário, a situação pode ter-se deteriorado e piorado nalguns aspectos quando comparada com o que era antes da revolução.

O Estado, com as suas instituições tradicionais a controlar o país durante sessenta anos, conseguiu absorver o choque da revolução e beneficiou desta, sendo involuntariamente ajudado pelos actos dos grupos que lideraram a revolução. Costumavam dizer que a característica mais importante da revolução de Janeiro da qual se orgulham é ter sido uma revolução sem liderança. A verdade é que este foi um dos motivos para o fracasso da revolução. Os primeiros meses da revolução deram origem a mais de uma centena de coligações e grupos de jovens, e estes grupos entraram em desacordo e conflito entre si. Também não restam dúvidas de que alguns deles foram formados pelo aparelho de segurança do Estado com o objectivo de semear a discórdia entre as fileiras dos revolucionários. Surgiram mais de cinquenta novos partidos na cena política, para além dos já existentes, sem que a maioria destes tenha tido uma verdadeira eficácia ou presença no terreno, e mesmo os movimentos que constituíram verdadeiros partidos foram rapidamente divididos entre si.

Este estado de fragmentação reflectiu-se na incapacidade da revolução em alcançar os seus objectivos. Os revolucionários ocuparam-se de questões secundárias em vez de se concentrarem, por exemplo, na alteração do quadro legislativo no sentido de proteger a sociedade civil e a esfera pública ou na preparação para as eleições com uma frente forte e unida. Durante o período de transição, o conselho militar no poder conseguiu esgotar as forças da revolução em sucessivos conflitos, e encurralá-las ou levá-las a adoptar posições que conduziram à diabolização da revolução, diminuindo a sua popularidade entre alguns sectores da sociedade.

Ao mesmo tempo, as forças do Islão político representadas pelos grupos da Irmandade Muçulmana e pelos salafistas beneficiaram de um período de acordo entre estes e o Conselho Militar, que controla a maioria nas duas câmaras do Parlamento, após o qual o candidato do Partido da Liberdade e Justiça, a ala política da Irmandade Muçulmana, conquistou a Presidência com uma escassa maioria sobre o seu rival pertencente ao antigo regime.

Um ano após assumir o poder, o candidato da Irmandade Muçulmana, o Presidente Morsi, foi derrubado por manifestações populares que exigiam a intervenção das forças armadas. O choque teve início com o presidente e a Irmandade Muçulmana a oporem-se às principais instituições estatais após aquilo que parecia ser a Irmandade a ultrapassar os limites acordados com o antigo aparelho de Estado. Algumas semanas após o afastamento do presidente e a sua detenção, as forças de segurança puseram termo a uma concentração dos seus apoiantes num dos maiores massacres da História do Egipto.

Durante o segundo período de transição (2013-2014), a única meta alcançada foi a promulgação da Constituição de 2014, que estabeleceu garantias de vida democrática, de protecção da sociedade civil, de livre exercício do trabalho, de respeito pelos direitos humanos, do direito de as pessoas acederem à esfera pública e no sentido de alcançar a justiça de transição e a justiça social. Mas o texto da constituição não tardou a ser desrespeitado após as eleições presidenciais e as eleições parlamentares que se seguiram. Na verdade, o Estado conseguiu alterá-la, e todas as conquistas temporárias alcançadas pela revolução começaram a ser gradualmente revertidas até chegarmos ao ponto em que nos encontramos agora.

E qual é a situação hoje, dez anos depois?

As perspectivas parecem ser sombrias. As forças que estiveram activas durante a revolução e as suas figuras mais proeminentes estão divididas entre prisões e exilados voluntários, ou optaram por se juntar ao regime existente. Parece que estamos a viver na sombra da contra-revolução.

Em dez anos, o espaço de liberdade diminuiu e estreitou-se ao máximo. A margem da democracia restrita desapareceu, o seu tecto diminuiu em relação ao que era antes da revolução e as esferas públicas que foram libertadas pela revolução perderam-se. Foi aprovada legislação que limita o direito à manifestação, em clara violação da constituição. Obter autorização para realizar uma manifestação tornou-se praticamente impossível e as praças públicas foram encerradas. O espaço público que a revolução invadiu é fechado perante qualquer possível indício de movimento de massas, até mesmo de natureza cultural ou artística.

A situação dos direitos humanos deteriorou-se de uma forma sem precedentes na história do Egipto moderno. O cerco às organizações de direitos humanos e a detenção dos seus membros, a introdução de alterações legais que permitem a detenção de cidadãos por períodos indefinidos, a prevalência do fenómeno do desaparecimento forçado, e a deterioração das condições nas prisões estreitaram amplamente o âmbito de actividade à sua disposição, sobretudo no caso das organizações que trabalham no domínio dos direitos humanos. Os sindicatos independentes também foram limitados, apesar do reconhecimento pela Constituição do "direito de os trabalhadores constituírem os seus próprios sindicatos independentes". Assim, o trabalho no âmbito dos direitos civis foi sitiado.

As condições da classe média e das classes mais pobres pioraram claramente com a flutuação da libra egípcia, com as elevadas taxas de inflação e com as políticas de despesa do estado que não consideram as necessidades da maioria dos cidadãos, o que fez com que a justiça social fosse descurada.

Para refrear qualquer nova tentativa de protesto, o discurso oficial e o discurso dos meios de comunicação social centram-se em intimidar as pessoas no sentido de não participarem em qualquer movimento. Apresentam o protesto como sinónimo de caos e de

colapso do Estado. Os opositores da revolução consideram agora os acontecimentos de 2011 responsáveis por todos os problemas que o Egipto atravessa hoje em dia.

Apesar do actual panorama sombrio, tornou-se evidente que a sociedade civil e as suas organizações têm a capacidade de influenciar e provocar a mudança, podendo mover-se dentro da exígua margem de manobra proporcionada pela legislação actual no sentido de mobilizar as energias da sociedade com vista a contribuir para alcançar o desenvolvimento ao nível local. Existem diversas organizações da sociedade civil que trabalham no domínio do desenvolvimento sociocultural que podem trabalhar no quadro da legislação, apesar das suas restrições, e algumas organizações da sociedade civil que trabalham no domínio dos direitos humanos podem adaptar o seu estatuto legal no sentido de respeitarem as restrições impostas pela lei e concentrar-se temporariamente na disseminação da cultura dos direitos humanos. Nos termos da legislação actual, deixou de ser possível para as organizações da sociedade civil trabalharem fora do seu quadro jurídico.

Assim, as organizações devem continuar a reconstruir-se nesta base, devem procurar financiar as suas actividades principalmente através do financiamento local, e aumentar a sensibilização para a importância do apoio à sociedade civil, que beneficia do trabalho destas organizações e que deve protegê-las.

Por último, a condição básica para o sucesso futuro continua a ser o estudo da experiência da revolução egípcia e dos anos que a precederam para aprender com os erros do passado recente.



IMAGENS CEDIDAS PELO/A AUTOR/A

“ Apesar do actual panorama sombrio, tornou-se evidente que a sociedade civil e as suas organizações têm a capacidade de influenciar e provocar a mudança, podendo mover-se dentro da exígua margem de manobra proporcionada pela legislação actual no sentido de mobilizar as energias da sociedade com vista a contribuir para alcançar o desenvolvimento ao nível local. ”

A contribuição do Mosaiko para a construção do espaço cívico em Angola

FREI MÁRIO RUI MARÇAL
DIRECTOR ADMINISTRATIVO DA ONG MOSAIKO

“ **O Mosaiko é fundado pelos Dominicanos, em 1997, sendo a primeira organização angolana a assumir explicitamente como missão a promoção dos Direitos Humanos (DHs) em Angola.** ”

A construção do espaço cívico é um processo permanente para o qual contribuem diversos actores sociais a partir de diferentes perspectivas. Esta diversidade de actores e iniciativas é por si só um indicador da vitalidade do espaço cívico. Neste artigo, pretende-se a apresentar, de forma muito sucinta, os eixos fundamentais do contributo do Mosaiko | Instituto para a Cidadania¹ para a construção do espaço cívico em Angola.

Tendo em conta as grandes variações do contexto desde 1997, a apresentação far-se-á em três momentos, a saber:

- a) 1997-2002: período antes do fim da guerra;
- b) 2003-2013: período denominado de “*reconciliação e reconstrução nacional*”;
- c) 2014-2021: período de agravamento da crise socioeconómica.

Em cada um destes períodos procurar-se-ão destacar alguns traços do contexto e apresentar o contributo do Mosaiko para a construção do espaço cívico nesse contexto específico.

1997-2002: Período antes do fim da guerra

O Mosaiko é fundado pelos Dominicanos, em 1997, sendo a primeira organização angolana a assumir explicitamente como missão a promoção dos Direitos Humanos (DHs) em Angola. Vive-se então um contexto de guerra de baixa intensidade na sequência dos Acordos de Lusaka (assinados entre o Governo e a UNITA em 1994). O ambiente social é marcado pelo medo e pela desconfiança, numa lógica excludente, segundo a qual, quem não é dos nossos é do inimigo. Apesar das significativas mudanças introduzidas pela lei de revisão constitucional de 1992², estabelecendo, a nível jurídico, os alicerces de um Estado democrático de Direito, não existe liberdade de circulação, o território nacional está dividido em zonas controladas pelo exército governamental e

¹ Para mais informação consultar <https://mosaiko.op.org/>.

² Lei 23/92, de 16 de Setembro - Lei de Revisão Constitucional.

pelo exército da UNITA e, apesar da tomada de posse do GURN³ a direcção da UNITA não se estabelece em Luanda. Esta situação agrava-se, em 1998, com uma grande ofensiva das tropas governamentais contra a liderança política e militar da UNITA. A sociedade civil nacional é ainda muito insipiente e é constituída, sobretudo, por organizações ligadas às Igrejas⁴. Estão muito concentradas na ajuda humanitária, numa perspectiva assistencialista, para aliviar o sofrimento infligido a centenas de milhares de deslocados.

Neste contexto, entre 1997 e 2002, o Mosaiko assume como pilares da sua intervenção na sociedade angolana: trabalhar com as pessoas (e não para as pessoas) e coloca-se num **horizonte de médio e longo prazo** que não se limita “à gestão do quotidiano” tragicamente marcado pelas contingências da guerra.

Nesta fase, aproveitando o ambiente de “imparcialidade” proporcionado pelas iniciativas da Igreja Católica, o Mosaiko inicia em vários pontos do país uma semana de **formação sobre DHs** para a qual se estabelecem parcerias com as paróquias e/ou dioceses que convocam diferentes líderes locais ligados às Administrações Municipais, ao sistema de Justiça, à Polícia, às Forças Armadas, à Educação, à Saúde, líderes religiosos e tradicionais, jornalistas, etc. É a primeira vez que pessoas de sectores tão distintos abordam em conjunto assuntos que afectam as suas vidas. A metodologia dos seminários comporta, por um lado, o estudo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em articulação com o Título II – Direitos e Deveres Fundamentais da Lei de Revisão Constitucional de Angola e, por outro, a análise do contexto local e da contribuição de cada participante e das instituições a que pertencem para, através de iniciativas cívicas, melhorar o respeito pelos DHs nas suas comunidades.

Fruto destes seminários surgem diferentes Grupos Locais de Direitos Humanos⁵ (GLDH) e diversas iniciativas como, por exemplo, uma escola de ensino médio no

³ Governo de Unidade e Reconciliação Nacional – Governo criado na sequência dos Acordos de Lusaka e composto por membros de diferentes partidos políticos.

⁴ Entre as organizações nacionais não ligadas às Igrejas destacavam-se então a ACA – Associação Cívica Angolana, a ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente e a AAD – Associação Angolana para o Desenvolvimento.

⁵ Os GLDH são organizações locais de cidadãos que visam a promoção e defesa de DHs nas suas áreas de intervenção. Podem assumir formas muito diferentes, mais ou menos formais. Algumas já existiam, como as Comissões Paroquiais/Diocesanas de Justiça e Paz e assumiram a missão de promover os DHs; outras foram criadas por alguns participantes na sequência dos seminários de formação sobre DHs.

município da Matala, criada e gerida por pessoas com desejo de estudar e que não têm possibilidade de se deslocar para a cidade do Lubango (a cerca de 175 km). Vários destes Grupos pretendem ser “Grupos do Mosaiko” nas suas localidades, mas o Mosaiko não aceita, pois isso replicaria uma lógica centralizadora, criando dependência entre os Grupos e uma organização sediada em Luanda. Para construir cidadania é importante que cada Grupo seja autónomo, mesmo contando com a colaboração do Mosaiko e de outras organizações.

Por outro lado, o Mosaiko facilita anualmente módulos de formação sobre DHs aos estudantes finalistas do curso médio de Serviço Social do ICRA⁶. Estes estudantes realizam um estágio de seis meses em diferentes localidades e têm oportunidade de analisar o contexto de intervenção à luz dos DHs e de replicar a formação.

Como complemento destas formações, o Mosaiko publica um manual sobre DHs⁷ para apoiar formações desenvolvidas pelos Educadores Sociais e por diferentes GLDHs.

O Mosaiko desenvolve igualmente uma **estratégia de divulgação dos DHs** que ajuda a criar uma opinião pública atenta a esta problemática. Para tal, estabelece várias parcerias, com destaque para a colaboração com a Divisão de DHs da MONUA⁸ que, entre outras iniciativas, facilita a apresentação de programas sobre temáticas de DHs na rádio e na TV, a produção de calendários de parede temáticos sobre DHs e a organização de Encontros Nacionais de Educação Cívica e Direitos Humanos.

Neste contexto, importa ainda destacar, em 1999, a organização da primeira Semana Social em Angola, realizada em parceria com a CEAST – Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé e o ICRA-Educadores Sociais. Esta iniciativa que visa, antes de mais, contribuir para o desenvolvimento da consciência social dos cristãos, é aberta aos diferentes sectores da sociedade, criando um espaço de participação para cidadãos, independentemente das suas convicções religiosas. Com transmissão em directo na Radio Ecclesia, é ouvida em Luanda por uma vasta audiência, constituindo um dos raros espaços em que os cidadãos podem interpelar directamente os responsáveis políticos. Em

⁶ Na altura era o único curso de Serviço Social existente em Angola.

⁷ AA.VV., Direitos Humanos. Guia de Apoio a Cursos de Formação, ed. Mosaiko (Luanda 1999).

⁸ MONUA – Missão de Observação das Nações Unidas em Angola.

1999, quando o então Ministro da Defesa afirma “*vamos fazer guerra para acabar com a guerra*”, a I Semana Social Nacional reflecte sobre “*Educação para uma cultura da paz*”. As intervenções são publicadas¹⁰ e amplamente divulgadas. No ano 2000, a CEAST toma a iniciativa de organizar o *Congresso Pro Pace*, no qual o Mosaiko participou, dando ainda maior visibilidade às diversas vozes que clamavam pela paz.

2003-2013: Período denominado de “reconciliação e reconstrução nacional”

A implementação do protocolo do Luena muda as prioridades das organizações internacionais em Angola, que passam de uma “*lógica de ajuda humanitária*” para uma dita “*lógica de desenvolvimento*”. Esta mudança tem um grande impacto nas organizações da sociedade civil (OSC) angolana, levando ao desaparecimento de vários actores e ao aparecimento de outros. Finalmente, torna-se possível a circulação de pessoas e bens, a presença de pelo menos algumas instituições do Estado em todos os municípios, a incorporação de militares da UNITA nas forças armadas do país e a desmobilização de grande número de militares.

Entre 2008 e 2013, devido à conjuntura internacional, os preços do petróleo - principal fonte de receita do OGE angolano - aumentam exponencialmente e Angola regista um enorme crescimento económico, tornando-se um dos países com custo de vida mais elevado em todo o mundo. Mas o impacto da crise financeira internacional (2008), leva a que nos anos seguintes muitas organizações internacionais se retirem de Angola¹¹,

⁹ Cf. <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/pr-rende-homenagem-a-kundi-paihama/>. Acedido em 26.07.2021.

¹⁰ Cf. *Educação para uma cultura da Paz*, ed. Mosaiko (Luanda 2000).

¹¹ Não foi a pouca relevância dos processos de transformação social que apoiavam ou com a falta de qualidade do trabalho desenvolvido que levou a que muitas organizações internacionais deixassem de trabalhar em Angola. A decisão resultou apenas da redução do seu orçamento em consequência da crise financeira internacional e da constatação de que, devido ao alto nível do custo de vida, com o mesmo valor poderiam desenvolver muito mais actividades no Benim ou no Quênia do que em Angola.



MOSAIKO

Entre 1997 e 2002, o Mosaiko assume como pilares da sua intervenção na sociedade angolana: trabalhar com as pessoas (e não para as pessoas) e coloca-se num horizonte de médio e longo prazo que não se limita “à gestão do quotidiano” tragicamente marcado pelas contingências da guerra.

reduzindo drasticamente o apoio às organizações nacionais e interrompendo vários processos de transformação social em curso.

Neste período, o Mosaiko procura consolidar e ampliar o trabalho que vinha desenvolvendo, adaptando as temáticas¹² das formações aos interesses locais mediante a análise com os GLDHs do seu contexto específico. Em 2004, melhora a sua capacidade de divulgação dos DHs através da emissão pela Rádio Ecclesia do *Construindo Cidadania* - um programa semanal de 60 minutos sobre temáticas de DHs. A partir de 2006, publica anualmente uma *Agenda Cívica* com informação sobre DHs e, a partir de 2008, publica trimestralmente o boletim *Mosaiko InForm* sobre temáticas de DHs.

Nesta fase, os signatários do protocolo de Luena – Governo e UNITA - pretendem ter legitimidade para ocupar o espaço político argumentando que “eles é que tinham feito a paz!”. Em 2003, a Semana Social tem como tema “O Cidadão e a Política”¹³, advogando para a legitimidade da intervenção cívica e política não partidária. Em 2007, quando o recenseamento eleitoral ocupa todas as atenções tendo como horizonte as eleições de 2008, a Semana Social tem como tema a “Justiça Social”¹⁴, alertando para o facto de as eleições serem apenas um meio para alcançar uma sociedade mais justa cujas políticas deveriam ser debatidas pelos cidadãos. O MPLA viria a obter uma votação esmagadora nas eleições de 2008 e, quando muitos pretendiam evocar o resultado eleitoral para legitimar as suas decisões sem ter em conta outros pontos de vista, a Semana Social de 2011 reflecte sobre “Democracia e Participação”¹⁵, sublinhando a importância de respeitar e considerar as minorias num contexto democrático.

Neste contexto de maior liberdade de circulação, o Mosaiko passa realizar formações sobre DHs noutras localidades. Passa igualmente a desenvolver uma **assessoria** mais regular com diversos GLDHs e, através de juristas e advogados, proporciona **aconselhamento jurídico e acompanhamento judicial de casos de DHs**. O trabalho dos juristas e advogados tem um grande impacto a nível local, pois os advogados

¹² Lei de Terras, Constituição da República de Angola (2010), Lei da Violência Doméstica (2011), Democracia, Lei de Prisão Preventiva, Lei das Associações foram algumas das temáticas escolhidas.

¹³ Cf. *O Cidadão e a Política*, ed. Mosaiko (Luanda 2004).

¹⁴ Cf. *Justiça Social*, ed. Mosaiko (Luanda 2008).

¹⁵ Cf. *Democracia e Participação*, ed. Mosaiko (Luanda 2013)

estão concentrados nos grandes centros urbanos¹⁶ e as pessoas mais vulneráveis do ponto de vista militar, político, económico e social não conseguem aceder ao sistema de Justiça. O simples facto de as vítimas poderem aceder ao sistema de Justiça inibe muitos abusadores. O êxito deste trabalho motiva o investimento em formações específicas – ao longo de 4 a 6 módulos de 1 semana - com membros dos GLDHs, para que, quando nomeados pelos juízes, possam exercer cabalmente a função de defensor oficioso e, se necessário, recorrer à intervenção dos advogados do Mosaiko.

Nesta fase, muitos planos governamentais são feitos com base em estimativas cuja fundamentação não é sólida. O Mosaiko compreende a importância de intervir cada vez mais através de **estudos e pesquisa social orientada para a acção**¹⁷ de modo a que, por um lado, possa adaptar melhor a sua intervenção às necessidades da sociedade e, por outro, possa desenvolver acções de **advocacia social com base em evidências**, quer através da comunicação social, quer através de debates públicos, quer junto dos decisores públicos aos diferentes níveis.

2014-2021: Período de agravamento da crise socioeconómica

A partir de 2014, com a descida abrupta do preço do petróleo, Angola entra numa crise económica e social profunda, que se traduz num aumento muito significativo do endividamento externo e dos correspondentes encargos¹⁸, agravando-se a situação em sucessivos anos de recessão económica.

Apesar da mudança do Chefe do Executivo em 2017 e da esperança com que se inicia o novo ciclo, muitos dos problemas estruturais permanecem...

¹⁶ “... cerca de 90% dos advogados encontra-se em Luanda” – cf. *Acesso à Justiça. Elementos para reflexão. Angola | 2012*, ed. Mosaiko (Luanda 2012) p.19.

¹⁷ Cf. *Acesso à Justiça fora dos grandes centros urbanos. Relatório de Pesquisa – Angola | 2012*, ed. Mosaiko (Luanda 2013).

¹⁸ Pelo menos desde 2017, cerca de 50% do OGE angolano é destinado ao pagamento da dívida e do serviço da dívida.



MOSAIKO

Num contexto de escassez de recursos, torna-se ainda mais importante discutir o que priorizar e a forma como são gastos os recursos disponíveis. Nesta perspectiva, o Mosaiko tem vindo a advogar para que o OGE seja cada vez mais debatido de modo a corresponder melhor às prioridades dos cidadãos.

Quando o Executivo angolano adopta uma política de privatizações e reforça a aposta na exploração dos recursos naturais, o Mosaiko produz vários estudos sobre a **situação dos DH em contexto de extração dos recursos naturais**¹⁹.

Em 2015, a Semana Social reflete sobre “*Igualdade de oportunidades*”²⁰ e, em 2019, sobre o modelo de desenvolvimento de Angola²¹.

Nesta fase, o Mosaiko continua a consolidar o trabalho que vem desenvolvendo com destaque para a regularidade na realização de pesquisas sociais; a introdução das metodologias de *Training for transformation* nas formações sobre DHs e o aumento da divulgação através do website e das redes sociais.

O Mosaiko reforça também a **presença em plataformas internacionais** como a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o mecanismo UPR do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, através das quais levanta temas de interesse para a vida interna do País.

Num período em que escasseiam plataformas de debate público e há vários sinais de saturação, particularmente nos mais jovens, o Mosaiko inicia, em 2016, um ciclo de debates mensais – *Cidadania em debate* - sobre diversos temas que são propostos pelos participantes. Este tipo de debates replica-se noutras zonas de Luanda, a partir de iniciativas de jovens que inicialmente participaram no *Cidadania em debate*. Por outro lado, o Mosaiko reforça a sua presença junto dos jovens e da população urbana através de **iniciativas que aliam a produção artística e a promoção dos DHs**, organizando ateliers de teatro e cinema; concursos de teatro e de *spoken word*; promovendo a composição e divulgação de músicas sobre DHs, etc.

Num contexto de escassez de recursos, torna-se ainda mais importante discutir o que priorizar e a forma como são gastos os recursos disponíveis. Nesta perspectiva, o Mosaiko tem vindo a advogar para que o OGE seja cada vez mais debatido de modo a

¹⁹ Cf. *Avaliação participativa sobre o Acesso à Justiça. Relatório de Pesquisa 2016*, ed. Mosaiko (Luanda 2017); *Avaliação participativa sobre o Acesso à Justiça. Relatório de Pesquisa 2017*, ed. Mosaiko (Luanda 2018); *Avaliação participativa sobre o Acesso à Justiça. Relatório de Pesquisa 2018*, ed. Mosaiko (Luanda 2019); *Avaliação participativa sobre o Acesso à Justiça. Relatório de Pesquisa 2019/2020*, ed. Mosaiko (Luanda 2020).

²⁰ Cf. *Igualdade de Oportunidades*, ed. Mosaiko (Luanda 2016).

²¹ Cf. *Desenvolvimento sustentável*, ed. Mosaiko (Luanda 2019).

corresponder melhor às prioridades dos cidadãos. Para tal, em articulação com outras OSC, tem produzido publicações e animado debates e formações - a nível local, provincial e central -, contribuindo para uma maior literacia orçamental dos cidadãos e, sobretudo, para que tenham a capacidade de influenciar o ciclo orçamental tanto na fase de elaboração, como através da monitoria e fiscalização da execução do OGE.

No contexto actual, o Mosaiko procura, por um lado, estimular a reflexão e a participação dos cidadãos perante os desafios colocados pela criação das autarquias locais (cujas eleições previstas para 2020 foram adiadas) e, por outro, fortalecer a sua intervenção em prol da equidade de género na sociedade angolana.

Conclusão

O percurso descrito resume mais de 20 anos de trabalho na promoção dos DHs e de iniciativas cívicas em que os cidadãos tomam consciência dos seus direitos e deveres para, por um lado, conhecer, influenciar, monitorar e fiscalizar a acção dos poderes públicos e, por outro, tomar iniciativas próprias, sem depender das instituições do Estado, contribuindo para o bem das suas comunidades.

Angola: liberdade de imprensa e vazio infoético

DOMINGOS DA CRUZ
COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA DE ANGOLA

“
É necessário ser-se demasiado infantil para clamar por liberdade de imprensa quando a sociedade é conduzida pelo autoritarismo.
”

Uma análise razoável sobre a cultura política em Angola, em particular a liberdade de imprensa, pressupõe a identificação "correcta" dos pressupostos que iluminam/riam a análise.

As narrativas comuns sobre a liberdade de imprensa, localizáveis nos medias e em dissertações variadas, partem frequentemente de um pressuposto inadequado: clamam por uma imprensa livre. Referem a necessidade de uma sociedade aberta, onde o dissenso expresso na esfera pública seja uma realidade. Parece necessário mudar os pressupostos. As predicções negativas sobre uma categoria da cultura política, como é o caso da liberdade de imprensa, só tem sentido numa sociedade democrática.

Em sociedades abertas, quando existem perturbações do sistema político, é necessário análises, estudos, relatórios, entre outras formas de tentativas de compreender a realidade, para entender até que ponto os tempos de anormalidade causaram fissuras ao sistema. Verificar se a anormalidade alterou a qualidade das instituições democráticas e todas as prerrogativas necessárias à cultura política de uma sociedade aberta.

No caso de um regime autoritário, como é o de Angola, afirmar todos os anos que não há liberdade de imprensa parece-me pueril. Talvez até preguiçoso, porque a ausência de liberdade, qualquer que seja, são as bases fundamentais de um regime autoritário. Não há regime autoritário sem a falta de liberdade geral, e, em particular, sem o direito à comunicação que encontra na imprensa uma extensão civilizatória através das máquinas. É necessário ser-se demasiado infantil para clamar por liberdade de imprensa quando a sociedade é conduzida pelo autoritarismo. Para sintetizar, a crítica ao pressuposto, parece necessário afirmar – com paralelismo – que não se pode esperar que haja liberdade de imprensa em Cuba ou na Coreia do Norte. O mesmo se aplica a Angola. Simplifiquemos: constitui a natureza do regime privar os habitantes do exercício de qualquer direito fundamental.

Tendo como pano de fundo, o pressuposto acima referido, as organizações internacionais, dedicadas a monitorar as liberdades e garantias fundamentais, recolhem dados e analisam a situação em Angola (usando uma metodologia inadequada, claro) e colocam-no todos os anos ali aonde ele merece estar: entre os países não livres, classificando-o como um regime autoritário. Para ilustrar, no relatório mais recente da *Freedom House, Democracy under Siege*, Angola obteve 10 pontos no âmbito dos Direitos

Políticos e para as Liberdade Cívicas alcançou 21 pontos. De acordo com a metodologia adoptada, quanto maior for a quantidade de pontos melhor se posiciona no que diz respeito à qualidade das instituições democráticas.

Tabela nº 1

Country	Total Score and Status	Political Rights	Civil Liberties
Abkhazia*	Partly Free	17	23
Afghanistan	Not Free	13	14
Albania	Partly Free	27	39
Algeria	Not Free	10	22
Andorra	Free	38	55
Angola	Not Free	10	21
Antigua and Barbuda	Free	33	52

Fonte: Freedom House, *Freedom in the World 2021*.

Por sua vez, o informe mundial da organização *Repórteres Sem Fronteiras*, sem surpresa, coloca Angola entre os piores países no que diz respeito à liberdade de imprensa em África: posição 103, com 34.06 pontos. O documento refere uma melhoria marginal desde o final de 2017, mas não é suficiente para remover o país da lista dos regimes autoritários. Aliás, a melhoria não substancial já foi outra vez obliterada, uma vez que voltaram os controlos e manipulações descaradas. A organização não-governamental destaca que os canais de televisão, as emissoras de rádio, os jornais e revistas são “ainda largamente controlados ou influenciados pelo governo e partido no poder”. Por outro lado, Angola é um país onde o custo “exorbitante” de licenças de transmissão impede o pluralismo e a emergência de novos actores.

Sobre a liberdade correlativa à liberdade de imprensa – liberdade de expressão – a organização regional *AfroBarometro* publicou um informe focado sobre Angola.



ACEP

“ **Alguns estudiosos da transição de regime sustentam a tese da impossibilidade de institucionalização de uma sociedade aberta, onde há níveis elevados de privação material como é o caso de Angola.** ”

O resultado ali expresso tem por base inquéritos aos cidadãos. Dos inquiridos, 74% diz não se sentir livre para expressar os seus pontos de vista; 20% sente-se completamente livre e 6% não sabia, não soube responder ou recusaram-se a responder ao inquérito. Estes dados reafirmam o quanto a cultura do medo está profundamente impregnada na sociedade angolana. Este medo é instrumentalizado e aprofundado pelo grupo hegemónico com vista à manutenção do fim último que os move: o poder a todo o custo. O poder sem projecto de nação. O poder como caminho para locupletar bens públicos. É o poder ganster. Uma prática típica de "lumperadicaís", diria A. Mbembe, alojados nas avenidas da política como arte para infringir o mal em todas as suas dimensões até à sua banalização quase absoluta. Em síntese, é o triunfo dos captores do Estado.

A liberdade de imprensa para além de si mesma

Desde uma perspectiva teórica e de políticas públicas sobre os direitos humanos, a liberdade de imprensa enquadra-se no âmbito da «concepção contemporânea de direitos humanos», assim lecciona Flávia Piovesan (2017:2). Ao contrário da teoria geracional sobre os direitos humanos de Karel Vasak, na contemporaneidade, os direitos das mulheres e de todos os homens, onde cabemos todos, são indivisíveis, interdependentes e universalizáveis.

Os princípios da interdependência, da universalidade e da indivisibilidade dos direitos fundamentais significam que, a concretização e a realização dos direitos, para o desenvolvimento, e conseqüente concretização da liberdade de imprensa (que, claro, somente é possível dentro de uma sociedade aberta) não podem ser vividos de forma parcial, mas sim, em simultâneo. Porquê a urgência da simultaneidade? Não pode haver desenvolvimento da pessoa quando só se vivem os seus direitos económicos, ou somente os culturais, ou somente os ecológicos e ambientais. Os direitos civis e políticos fazem parte deste rol para a concretização de uma cultura política democrática, onde está incluída a liberdade de imprensa.

Para que a pessoa se possa desenvolver na sua plenitude, precisa concretizar os direitos sociais, culturais, económicos, ecológicos e outros difusos, como é o caso do direito ao desenvolvimento. Aliás, não há concretização do direito ao desenvolvimento sem os direitos anteriormente evocados. Indivisibilidade, porque a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais, económicos e culturais e vice-versa. Quando um deles é violado, os demais também o são. Os direitos humanos compõem assim uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, capaz de conjugar o catálogo de direitos civis e políticos ao catálogo de direitos sociais, económicos e culturais.

Ao examinar a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos, Hector Gros Espiell afirma: «só o reconhecimento integral de todos estes direitos pode assegurar a existência real de cada um deles, já que sem a efectividade de gozo dos direitos económicos, sociais e culturais, os direitos civis e políticos reduzem-se a meras categorias formais. Inversamente, sem a realidade dos direitos civis e políticos, sem a efectividade da liberdade entendida no seu mais amplo sentido, os direitos económicos, sociais e culturais carecem, por sua vez, de verdadeira significação» (1986:17).

Como se pode inferir, é a concretização de todos estes direitos que confirmam, que materializam, o direito à democracia e ao desenvolvimento. O direito ao desenvolvimento é, na realidade, o direito que sintetiza todos os direitos.

Tendo como pano de fundo os princípios da interdependência, da universalidade e da indivisibilidade dos direitos fundamentais, parece relevante reportar ao último relatório da *Fundação Mo Ibrahim*, organização continental africana que analisa e monitora a governação à escala continental. Numa análise comparativa entre os países africanos que falam a língua portuguesa, classifica Angola na pior posição. Ainda assim, diz ter acontecido uma melhoria marginal (posição 43.º) porque obteve 40 pontos em 2019, mais 5,4 do que em 2010, ou seja, o país é comparável a um paciente que estava em coma, cuja respiração dependia de máquinas. Agora continua em coma, mas é capaz de respirar sem auxílio de máquinas. Esta melhoria insignificante não foi o suficiente para que o país pudesse migrar de um regime autoritário eleitoral para uma democracia.

O mapa comparativo coloca os países que falam a língua portuguesa nas seguintes posições: em 2º lugar encontra-se Cabo Verde no nível continental; São Tomé e Príncipe é o segundo país lusófono mais bem colocado, ocupado a 12ª posição e o melhor

lugar da África Central. Moçambique ficou em 26º; Guiné-Bissau ocupa a 41ª posição. Ora, o Índice Ibrahim de Governação Africana, analisa quatro categorias essenciais: participação, direitos e inclusão, segurança e Estado de Direito e desenvolvimento humano e oportunidades económicas. Enquanto defensor desta concepção cíclica dos direitos, para mim é demasiado claro que não faz sentido uma análise da liberdade de imprensa fora deste quadro de interdependência. Por isso mesmo, alguns estudiosos da transição de regime sustentam a tese da impossibilidade de institucionalização de uma sociedade aberta, onde há níveis elevados de privação material como é o caso de Angola. Por outro lado, aquelas sociedades que se tornaram democráticas assistem à estagnação e ao não aprofundamento da democracia quando há recuo nas oportunidades económicas e sociais. Portanto, há correlação entre riqueza material e democracia, por isso, a liberdade de imprensa em Angola (que não existe) deve ser vista no quadro da inexistência da democracia, que, por sua vez, se funda na concretização dos direitos humanos. Mas esta mordaza sobre a imprensa, é ao mesmo tempo sinal de coerência e vitalidade da tirania. É o regime a fazer o que lhe cabe. Não podia agir diferente.

Aprofundamento da coerência de regime

Com vista ao aprofundamento da natureza do regime, desde que chegou ao poder um novo presidente, João Lourenço, as perseguições e ameaças a jornalistas não cessaram, tendo se traduzido em processos judiciais movidos por aqueles que detêm o poder político, detenções, expulsões e suspensões, como demonstram os casos abaixo:

- Carlos Rosado. Afastado da TV Zimbo na sua função de comentador por ordem vinda do poder político;
- Francisco Rasgado. Acusado de calúnia e difamação pelo governador de Benguela, Rui Falcão. Por isso, foi detido e julgado;
- Israel Campos. Foi suspenso da Rádio Luanda por ter lido uma crónica sobre a incompetência do governo na resposta aos períodos de chuva com vista a proteger os cidadãos. O referido texto terá sido escrito por Mwene Vunongue;

Saber e circunstâncias

- Lucas Pedro. Jornalista do CK está a ser acusado de calúnia e difamação por um empresário ligado ao poder político dominante;
- Mariano Brás. Director do jornal O Crime é acusado de calúnia e difamação pela Ministra para Área Social, Carolina Cerqueira;
- Escrivão José. Pesa sobre ele uma queixa por difamação. O jornalista que também é o director do jornal Hora H, "entende que estas notificações são sinais de que a imprensa está a ser atacada. Escrivão José já recebeu mais de 20 notificações relativas a casos relacionados com governantes angolanos" lamentou em entrevista a DW África;
- O jornal *Hora H* e *A República* têm sido inviabilizados de imprimir algumas edições nas gráficas sob controlo do grupo hegemónico;
- No início de 2021, o Ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Manuel Homem, anunciou a intenção do governo de encerrar os "websites ilegais" em Angola. Não se sabe ao certo o que quis dizer com 'website ilegais';
- Em Abril do presente ano, 2021, o governo angolano mandou suspender a TV Record, Zap Viva e a Vida TV. De acordo com as autoridades, os órgãos de comunicação social estariam a operar ilegalmente. Curiosamente, todos estes órgãos, no passado fizeram parte da estratégia de manipulação e fraude eleitoral. Uma vez que os dois últimos pertencem a Isabel dos Santos e a Tchizé dos Santos, e o primeiro à Igreja Universal, entidades e instituição contra as quais há conflito aberto, mais uma vez prevaleceu a lógica autoritária, expressa através de uma medida maquiavélica;
- Em Outubro de 2020, o regime ordenou o fim da emissão da SIC Internacional África e SIC, que eram acessados através da empresa sul-africana DStv.

Ao elencar processos contra jornalistas, movidos por entidades políticas, não se pretende afirmar que os jornalistas são impunes. Não se pretende que sejam profissionais e cidadãos que possam usar e abusar da profissão para o assassinato de carácter via imprensa. O problema reside em dois factores: primeiro, o facto dos processos se fundar em bases políticas; segundo, a Lei de Imprensa (art.º 82), o Código Penal e a Lei de



ORLANDO GARCIA, ANGOLA

“ Entre os oprimidos, existem os voluntários. Por isso, a imprensa está dividida em dois grandes grupos: a imprensa alternativa e os profissionais a ela ligada e os "escravos voluntários e felizes" ”

Segurança do Estado, criminalizam a actividade jornalística e a liberdade de expressão, por isso, corre contra corrente do *standard* internacional estabelecido pela UNESCO, convencionados por «marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação» (2010). Basicamente, quando um jornalista faz o uso abusivo da imprensa pode ser responsabilizado pela classe (no âmbito do código deontológico); pela sociedade (através da esfera pública) por um tribunal (somente em casos estabelecidos pela lei interna e internacional). Para o caso particular de calúnia e a difamação, a responsabilidade deve ser civil e não criminal como acontece em Angola. É preciso lembrar que num regime autoritário não pode ser diferente do que acontece.

No quadro do aprofundamento da lógica autoritária, em Março de 2020, o regime, por meio do seu Presidente, exarou um decreto que obriga toda a imprensa a submeter-se ao alinhamento do governo no combate à pandemia da Covid-19. Ou seja, toda a informação e análise veiculada pelos media sobre este assunto, deve obedecer ao princípio da uniformidade, dentro de uma estratégia autoritária.

"Jornalistas" criminosos e o vazio infoético

Entre os oprimidos, existem os voluntários. Por isso, a imprensa está dividida em dois grandes grupos: a imprensa alternativa e os profissionais a ela ligada e os "escravos voluntários e felizes", diria Étienne, cujo papel consiste na prestação de vassalagem através da Televisão Pública de Angola, Jornal de Angola, Angop, TVZimbo, Rádio Mais, Jornal Opais, etc. A este comportamento absolutamente oposto à deontologia jornalística, alguns suavizam e chamam-lhe propaganda. Dois cartoons de Sérgio Pissara sintetizam com eloquência o orgulho dos pseudojornalistas pela escravidão.



Fonte: página do Facebook do autor/ <https://www.facebook.com/sergio.picarra.3>

Estes *cartoons* permitem-nos compreender que estes propagandistas não são vítimas. São cúmplices. Têm comportamentos que beiram o ódio à liberdade de imprensa. Negam a liberdade geral, talvez devêssemos dizer que por cá/lá o jornalista é um dos inimigos da liberdade de imprensa. E à semelhança do que aconteceu nas tiranias antigas, ainda hoje, o partido colocou as redacções de todos os meios de comunicação sob o seu controlo, através de agentes dos serviços secretos. Estes sim, definem a agenda *setting*, e viabilizam a instalação do vazio infoético quase total. Este niilismo profissional transforma o jornalista num perigo para a sociedade, como alertou o Papa Bento XVI dizendo: "Quando a comunicação perde as amarras éticas e se esquivava ao controlo social, acaba por deixar de ter em conta a centralidade e a dignidade inviolável do homem, arriscando-se a influir negativamente sobre a sua consciência, sobre as suas decisões, e a condicionar em última análise a liberdade e a própria vida das pessoas. Por este motivo é indispensável que as comunicações sociais defendam ciosamente a pessoa e respeitem plenamente a sua dignidade. São muitos a pensar que, neste âmbito, seja actualmente necessária uma «infoética» tal como existe a bioética no campo da medicina e da pesquisa científica relacionada com a vida."

Os "jornalistas" que se deixam usar como instrumentos para a concretização da agenda do regime, estão a protagonizar crimes continuados em massa. Sim, são criminosos à luz do Direito Penal Internacional, como confirma a jurisprudência que condenou

à prisão perpétua e à pena mínima de 35 anos, os jornalistas que incitaram a perseguição, ao ódio étnico, e causaram a destruição, miséria e violação de direitos humanos no Ruanda durante o genocídio de 1994. Os condenados à prisão perpétua terão sido Ferdinand Nahimana, de 53 anos, na época dirigente da Rádio e Televisão Livre de Mil Colinas, e Hassan Ngeze, do jornal extremista hutu "Kangura". A prisão perpétua é a pena máxima aplicada pelo Tribunal Penal Internacional para o Ruanda, contra jornalistas. Finalmente, Jean-Bosco Barayagwiza, de 53 anos, co-proprietário da RTLM, foi condenado a 35 anos de prisão.

Coda

De acordo com os critérios da UNESCO, convencionados por «indicadores de desenvolvimento dos media: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação» (2010), existem cinco categorias chaves para avaliar se os media são democráticos, se estão ao serviço de uma sociedade democrática ou se servem interesses particulares (2010: 7-8). A primeira categoria defende um *sistema regulatório favorável* à liberdade de expressão, ao pluralismo e à diversidade mediática: a existência de um marco jurídico, regulatório e político que resguarde e promova a liberdade de expressão e informação, baseado nos padrões internacionais de práticas recomendadas e formulado com a participação da sociedade civil. A segunda centra-se na *pluralidade e diversidade dos média*, com igualdade de condições no plano económico e transparência da propriedade: o Estado promove activamente o desenvolvimento do sector mediático de maneira a impedir a concentração indevida e assegurando a pluralidade e transparência da propriedade e do conteúdo nas vertentes pública, privada e comunitária do sector. A terceira, advoga os *media como uma plataforma para o discurso democrático*: quando inseridos numa atmosfera prevalente de auto-regulamentação e respeito pelo ofício jornalístico, reflectem e representam a diversidade de opiniões e interesses na sociedade, inclusive dos grupos marginalizados – havendo um nível elevado de informação e educação para os media. A quarta prima pela *capacitação profissional e pelo apoio às instituições* que embasam a liberdade de expressão, o pluralismo e a diversidade: os profissionais dos media

têm acesso à capacitação e ao desenvolvimento profissional, tanto vocacional quanto académico, em todas as etapas das suas carreiras, e o sector, como um todo, é fiscalizado e apoiado por associações profissionais e organizações da sociedade civil. Finalmente, a quinta categoria tem como foco avaliar se a *capacidade infra-estrutural* é suficiente para sustentar uma comunicação social independente e pluralista: o sector é caracterizado por níveis elevados ou crescentes níveis de acesso público, inclusive entre os grupos marginalizados, e há o uso eficiente da tecnologia para a colecta e distribuição de notícias e informações apropriadas ao contexto local.

Faz parte integrante desta análise a consideração de que as categorias são examinadas colectivamente, a fim de gerar uma imagem integrada do ambiente mediático. Nenhuma categoria é mais importante que as outras: a premissa é que cada uma é relevante. Inevitavelmente, os indicadores tomados como um todo constituem um quadro desejado, porém uma análise baseada nessas categorias permite a construção de um mapa completo da ecologia dos media.

Em síntese, todos os argumentos, métricas e factos apontam um caminho contrário a estas categorias da UNESCO e outras posições teóricas e jurídicas internacionais, logo, Angola é um regime autoritário competitivo de grande vitalidade, na qual a liberdade de imprensa e outras não são parte da vida dos seus habitantes. Tudo isso, revela coerência de regime. Não seria o contrário. Desejar o desfrute das liberdades no interior de um sistema político autoritário é manifestação de ignorância monumental.

RAPensando novos mapeamentos culturais e territórios de emancipação cívica na Guiné-Bissau e em Cabo Verde

MIGUEL DE BARROS . SOCIÓLOGO E DIRECTOR EXECUTIVO DA TINIGUENA - ESTA TERRA É NOSSA!
REDY WILSON LIMA . SOCIÓLOGO E INVESTIGADOR NO CICS.NOVA

“ A irrupção da ocupação das ruas por parte dos jovens politizados em torno de lutas pela emancipação da condição juvenil, como pela defesa da democracia, encontra na Primavera Árabe o momento charneiro que marca um novo protagonismo em termos de capacidade de produção do impacto público. ”

Mantenha! Rua como espaço de livre criação

A estratificação dos espaços e territórios como lugares de produção das identidades e de afinidades não foi capaz de superar as possibilidades de construção da integração sócio-espacial, que na transição para o estatuto das urbes atribuíram ao papel dos seus protagonistas a ideia de “cidadãos”, gerando assim categorizações hierarquizadas que influenciaram formas de relacionamento, cujas aptidões e competências segregam pessoas, grupos, culturas, economias e formas de viver o lugar.

Deste modo, a convocação de habilidades tendo em vista (re)criar imprevisibilidades e, conseqüentemente, capacidades próprias de gestão dos territórios contribuíram para que a relação entre a apropriação do lugar de rua, na sua singularidade e na sua espacialidade relacional, mais que formas de preservar os fatores de diferenciação espacial, contribuíram para o surgimento de inventividades de sobrevivência em que cada território edifica modalidades de resistência da sua presença do que hoje é consensualizado como cidade.

A forma como os corpos se movimentam e ocupam lugares nos espaços, cuja idealização não os integrou e nem projetou as suas sociabilidades de forma potenciadora, permitindo que eles sejam desencadeadores da sua própria construção, embora possa parecer limitativo em termos de capacidade de produção política, ela não lhes retira o lugar de potência na produção económica, cultural e simbólica, mesmo quando a precariedade financeira condiciona as possibilidades de adoção de outras estratégias.

A imposição de normas que permite aos governos, através das Câmaras, o reconhecimento legal e estatutário enquanto gestores das cidades e conseqüentemente a execução de políticas públicas de interesse comum, não são as que produzem efetivamente as cidades e nem são elas que jogam o papel da integração das pessoas. No contexto africano, as pessoas estão nas ruas, produzem-nas e são donos delas, convivem, passam a maior parte do tempo na rua, é ali que resolvem os problemas, nela e visualmente criam identidades que são mais conhecidas e utilizadas, que geram formas intensas de apropriação com o intuito de atribuir planejamento, integração ao espaço que constitui a autenticidade da vitalidade urbana.

Olhando para as formas alternativas de produção dos territórios face às dinâmicas de segregação espacial e lutas pela apropriação do espaço nos contextos urbanos na Guiné-Bis-

sau e em Cabo Verde, deparamo-nos com um movimento diário intenso de pessoas, bens e serviços nas suas avenidas, esquinas e becos baseados na economia de aglomeração, mesmo em contexto de pandemia, enquanto promotoras de densidades territoriais agregadoras que permitem circular com seus produtos ou ocupar as zonas que favoreçam maior visibilidade às suas criações e negócios, não pondo de parte a utilização das suas próprias residências e/ou varandas de outrem, mesmo sendo instituições públicas.

Por outro lado, nos espaços devolutos e nos bairros ditos periféricos são produzidas várias formas de recriar o sentido de identidade através da produção cultural, seja ela através das músicas, letras escritas nas paredes, seja ela através de coletivos que se juntam em *sintadu/xintadas*, ou ainda através da produção de murais artísticos em algumas vias e bairros populares, que transportam novas cores, mensagens e simbolismos para o diálogo com a memória e a narrativa dos tempos nesses territórios. Assim, a apropriação da rua contribui simultaneamente para que esta se transforme num espaço de ação produtiva da cidadania política e interventiva que projeta os jovens para o centro da transformação social enquanto agentes do contrapoder e influenciadores de novas iconografias e de vozes reivindicativas de novos protagonismos de história e lugares nas cidades.

Em Bissau e na Praia, demos conta que as contingências dos processos de estruturação das cidades e consequentemente das economias, se por um lado empurraram os jovens para a exclusão e reprimiram as suas formas primárias de consumo dos lugares erigidos pelo Estado colonial e pós-colonial, geraram, igualmente, possibilidades de criação de coletivos sociais que têm assumido protagonismos de uma construção da participação diferenciada, cujos meios estão a contribuir para a redefinição dos contextos de novas espacialidades, que se distinguem em processos de mobilizações coletivas não formalizadas, captadoras de diferentes formas de articulações nas suas comunidades.

São várias as formas de emancipação, de protesto à construção social de mudança como projeto político, cujos processos de intensificação da ação pública tem dado lugar a um novo tipo de protagonismo da sociedade civil, cujo impacto tem tido maior propensão a favorecer o surgimento e ampliação do espaço de intervenção de agentes culturais, na perspetiva de intensificação do modelo político alternativo para uma nova geração nas suas comunidades. Neste artigo, discutiremos a ação da produção criativa, mais que trabalho artístico, mas sim como um palco de reivindicação de uma nova ordem que supera a crítica e a integração

numa sociedade que não responde aos anseios da juventude, politizando, assim, os espaços de lutas sociais para a transformação das relações de opressão territorial em princípios de justiça e de poder.

Disgadja! Movimentos Sociais populares de intervenção urbana em territórios complexificados: Guiné-Bissau e Cabo Verde

Enquanto produtos de invenção colonial, as cidades em África nasceram compartimentadas, partidas ou fissuradas, nas quais os centros, apropriados pela população branca e seus descendentes mestiços segregavam para a periferia ou para o subúrbio a população indígena. Embora em Cabo Verde tenha sido hegemónica a ideia de que do ponto de vista formal, contrário à realidade bissau-guineense onde foram erigidas cidades coloniais conhecidas popularmente como “praças” e segregado o seu acesso em função do estatuto do indigenato, a transposição do modelo urbanístico colonial não produziu um dualismo urbano e racial. Na prática, a diferenciação social e urbana entre riba-Praia (Plateau) e *baxu*-Praia, estando este último associado às populações migrantes rurais, tidas como descendentes dos forros e escravizados auto-libertos, designados como *badius di fora*. No caso guineense, o pós-independência gerou um processo de aburguesamento da elite revolucionária ao ocupar os antigos edifícios coloniais tanto em termos de funções político-administrativas (inclusive de repressão), mas também servindo de espaço de residência da classe alta, concentrada em Bissau. Num contexto onde as antigas Praças coloniais no resto do país foram relegadas ao abandono, a sedimentação territorial acabou por gerar um processo de clivagem e estigmatização de territórios entre “Praça/Tabanka”, tendo em conta os níveis de privilégios herdados desde o período colonial que agora são otimizados.

Com os impactos do Programa de Ajustamento Estrutural na economia, principalmente nos finais da segunda metade da década de 1980, verificou-se um duplo processo de

mobilidade urbana: a classe média que estava situada na periferia da Praça de Bissau deslocou-se a para os bairros populares, a população rural deslocou-se para a periferia dos bairros populares de Bissau gerando um fenómeno de engessamento espacial na capital. Esse processo de *stress* urbano, cuja densificação não se verifica na zona da Praça, chegou ao ponto de saturação dos bairros populares com a chegada dos migrantes oeste africanos à Guiné-Bissau devido à adesão do país à UEMOA nos finais da primeira metade dos anos 1990, contribuindo deste modo, para o rompimento dos limites das zonas residenciais tradicionais de Bissau e consequentemente as divisões administrativas coloniais que balizavam até aqui a Capital, para dar lugar ao surgimento de novos bairros considerados agora de novas periferias.

Em Cabo Verde, a recolonização espacial do pós-independência do Plateau como forma de manutenção e amplificação da dominação simbólica impediu a sua descolonização enquanto fator civilizatório importado da Europa, o que contribuiu para o reforço e a legitimação do corte urbano herdado. Este espaço é entre os finais dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 reterritorializado e ampliado para novos espaços nobres edificados, em pleno contexto neocolonial desencadeado pelas políticas de ajustamento estrutural, hoje consolidadas pelo movimento de regeneração urbana, cujo principal objetivo é a higienização das ruas para fins comerciais e turísticos.

Esta visão de intervenção urbana enquadra-se na tradição funcionalista da modernização, segundo a qual os pressupostos do desenvolvimento encontram-se na proposta neoliberal, cuja visão eurocêntrica e imbuída num certo paroquialismo neocolonial que se esbate nos processos urbanos africanos que têm na economia e criatividade de rua o seu principal traço de africanidade. Ao reduzir a complexificação urbana africana num dualismo formal/informal, sendo este último um tipo de espaço e de estilo de vida que foge às formalidades da lei e ao universo academicista, mais do que produzir um conhecimento enviesado da realidade social, está-se a reproduzir as segregações do passado e a condenar grande parte da população à categoria de não-cidadão.

Entretanto, um dos fenómenos interessantes de ligação entre a Praça/Plateau e as zonas populares em Bissau e na Praia, bem como com a irrupção dos residentes das zonas populares de forma permanente pelas zonas de urbanização colonial, são as atividades da economia não formal, que se foram projetando em torno das feiras livres, como são os casos de Bandidim e Sucupira. Considerados mercados, representam em Bissau e na Praia, respetivamente,



FOTO CEDIDA PELOS AUTORES

“ Os labirintos de acesso aos recursos financeiros para a criação e produção artística baseada na intervenção crítica e alternativa continua a enfrentar atalhos que fazem com que a modalidade de mobilização de recursos estruturantes para a intervenção urbana passe sobre o muro das políticas públicas nacionais. ”

o centro das atividades económicas de rua, que se estendem por toda a cidade, aproveitando uma rede de *bideras/rabidância*, às quais não escapam nem sequer as instituições públicas. Estas redes surgem como alternativas socioeconómicas e políticas face aos condicionamentos impostos pelos sucessivos governos a partir dos anos de 1980, remetendo a maioria da população para uma situação permanente de emergência e contingência.

A dinâmica da sobrevivência deu lugar a cultura do *buska bida/disgadjamentu* que surge precisamente neste contexto, marcado pela ausência parcial ou total do Estado, que recua nos anos de 1990, numa fase crítica do debate sobre a transição do regime monopartidário para multipartidarismo, abrindo uma janela de oportunidades para os auto-empoderamentos socioeconómicos e políticos da Sociedade Civil, sobretudo daqueles liderados por mulheres e jovens, que representam o perfil da precarização, nestas duas capitais africanas, e os grandes protagonistas do setor da economia criativa de resistência que tem na economia de rua, nos coletivos das *mandjuandades* e/ou da *rabidância*, numa fase mais instrumental e depois no movimento em torno do *rap* e das coletividades comunitárias, o *tereru* propício de luta e de emancipação sociopolítica.

Com a liberalização política na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, na primeira metade dos anos de 1990, passou-se abruptamente de uma situação de partidarização declarada dos movimentos das massas, particularmente o das mulheres (UDEMU/OMCV) e o dos jovens (JAAC) a um processo de despolitização e dependência, resultando numa “ONGficação” da sociedade civil, que passa a seguir à risca a agenda dos programas de Ajuda para o Desenvolvimento, acolhendo a demanda social via constituição de associações locais. Neste sentido, introduziu-se uma noção de movimentos sociais assentes em pressupostos euro-norte-americanos, centrando-se apenas nos seus aspetos jurídico-formais, desde as formas organizativas até aos ciclos de mobilização, excluindo um conjunto de movimentos tradicionais, espontâneos, populares de rua, que não atuam dessa maneira sob razão de não preencherem os requisitos para serem financiados.

A figura social da *bideira/rabidanti*¹ e o movimento *rap*, tanto em Bissau como na Praia, surge como exemplo de organizações que não se enquadram nas conceptualizações clássicas

¹ Nome dado às pessoas, maioritariamente mulheres originárias de contextos socioculturais marcados pela exclusão, podendo ser tanto das zonas rurais como da periferia da capital, que tem na arte do *disgadjamentu* o sustento familiar e comunitário.

dos Movimentos Sociais, mas que nos ajudam a pensar uma ação coletiva que tem o aspeto identitário como foco e o espaço urbano como palco central. De igual modo, permite-nos aprofundar a análise de Movimentos a partir de um outro lugar que não das estruturas fixas, mas sim das relações sociais baseadas nos territórios da resistência. Ou seja, nos fluxos, nas circulações, incluindo representações de imagens e vozes, o que faz despoletar conceitos como soberania, cultura e comunidade.

Entretanto, estas dinâmicas têm sido as mais visadas pelas políticas de tolerância zero implementadas como suporte dos programas municipais de gentrificação e as que mais sofreram o Estado de Emergência decretado com a situação pandémica. Não obstante, são as que mais têm resistido no processo, reinventando simultaneamente redes e estratégias de solidariedade e o sustento da economia familiar, comunitária, regional e nacional. O tipo da ordem económica e social criado, que além de alimentar a nova ordem global neoliberal, molda espaços políticos e de intervenção social que, embora invisibilizados, constituem-se como sujeitos políticos e principais agentes de integração africana e do pan-africanismo por via dos constantes fluxos de circulação entre Bissau, Dakar e Praia.

“Kalka Pe”! Redesenho de um novo ecossistema sociocriativo e de intervenção política em Bissau e na Praia

O movimento *rap*, uma outra figura social que não se inscreve na conceptualização clássica dos movimentos sociais, reinventou, por seu lado, outro espaço de resistência e denúncia, tornando visível o mal-estar social e político e proporcionando aos jovens a possibilidade de reformular as suas críticas, na medida em que se encontram numa situação de desespero e desilusão. A problemática das *bideras/rabidantis* é apenas um dos muitos temas fraturantes trazidos e representados por alguns rappers como uma importante figura de reorientação ontológica na busca do equilíbrio de um povo a partir

do papel matriarcal e materno-centrado, enaltecendo o seu papel como mães africanas líderes na luta pela recuperação, reconstrução e criação da integridade cultural negra, baseada na reciprocidade, harmonia, justiça e ordem.

A literatura dos movimentos sociais tende a olhar os protestos através de dois processos distintos, mas confluentes: o seu início e o seu crescimento popular. Se para iniciar é necessário a existência de um líder, para que o movimento cresça é fundamental haver adesão de outras pessoas. O papel do *rapper*/MC neste processo foi o de articular as diferentes partes envolvidas, fazendo com que o movimento ganhe vida e se amplie através das letras-chaves das suas músicas, tornadas bandeira de resistência e banda sonora dos protestos de rua.

Na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, este processo foi liderado por agrupamentos em forma de coletividade, sendo que no caso guineense o impacto foi gerado sobretudo via rádios comunitárias, neste caso, no final de 2008, foi a estação difusora Jovem, com os FBMJ como principal protagonista. Mas é sobretudo no contexto cabo-verdiano que o protesto promovido pela MAC#114, em 2015, como o do *Sokols*, em 2017, tiveram o movimento *rap* como um dos principais protagonistas, mensageiros e mobilizadores de rua.

O termo *vaga*, por sua vez, tem sido utilizado no contexto africano na leitura da continuidade dos movimentos sociais, permitindo refletir as transformações na sociedade e não nas estruturas de governação, demonstrando que as *vagas* de protesto não acontecem num vazio, mas sim num contexto herdado por uma anterior mobilização. Se tomarmos em consideração que o *rap* surge nos dois países analisados nos anos de 1990², dando voz à indignação, às contradições das políticas de ajustamento estrutural e consolidou-se nos anos 2000 (tendo a Guiné-Bissau vivido uma guerra civil entre 1998 e 1999), como resposta às políticas de austeridade pós-crise 2008, através da recuperação do legado da luta anticolonial e antirracista que desencadeou as independências, concluímos que estamos perante uma nova expressão do acordar africano, de uma plataforma pan-africana. Desta forma, o *rap* deu um enorme contributo na recuperação do conceito racializado do sujeito africano, assente em características como dignidade, valorização e solidariedade negra transnacional.

² Nos dois países, o movimento hip-hop surge nos finais dos anos de 1980 a partir do break dance e o rap, seu elemento oral só ganha protagonismo no início dos anos de 1990.

Na busca do seu ancestral, o *rap* hoje nos dois países entra num processo simultâneo de endogeneização e indigenização através do diálogo com as tradições da *oralitura* africana como o *finason* e a *tabanka*, sendo este primeiro descendente direto do *djidius/griot* e reinventado no *tereru* como um dos elementos do *batuku* na Ribeira Grande da era escravagista. O *batuku*, enquanto cultura de resistência na sociedade cabo-verdiana, foi preservada pelas mulheres da rabadância, algo que se pode associar às cantigas de (grupo) *mandjuandi* no caso guineense que, juntamente com o funaná e o uso do kriol(u), ambas fortemente reprimidas pelo regime colonial, foram utilizadas no processo de luta de libertação com o intuito de recordar ao povo a sua raiz africana e a necessidade de lutar contra o colonialismo.

A *morna* e a *coladeira*, consideradas como cidadinas e aceitáveis, ambas surgidas nas ilhas do barlavento, onde a população é tida como a mais europeia, eram, pelo contrário, utilizadas pelo regime colonial como instrumentos de assimilação. Músicos cabo-verdianos eram levados em digressão para Bissau a fim de animar as noites nas Praças entoando mornas nas grandes festividades. Isto não impediu, no entanto, que as suas temáticas fossem subvertidas num processo de guerrilha cultural de apelo ao suicídio de classe e de desassimilação. Nessa altura em Bissau, sobretudo na segunda metade dos anos de 1960, um movimento cultural em torno da música popular guineense despoletou com poemas em kriol através dos *Cobiana Jazz* e de José Carlos Schwarz, cujo ímpeto militante originou a perseguição política e prisão pela PIDE. Era a primeira vez que se ouvia uma banda musical moderna genuinamente guineense, tendo contribuído fortemente para a mobilização para a causa da independência dos jovens urbanos e periféricos.

Ora, no contexto da luta armada para a libertação nacional, é o *sikó* que ganha espaço nas zonas libertadas pela guerrilha na Guiné, que servia como base de exaltação das conquistas que se iam verificando, mas também como elemento de comunicação com as populações na produção de narrativas contra-coloniais.

Com as independências, de expressões de resistência transformaram-se em músicas de celebração da independência, mas também patrocinadas pelo regime do partido-único. Se no caso cabo-verdiano foi a abertura democrática em 1991 que pôs fim a essa tendência, no caso guineense a crise económica e financeira da segunda metade dos anos de 1980 já tinha levado à falência o modelo dos conjuntos patrocinados pelo partido-Estado, se bem que antes dessa data, mesmo nos primeiros anos pós-independência



FOTO CEDIDA PELOS AUTORES

“Este processo de transformação das ruas de uma cidade confronta-se com a crescente degradação do seu espaço público e disputa política da memória de libertação, quer pela ocultação como pela tentativa de imposição de novos heroísmos baseados no populismo.”

já haviam sido críticos aos desvios das orientações ideológicas na governação do país.

O advento democrático trouxe o fenómeno “showmícios”. São vários os casos de contratação de artistas e bandas profissionais e consagradas que são mobilizados para as campanhas eleitorais dos grandes partidos. Este processo proporcionou uma comercialização da produção, cuja propaganda não contribuiu para a coesão quer no seio dos grupos profissionais como, de certa forma veio dividir o movimento *rap*, particularmente em Cabo Verde, cuja plataforma de lançamento político foram os comícios político-partidários dos dois maiores partidos, a partir das eleições legislativas de 1996. Não obstante as sucessivas tentativas de partidização, mercantilização e institucionalização, uma parte deste movimento herda o espírito revolucionário dos anos de 1970 e apela a uma nova (re)africanização dos espíritos e das mentes perante a cavalgada do neocolonialismo.

É nesse particular que nasce a Associação *Pilorinhu*, que a partir das políticas de rua desenvolvidas pela *Korrenti Ativista* que, juntamente com vários outros movimentos juvenis urbanos, identitários de matriz cabralista, tiveram protagonismo a partir do início de 2010, nos processos de pacificação da violência dos gangues que assolaram a capital cabo-verdiana com maior intensidade entre 2007 e 2014. Conscientes do papel do *rap* na importação e reprodução de uma parte dessa violência, utilizaram-na também como um instrumento de consciencialização dos jovens. Em Bissau, a mobilização em torno do resgate dos discursos e das ideologias de Cabral, encontra no *rap* consciente a expressão de combate contra o desmando dos militares através dos Golpes de Estado, à corrupção e ao enriquecimento ilícito dos decisores políticos e ainda à captura do Estado pelo narcotráfico, mesmo sendo alguns artistas mais populares presos e espancados de forma impune.

Contudo, os labirintos de acesso aos recursos financeiros para a criação e produção artística baseada na intervenção crítica e alternativa continua a enfrentar atalhos que fazem com que a modalidade de mobilização de recursos estruturantes para a intervenção urbana passe sobre o muro das políticas públicas nacionais. É deste modo que nos últimos três anos, as ruas de Bissau e da Praia ganham novas formas de mapeamento e de ressignificação por meio da arte urbana. Em Cabo Verde, surge o projeto *Xalabas* da comunidade, que através da candidatura a um edital da União Europeia (2017), num consórcio liderado pela ONG África 70, desencadeia um diálogo permanente com a população da Achada Grande Frente, um dos bairros piscatórios considerados periféricos da cidade da Praia.

Com uma cultura geracional de *tabanka* e *batuku*, buscou-se a integração social e urbana a partir do turismo comunitário. Tentando, mas não conseguindo, fugir de todo o movimento de regeneração urbana e do novo neocolonialismo espelhado no turismo chamado de voluntariado, através do programa de arte urbana, assente numa metodologia colaborativa que teve como base oito *workshops* de pintura de rua com a participação de artistas locais liderados por artistas de rua consagrados na Europa, África e América Latina, foi possível criar um roteiro comunitário de murais retratando o quotidiano do bairro e enaltecendo figuras locais e revolucionárias com destaque para o corte da *tabanka*, Amílcar Cabral e Titina Silá. Antes, a população juvenil do bairro já tinha contato com este tipo de arte em 2013, com a presença no bairro da ONG brasileira AfroReggae, patrocinado pelos escritórios das Nações Unidas em Cabo Verde. Entretanto, esta intervenção não deixou um legado criativo que pudesse ser aproveitado pelo *Xalabas*, nem foi apropriada pela população, visto que as pinturas produzidas no muro da escola secundária do bairro foram vandalizadas.

Na Guiné-Bissau, a arte urbana surge através de uma abordagem informal do movimento cultural Corubal com o muralista brasileiro, Cazé, criador de uma galeria a céu aberto no Rio de Janeiro, que através do convite da Secretaria de Estado da Cultura promoveu uma formação de pintura mural em 2019 na capital guineense, da qual foi erigida o primeiro mural do país, cuja figura era o líder da independência, com a participação dos formandos guineenses da Galeria Jovem. Volvido um ano após a formação, a Galeria Jovem materializa a segunda fase do projeto num processo sem financiamento público, erigindo mais três obras de arte a céu aberto nas principais avenidas de Bissau, todos heróis da independência: Titina Silá, Pansau Na Isna, Domingos Ramos e Francisco Mendes, figuras que emprestaram a sua cara à primeira nota do país independente – peso guineense, já em desuso.

Este processo de transformação das ruas de uma cidade confronta-se com a crescente degradação do seu espaço público e disputa política da memória de libertação, quer pela ocultação como pela tentativa de imposição de novos heroísmos baseados no populismo, algo que veio a dar mais força aos murais atendendo ao facto que os murais vieram resgatar e atualizar o legado dos heróis como possibilidade de reafirmação ideológica, e simultaneamente, a convocação da autoestima com recursos às temáticas associadas ao património natural e cultural nacionais.

O grafite e o *rap*, ambos elementos do *hip-hop*, tem conseguido nestes dois contextos provocar uma reflexão, sobretudo nos jovens, da importância da reinscrição da história e

da valorização dos heróis nacionais, mas sobretudo das figuras e heróis locais, preferencialmente das mulheres, propositadamente esquecidas e marginalizadas, em detrimento de figuras políticas que inscrevem os seus nomes em qualquer tipo de obra nestes bairros, por mais pequena que seja. Assim, enquadrado no Festival do *Xalabas*, introduziu-se uma oficina do *hip-hop* facilitada por artistas locais do rap e do *finason* e através de um *djunta-mon* criativo nasceu a música *Ka Ta Kusta Nada*³, que enaltece o bairro e as suas gentes.

Okupason! Para uma reconfiguração do poder nos territórios em resistência

A irrupção da ocupação das ruas por parte dos jovens politizados em torno de lutas pela emancipação da condição juvenil, como pela defesa da democracia, encontra na Primavera Árabe o momento charneiro que marca um novo protagonismo em termos de capacidade de produção do impacto público que supera o campo das lutas instrumentais pela assunção do poder do Estado.

O seu rescaldo, embora não influenciado diretamente, coincide com a cronologia dos protestos de rua um pouco por toda a África subsariana, cuja utilização alternativa de confronto focado nas lutas populares antecede os acontecimentos da praça Tahrir e tem na revolta de Soweto, nos anos de 1970, o seu início. Em Cabo Verde, a ocupação das ruas ganha alguma relevância a partir do ano de 2005 e intensificou-se a partir de 2011, devido ao desencantamento juvenil com a governação e a persistência das desigualdades nas estruturas das oportunidades. Por exemplo, a música *Povu na Puder* de Hélio Batalha, tornada pública em 2014, mas só inserida em disco em 2016, é inspirada em Azagaia (*rapper* moçambicano) e apresentada como uma versão da música Povo no Poder, ambos fundamentais no contexto popular nos dois países.

Na Guiné-Bissau, a destituição do governo constitucional pós-golpe de Estado às eleições por parte do presidente da república, despoletou uma forma inédita de ocupa-

³ Ver aqui: https://www.youtube.com/watch?v=q5dyR0dR_Ig.

ção das ruas por parte de movimentos juvenis em 2015, protagonizada pelo coletivo “Cidadãos Conscientes e Inconformados” liderado por alguns *rappers*, com destaque para três figuras (WP, Sana C. e Lesmes). Nas manifestações convocadas entre 2015 e 2016, notabilizou-se a música do MC Igreja “Voz di Povu⁴”, na qual se fala sobre a necessidade da reconquista do poder pelo povo contra as inverdades que afrontam os guineenses por parte dos políticos depois das campanhas eleitorais e daí a necessidade do povo se levantar.

Ora, o ativismo dos *rappers* nos movimentos juvenis e protestos de rua era algo que já tinha identidade no Senegal com o movimento Y'en a Marre, desde 2011, mobilizando a população para impedir a tentativa de inserir o terceiro mandato presidencial na Constituição, quer através de uma campanha para registo eleitoral dos jovens, quer para manifestações de rua, tendo-se concretizado na derrota eleitoral do Abdoulaye Wade. Este método inspirou vários outros movimentos e chamou a atenção para um processo de construção de alianças no seio do movimento *rap* que levou, em 2016, a iniciativas conjuntas de produção, como foi por exemplo a participação de Hélio Batalha na música *Desahogo* do *rapper* equatorial-guineense Negro Bey⁵. A partir de 2017, alguns *rappers* cabo-verdianos têm participado no intercâmbio político na África do Sul promovido pela Escola Ideológica Nkrumah para o pan-africanismo.

Esses novos protagonistas cívico-políticos têm apelado fortemente à classe dirigente a realização de uma política de dignidade, ao contrário da política de inimizade entre os partidos políticos e convocado a sua geração para que passe para a prática da política de indignação, espelhado no termo *i djusta/dja sta* bom como refrão de uma narrativa de ruptura e potenciadora de mudanças com um novo protagonismo civicamente engajado. Em Cabo Verde, essa viragem no *rap* e apelo à unidade dos territórios em resistência a caminho de territórios de emancipação, focado no paradigma da potência, produziu maior efetividade.

O protagonismo da Associação *Djuntarti* liderado pelo artista plástico Dudu Rodrigues, desencadeou entre 2008 e 2009, o Festival *Hip-Hop Konsienti*, uma plataforma

⁴ Ver aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=QHFxNlvAmMw>

⁵ Ver aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=GzppUUCE8S0>

que além de juntar todos os elementos da cultura *hip-hop*, criou um circuito urbano do movimento que culminou em 2010, a 20 de janeiro, data que assinala o assassinato de Amílcar Cabral, na organização de uma manifestação denominada de *Marxa Cabral*⁶.

Enquadrada numa programação mais vasta que incluía palestras de promoção da língua cabo-verdiana, intercâmbio cultural entre *hip-hoppers*, ativistas da Praia e um grande espetáculo final na Praça Alexandre Albuquerque, no Plateau, a grande novidade do movimento foi a introdução de ferramentas das TIC como forma de luta e o trabalho em rede ligando ativistas de praticamente todos os bairros periféricos da cidade. Autointitulando-se “filhos e netos de Cabral”, este movimento cultural de resistência reinventado tinha como agenda a luta para a independência cultural e criativa dos jovens e a palavra revolução foi apresentada como emblema. Nesse mesmo ano os *rappers* ligados ao *Djuntarti* participaram no *Waga Hip Hop Festival*, no Burkina Faso.

Esta atividade política e de apropriação do espaço público central da cidade foi relançada em 2013 pela *Korrenti Atvizta*. Embora bastante “folclorizada” nos primeiros anos, esta atividade política tem conseguido manter a sua essência inicial enquanto espaço de demonstração pública e consciencialização cultural, identitária e política, preservando de certa forma a chama dos protestos e os ideais do pan-africanismo cabralista. Nesta marcha, também designada como Marcha do Povo, além dos movimentos pan-africanistas locais, têm-se juntado as batucadeiras da comunidade rural dos *Rabelados* de Espinho Grande, várias comunidades de imigrantes oeste-africanos, sobretudo bissau-guineense e um conjunto de ativistas sem filiação partidária, mas que se revêm na ideologia ou na teorização cabralista.

O nascimento do movimento Federalista Pan-Africano cabo-verdiano de inspiração cabralista, em 2015, cuja participação no Gana, em 2018, no pré-Congresso de preparação ao Congresso Federalista Pan-Africano, por ocasião da comemoração do 60º aniversário da histórica Conferência de Todos os Povos Africanos, marca a sua integração oficial no novo movimento pan-africano, veio de certa forma dar alguma consistência na construção de um projeto emancipatório.

⁶ Ver aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=joj2B3ejfknk>

A Guiné-Bissau segue uma tendência parecida, com o processo a ganhar um cunho mais construtivista do que de rutura em termos de ações de rua, focado na busca de um modelo mais apropriado para mobilização cívico-política que combina a indignação com o protesto e a proposição de alternativas. É o caso do movimento Pan-Africanista surgido em 2019, que considera Cabral como guia para a sua ação, sobretudo a partir da narrativa e pedagogia educativa alicerçada no projeto “Netos de Cabral”. Financiado através de uma subvenção da Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau destinada às estruturas coletivamente organizadas, esta iniciativa conseguiu mobilizar várias correntes juvenis, promovendo jornadas de reflexão-ação em vários domínios, do ambiente à cidadania ativa, das questões de género à gestão sanitária e urbanística, da educação à cultura.

Este coletivo tem vindo ainda a organizar retiros sobre o pensamento dos pan-africanistas num modelo de “escolas ideológicas” para os jovens. A sua ação de rua tem sido marcada pela organização e adesão a várias iniciativas nacionais em torno do protesto contra o sistema político, socioeconómico e de governança, mas igualmente internacionais como a agenda da luta contra o racismo e a dominação hegemónica. O seu impacto tem sido sobretudo sobre os estudantes universitários e recém graduados, sendo palco de intervenção da diáspora académica recém-qualificada, contribuindo para que as redes sociais sejam igualmente um palco de lutas e de veiculação dos seus conteúdos e agendas.

Uma outra atividade recentemente adotada por este coletivo é designada de “Consciência Cidadã”, que junta vários dos seus membros e ativistas cabralistas e sem filiação partidária para o debate de assuntos candentes da sociedade em espaços públicos e a céu aberto, preferencialmente em locais com carga e simbolismo histórico como a praça Martires de Pindjiguiti, conhecido popularmente como *mon di timba*, em articulação com músicos, artistas da nova geração, poetas e humoristas como forma da ampliação do alcance do seus conteúdos.

Em Cabo Verde, o nascimento espontâneo da Rede das Associações Comunitárias e Movimentos Sociais da Praia durante o estado de emergência, face à incapacidade do Estado de cuidar da população mais vulnerável, veio dar um novo alento às organizações juvenis. Integrando grupos com ideologias diversas, boa parte se revendo na pedagogia cabralista, é vista pelos poderes municipais e centrais como concorrentes e não colaboradores, face à recusa em servir de meros executores de ações pontuais em nome



FOTO CEDIDA PELOS AUTORES

“ A Guiné-Bissau segue uma tendência parecida, com o processo a ganhar um cunho mais construtivista do que de rutura em termos de ações de rua. ”

de políticas públicas. Cientes que o caminho na emancipação passa pela construção de uma agenda política alternativa com vista à “desONGficação” da Sociedade Civil, lançaram um vasto programa nos territórios onde estão representados, com o intuito de politizar e consciencializar os jovens para o direito à cidade.

Rinkada! Pessoas coletivamente organizadas num novo ecossistema político?

A autoidentificação dos coletivos juvenis em Bissau e na Praia de “Netos de Cabral”, mais que procura do resgate do legado histórico de Cabral enquanto líder independente, constitui a proclamação da luta pela afirmação de uma agenda reivindicativa baseada num enunciado de rutura, quer com o modelo neocolonial herdado do Estado pós-independência na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, quer com a alienação ideológica dos dirigentes, dos territórios e dos processos educativos dos quais se consideram subjugados e marginalizados.

Descolonização do território enquanto campo da batalha do poder é, antes de mais, para esses coletivos o ponto de partida para o empoderamento visual, do caráter e da sensibilidade numa contra-narrativa empática entre os herdeiros de Cabral com a “nova sociedade” encarnada no poder da transfiguração urbana através de imagens dos murais, das intervenções das músicas rap, enquanto elementos de produção de uma cidadania mais plena e emancipada.

No entanto, um dos desafios que estas coletividades apresentam é sobretudo económico-financeiro, em como potenciar a resistência para a emancipação baseada no modelo de financiamento tradicional em sociedades dependentes da ajuda pública ao desenvolvimento. Não se vislumbrou respostas eficientes e efetivas ao nível da capacidade de mobilização de recursos que permitam, nos dois países, a viabilização das suas agendas de forma autónoma e com marca endogeneizada.

O elemento de maior potencial que apresenta é a pedagogia de resistência que incorpora na educação popular. O pulsar da crítica e da criatividade como meio e ferramenta para emancipação política, tem contribuído para o reconhecimento de identidade organizacional capaz de produzir uma agenda de transformação social coletiva, na qual essas coletividades assumem uma nova possibilidade de superação do sistema denunciado e em combate. Deste modo, procuram um modelo para estruturação onde a função da cidade, para além de ser campo de conquista, também é um meio para gerar a visibilidade e gestão do poder para uma nova governança partilhada e servidora.

Se o pior estiver para vir, estamos preparados?

JOÃO PEDRO PEREIRA
JORNALISTA

“ O debate na Internet de há 25 anos podia ser acalorado, ou até apaixonado - mas, para a grande maioria, a Internet era um espaço à parte do resto da vida: algo a que se ligavam durante um período de tempo limitado, um parêntesis no quotidiano do mundo real e, em parte por isso, uma espécie de oeste selvagem. ”

Os anos de ouro

Foi um breve período dourado. Dos longos textos de banalidades pessoais ao confronto ideológico; das críticas verrinosas (e, por vezes, anónimas) ao conteúdo manipulado por partidos ou agências de comunicação; dos ensaios literários às divagações filosóficas; das críticas de cinema ad-hoc às extensas dissertações sobre columbofilia ou heráldica. Com todas as suas particularidades e muitas imperfeições, o apogeu dos blogues foi talvez o mais próximo que a Internet esteve de concretizar a promessa que desde cedo esteve implícita nesta tecnologia: o emergir de uma ágora geograficamente global e de participação quase universal.

A blogosfera surgiu no virar do século, sucedendo a uma série de avanços vertiginosos nos anos 1990. Primeiro, a World Wide Web -- um sistema de apresentação de informação com base em hipertexto -- começou num laboratório científico no CERN, espalhou-se pelo meio académico e ganhou popularidade. Nasceram os primeiros sites, o que, pela primeira vez, deu a muitas pessoas uma razão para usar a Internet, uma tecnologia inventada duas décadas antes. Era teoricamente possível a qualquer pessoa criar um site e publicá-lo para o resto do mundo. Na prática, poucos tinham acesso à Internet e menos ainda tinham os conhecimentos técnicos para lançar um site. Pela mesma altura, cresciam os grupos de chat e fóruns de discussão, alguns na Web, outros em aplicações como o mIRC. Em muitos, o anonimato ou os pseudónimos eram a regra.

O debate na Internet de há 25 anos podia ser acalorado, ou até apaixonado -- mas, para a grande maioria, a Internet era um espaço à parte do resto da vida: algo a que se ligavam durante um período de tempo limitado, um parêntesis no quotidiano do mundo real e, em parte por isso, uma espécie de oeste selvagem, tão promissor como sem regras. Para a maioria dos utilizadores (e os utilizadores não eram uma maioria), o que se passava online era inconsequente.

Foi em 1999, quando as primeiras grandes empresas da Web já tinham surgido, que uma empresa dos EUA chamada Pyra Labs lançou uma ferramenta relativamente simples, que permitia a qualquer pessoa ter um site gratuitamente e criar entradas ordenadas por data. Já existiam então alguns blogues. Mas esta ferramenta - o Blogger - massificou o for-

mato. Nasceram os blogues pessoais e os blogues temáticos. Houve alguns que acabaram por tornar-se publicações profissionais. Na blogosfera, cresciam autores que ganhavam relevância no espaço público, sem terem de passar pelo tradicional crivo de acesso aos mass media, até então detentores do monopólio de quem podia fazer uma comunicação de um para muitos. Alguns bloggers viriam a tornar-se colunistas de jornais e opinadores. Portugal não foi aqui excepção.

Era fácil ser-se optimista naqueles tempos: com cada vez mais pessoas conectadas e com o aumento da literacia digital, a Internet tinha tudo para se transformar num fórum de discussão democrático, onde qualquer pessoa podia ter voz sem mediação. A comunicação em massa estava prestes a chegar às mãos da massa de cibercibers.

E depois os blogues morreram.

Caos

Poucos anos bastaram para mostrar que, afinal, o modelo de agora digital não era o da blogosfera. Triunfou, em vez disso e por ora, o modelo das redes sociais online, graças à facilidade de utilização, ao reduzidíssimo investimento no momento de participação (às vezes, um emoji é quanto basta) e, especialmente, aos algoritmos eficazes em manter uma mecânica de retenção de atenção, que espreme tempos de concentração, alimenta a polarização do discurso e incentiva a proliferação de desinformação.

As grandes redes sociais estabeleceram-se como uma infraestrutura de relações sociais e de consumo de informação e entretenimento, com capacidade para enformar o debate público, para criar subculturas e até para condicionar processos democráticos. Os pilares desta infr-estrutura são conhecidos e, no Ocidente, quase exclusivamente sediados nos EUA: o Facebook, o WhatsApp e o Instagram (todos detidos pela empresa Facebook), bem como, em diferentes graus, o YouTube (Google), o Twitter (co-fundado por um dos criadores do Blogger) e, mais recentemente, o TikTok (de uma empresa chinesa).

Hoje, a Internet e a Web são invisíveis, seguindo o caminho de tecnologias como a electricidade. São essenciais, mas também são dadas como adquiridas e ninguém pensa nelas. Mas, se a Internet sempre foi concebida como uma infraestrutura, a Web nasceu para ser uma ferramenta de informação, construída sobre a Internet, e que daria ao utilizador final a possibilidade de consumir e criar. Os primeiros browsers permitiam não apenas navegar na Internet, mas publicar sites. Porém, a Web acabou soterrada por baixo da camada dos inúmeros sites e aplicações, cada um com as suas próprias regras e modos de funcionamento. A diferença basilar entre um post num blogue na década de 1990 e um post hoje no Facebook reside no facto de o conteúdo no Facebook ser produzido e disseminado segundo as mecânicas e os propósitos específicos desta empresa. Ironicamente, quando nunca foi tão fácil comunicar e participar no espaço público, a liberdade de quem publica é reduzida (uma redução camuflada pela maior audiência e interacção) e até as maiores empresas no negócio da comunicação (jornais incluídos) se adaptam aos ditames de quem lhes entrega audiência.

Esta mudança trazida pelas plataformas online é relevante: enquanto a Web é um sistema aberto, distribuído e sem proprietário, boa parte da interface da comunicação digital quotidiana está hoje nas mãos de corporações, sobre as quais recaiu -- sem que algum vez o quisessem -- a tarefa de gerir a grande fatia do espaço público que representam os biliões de publicações e interacções feitas por milhares de milhões de indivíduos em quase todo o mundo.

As grandes tecnológicas sempre foram reticentes em tomar em mãos essa missão de gerir este espaço, tendo durante anos ido pouco mais além do que o necessário para evitar a publicação de conteúdo ilegal. Orientadas por legítimos objetivos de negócio e - provavelmente por um misto de convicção e conveniência - agarradas a uma ideia de neutralidade das plataformas e de maximização da liberdade de expressão, foram precisos sobressaltos na opinião pública para que os executivos das redes sociais comesçassem a agir sobre o problema, num processo que está longe de terminado.

É verdade que a aversão destas empresas à moderação efectiva do espaço de discussão que elas próprias criaram não derivará inteiramente de um desalinhamento com os objetivos de negócio. Afinal, o problema não é trivial, mesmo para empresas com vastíssimos recursos. Veja-se um caso recente do Facebook. Em Fevereiro, a empresa

decidiu apagar as publicações que afirmassem que o coronavírus tinha sido criado em laboratório, medida que fazia parte de um esforço para conter a desinformação sobre a pandemia. Em Maio, a rede social recuou nessa decisão, na mesma altura em que os EUA anunciavam um redobrar de esforços dos serviços de informação para perceber a origem do vírus.

Mark Zuckerberg, o fundador e único presidente na história do Facebook, tem argumentado que não cabe às plataformas online filtrar o discurso dos utilizadores, devendo esse ser um papel dos Estados. Por várias vezes, incluindo durante uma audição no Senado dos EUA, Zuckerberg chegou mesmo a mostrar-se receptivo a alguma regulação externa -- especialmente, pode ler-se nas entrelinhas, sendo a regulação associada ao conteúdo não apenas aquela que resolve problemas difíceis e desresponsabiliza os protagonistas do sector, como potencialmente ajuda a evitar a temida regulação concorrencial.

Estamos entre a espada de serem grandes empresas a decidir como a informação circula no espaço público e a parede de serem os Estados a fazê-lo. Em nenhum dos extremos está a solução, mas este é um caminho extraordinariamente difícil de trilhar.

A regulação e a legislação são bem-vindas e exigíveis aos representantes democraticamente eleitos. Mas, inevitavelmente, não acompanham o ritmo da evolução tecnológica, nem têm capacidade para reagir em tempo útil. Abre-se a questão de saber se é razoável que a sociedade civil exija que as plataformas online se auto-regulem.

Por um lado, Facebook e afins serão os únicos capazes de reagir de forma suficientemente rápida às questões que as suas próprias ferramentas levantam. Por outro, mesmo que estivessem disponíveis para o fazer, as panaceias encontradas (regras de utilização, critérios para banir contas, variáveis dos algoritmos que determinam a disseminação de um determinado conteúdo em detrimento de outro) assentam necessariamente no conjunto de princípios e valores de quem quer que essas multinacionais escolham para a tarefa. O mesmo é dizer, este tipo de plataformas, que nasceram assentes em tecnologia que prometia uma ágora global, arriscam-se a controlar boa parte do discurso público com base em critérios opacos e em processos não representativos, e sem uma orientação ética conhecida.



FREEPIK

“ **O poder das empresas de Internet não é absoluto. Mas os executivos destas multinacionais são mais poderosos do que a generalidade dos governantes e chefes de Estado. E é relevante notar que constituem, em muitos aspectos, uma nova casta de ditadores.** ”

Convém neste ponto não esquecer que não se trata apenas de gerir a torrente de publicações de indivíduos avulsos. Estes novos *gatekeepers* são uma peça fundamental no fluxo da informação que é produzida por jornalistas, partidos, governos e entidades estatais. Em 2018, o Facebook causou um terramoto na imprensa de uma mão-cheia de países que escolheu para fazer um teste, tornando menos visíveis os conteúdos de órgãos de comunicação. Na Bolívia, Cambodja, Guatemala, Sérvia, Eslováquia, Sérvia e Sri Lanka, os sites noticiosos perderam tráfego (ou seja, dinheiro) e parte da população ficou repentinamente, e sem saber porquê, com a sua dieta informativa reduzida.

Mais recentemente, no meio de uma disputa com a imprensa australiana, o Facebook decidiu não mostrar os conteúdos dos órgãos de comunicação naquele país. Mas a medida acabou também por afectar dezenas de páginas de entidades públicas (incluindo autoridades de saúde), bem como de sindicatos e de organizações de solidariedade social. Foi uma demonstração não só do poder da plataforma, mas também da falta de capacidade da parte de quem a gere para exercer esse poder de forma responsável. É um fenómeno que se estende para lá do Facebook.

Novos ditadores?

O Google arrancou em 1998 com a ambição de organizar toda a informação do mundo e parece estar a caminho de o conseguir. Há 20 anos era pouco mais do que um directório de sites. Hoje, sabe quais os horários em que lojas e restaurantes têm mais clientes, oferece imagens de satélite das regiões mais remotas do planeta, tem informação em tempo real sobre o estado do trânsito e, se os utilizadores o deixarem (e muitos deixam, por desconhecimento e inacção), regista todos os trajectos e paragens feitos em todos os dias. Sabe onde esteve no dia 12 de Fevereiro de 2019, às 17h? A não ser que tenha desligado a funcionalidade Location History, é provável que o Google saiba.

Já o Facebook traçou em tempos o objectivo de ser uma espécie de infraestrutura para todas as interacções sociais, e até fez experiências com ferramentas de incentivo ao

voto em eleições -- uma incursão no funcionamento de processos democráticos a que hoje não se atreveria, dadas as consequências das eleições dos EUA de 2016, das presidenciais brasileiras e do escândalo da consultora política Cambridge Analytica.

É verdade que o poder das empresas de Internet não é absoluto. Mas os executivos destas multinacionais são mais poderosos do que a generalidade dos governantes e chefes de Estado. E é relevante notar que constituem, em muitos aspectos, uma nova casta de ditadores -- têm muito poder, são sujeitos a poucos mecanismos de responsabilização, podem num ápice interferir com a vida de milhões de pessoas e tendem a eternizar-se nos cargos.

O Twitter, por exemplo, é presidido por um dos seus co-fundadores, que tinha já sido CEO aquando do lançamento da empresa. No Google, o co-fundador Larry Page foi CEO em dois períodos distintos, correspondentes a cerca de metade da vida da empresa (nos outros anos, manteve-se em posições importantes de gestão). Já o caso do Facebook é um exemplo acabado do culto do fundador que faz parte do ethos de Silicon Valley. A estrutura de acções da empresa permite que Zuckerberg mantenha o controlo enquanto quiser. Mesmo num cenário hipotético em que alguém comprasse cada uma das acções dispersas em bolsa, Zuckerberg continuaria a mandar. Nos últimos anos, com a empresa a sofrer danos reputacionais, os apelos e tentativas de que se afastasse não surtiram qualquer efeito.

Uma democracia funcional não assenta apenas em eleições regulares e na separação de poderes. Muitos cargos têm uma limitação de mandatos -- é um mecanismo útil, que evita que pessoas se eternizem no poder, mitiga o risco de desenvolverem vícios e, não de somenos, facilita a renovação de ideias.

É verdade que as empresas não são, nem podem ser, democracias. Mas estas corporações tecnológicas também não são empresas convencionais. Afinal, em que outro sector é que o debate regulatório toca em questões como os processos democráticos e as liberdades individuais? Regular a indústria das bebidas ou da aeronáutica não é o mesmo exercício que regular as *big tech*. Estas grandes empresas de Internet, e os respectivos gestores, têm recursos, poder e vontade para nos conduzir colectivamente por novos caminhos. Seria um disparate seguirmos às cegas.



FREEPIK

“ Estamos preparados para lidar com tecnologia que permita a grandes tecnológicas - e, inevitavelmente, aos estados - ler o cérebro de cada um de nós? Não é uma pergunta retórica e a resposta é “não”. ”

Para aonde vamos?

Entre muitas outras categorizações, é possível dividir as tecnologias que vão desenhando o nosso futuro próximo em dois grandes grupos: aquelas que sabemos que estão a chegar; e as que ainda não conhecemos ou de que temos apenas um vago vislumbre. Estas últimas trazem muito mais incógnitas, mas devem ser merecedoras da nossa atenção quase na mesma medida.

As tecnologias de inteligência artificial, com tudo o que lhes está associado, incluindo a análise de grandes torrentes de dados, fazem parte do primeiro grupo, das tecnologias que já têm uma presença concreta. Inteligência artificial é um termo genérico, que designa uma panóplia de tecnologias (e que é também usado por questões de marketing para descrever automatismos que de inteligente têm muito pouco). As aplicações vão da robótica industrial à concessão de créditos bancários; dos carros autónomos, ao controlo dos cidadãos por parte das autoridades; da gestão de transportes públicos às decisões judiciais.

As tecnologias de inteligência artificial estão a entranhar-se no quotidiano de cidadãos, das organizações e do funcionamento estatal -- e fazem-no de forma mais subtil do que muitas das tecnologias que marcaram os últimos anos. A disrupção causada pelos smartphones foi, literalmente, visível: todos assistimos ao processo de massificação; vimos cada vez mais pessoas com smartphones nas mãos até que deixámos de ver pessoas sem um smartphone nas mãos. Já os automatismos e algoritmos embutidos em sistemas informáticos são, por definição, invisíveis. Vemo-los de forma indirecta, através dos seus efeitos e numa percepção turva. Alguém a quem seja recusado um seguro de vida muito provavelmente não saberá se isso aconteceu porque um humano analisou o processo, porque um algoritmo assim o determinou ou por uma mistura de ambos.

No caso particular da acção dos estados sobre os cidadãos, as experiências com as várias tecnologias de inteligência artificial, assentes na enorme disponibilidade de dados e na conectividade quase constante dos indivíduos, não deixam razões para optimismos. A

China ensaia hoje sistemas de ranking social, com vantagens para cidadãos cumpridores, num modelo que implica um controlo sem precedentes. Em paragens mais democráticas, o cenário é só um pouco menos distópico. No Reino Unido, sistemas de reconhecimento facial usados pela polícia não só levantaram dúvidas sobre questões de privacidade, mas também sobre possíveis enviesamentos associados a questões raciais.

O grupo das tecnologias de que sabemos muito pouco também suscita preocupações, ainda que menos imediatas. Entre estas estão, por exemplo, as interfaces cérebro-computador. Tanto Zuckerberg como Elon Musk, um dos criadores do PayPal e hoje presidente da Tesla, têm investido na área. Musk fê-lo através de uma empresa chamada Neuralink, que tem o objectivo de desenvolver um implante cerebral que permita ao utilizador armazenar informação ou controlar dispositivos. A longo prazo, a ideia é permitir a “simbiose com a inteligência artificial” e criar “transhumanos”. Por seu lado, em 2019, o Facebook comprou uma startup que desenvolve aparelhos (como pulseiras) para ler sinais cerebrais. Uma possível aplicação? Permitir aos utilizadores escreverem com o pensamento. Cientistas financiados pelo Facebook já foram capazes de associar com sucesso indicadores de actividade cerebral a palavras e frases que tinham sido ditas em resposta a um questionário de escolha múltipla: sabendo qual era a pergunta e analisando os sinais cerebrais da resposta, o sistema foi capaz de perceber a opção escolhida. É um primeiro passo.

Se as últimas décadas de tecnologia nos ensinaram algo, é que a dimensão e a rapidez dos efeitos inesperados podem ser enormes. Estamos preparados para lidar com tecnologia que permita a grandes tecnológicas -- e, inevitavelmente, aos estados -- ler o cérebro de cada um de nós? Não é uma pergunta retórica e a resposta é “não”.

É perigoso descartar cenários só porque se assemelham a ficção científica. Uma outra lição dos últimos anos é que demoramos a identificar os problemas e a rectificá-los. Ainda estamos à procura da resposta para o problema da desinformação e das fake news, que grassa há mais de meia década. É crucial começarmos já a olhar para as tecnologias que estão a emergir, sob pena de, mais uma vez, a nossa reacção colectiva ser tardia.

O Fórum Social Europeu das Migrações: O direito de migrar e migrar com direitos

PAULO ILLES E PATRICIA GAINZA

REDE SEM FRONTEIRAS

COM A COLABORAÇÃO DE CLARA PIAZZA

“**Desde março de 2020, os migrantes e requerentes de asilo são os que mais sofreram com a falta de garantias para a sua proteção, a criminalização da solidariedade, a necropolítica e a violação dos direitos dos migrantes.**”

Como tudo começou

O Fórum Social Europeu (FSEM) faz parte dos processos de construção do Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM), o qual tem suas origens em Porto Alegre, Brasil, em 2005, durante o Fórum Social Mundial (FSM). Desde seu evento inaugural em Porto Alegre, o FSMM tornou-se uma iniciativa recorrente com o objetivo de buscar e construir alternativas. Nove edições já ocorreram ao longo de 15 anos - Brasil (2005, 2006, 2016), Espanha (2007, 2008), Equador (2010), Filipinas (2012), África do Sul (2014), México (2018), sendo que em 2020 aconteceu o primeiro fórum social américas de migrações em Montevideo, Uruguai e em 2021 o primeiro Fórum Social Europeu das Migrações em Lisboa, Portugal.

Objetivos do FSMM

O Fórum Social Mundial das Migrações tem como objetivo principal criar um processo que reflita sobre os fluxos migratórios e que trabalhe para uma nova visão da migração. Também busca gerar mudanças culturais que garantam o respeito aos direitos humanos das pessoas que se deslocam. As edições anteriores do FSMM se concentraram na criação de um espaço plural e diversificado, um ambiente não governamental e não partidário que se articule de forma horizontal descentralizada.

Fórum Social Europeu das Migrações e o contexto pandêmico

É fundamental destacar o Fórum Social Europeu das Migrações ocorreu em tempos extremamente difíceis. Desde 2020, todo o mundo tem se preocupado profundamente com os indicadores de deterioração econômica, social e cultural, à medida que a pandemia COVID-19 aprofundou ainda mais as lacunas estruturais de desigualdade e ausência de proteção social já existentes. Hoje, sabemos que a pandemia atinge de forma desproporcional setores e categorias já afetados por situações de exclusão e discriminação estrutural, como as populações indígenas e afrodescendentes. Também estamos cientes do impacto negativo desta situação sobre os direitos humanos e dos limites dos processos de integração regional para encontrar uma solução compatível com a magnitude dessa crise.

A pandemia exacerbou vulnerabilidades pré-existentes associadas ao retrocesso das estruturas de direitos universalmente reconhecidas que afetam a população deslocada, refugiada e migrante, dependendo dos diferentes níveis de proteção social em cada país e da situação do status migratório e da proteção internacional. Observamos que as condições dos migrantes irregulares são particularmente desfavoráveis, uma vez que a maioria deles não está inscrita nos programas de assistência social e sem cobertura do sistema de seguridade social. Eles são rejeitados e discriminados por causa de sua nacionalidade e também temem ser expulsos ou deportados.

Não é novidade que todo o mundo tenha decidido implementar medidas restritivas para controlar e restringir a mobilidade humana devido à disseminação contínua do COVID-19. Nesse contexto de fechamento de fronteiras, várias violações sistêmicas dos direitos humanos têm ocorrido. Desde março de 2020, os migrantes e requerentes de asilo são os que mais sofreram com a falta de garantias para a sua proteção, a criminalização da solidariedade, a necropolítica e a violação dos direitos dos migrantes previstos



FREEPIK

“ A restrição da liberdade de circulação, o encerramento das fronteiras externas e, em certos casos, a suspensão do direito de requerer asilo tanto na América Latina como na Europa, foram contra a prática da migração regular. ”

nos acordos internacionais. A restrição da liberdade de circulação, o encerramento das fronteiras externas e, em certos casos, a suspensão do direito de requerer asilo tanto na América Latina como na Europa, foram contra a prática da migração regular.

Essas políticas de fechamento, adotadas como parte da luta contra a pandemia, expuseram e continuaram a expor a população migrante e refugiada a vulnerabilidades sociais e econômicas de várias maneiras. Migrantes e requerentes de asilo foram detidos em zonas de trânsito, colocados em quarentena em campos de refugiados ou centros de detenção privados de liberdade, sem acesso a abrigo decente, comida e sem possibilidade de regularização e reconhecimento da sua condição de requerentes de asilo. Os migrantes não têm tido acesso a políticas econômicas e de apoio, muitos deles perderam seus empregos ou fonte de renda e muitos outros foram impedidos de se reunir com suas famílias. Ao mesmo tempo, a população migrante é frequentemente discriminada ou excluída das políticas de apoio social por governos e estados.

Legado do Fórum Social Europeu das Migrações

Participantes e objetivos

A 2ª edição regional do Fórum Social Mundial das Migrações realizou-se na Europa, especificamente, em Portugal, entre os dias 15 e 26 de março de 2021, novamente em formato virtual devido à pandemia. No total, 1.000 pessoas, 300 organizações e 40 países participaram das 33 atividades online. Como resultado do processo, 75 propostas finais foram apresentadas pelos participantes. Assim como no Fórum Américas, representantes da sociedade civil estiveram presentes ao lado de sindicatos, autoridades locais, organizações internacionais de migrantes e instituições educacionais. O Fórum Social Europeu das Migrações foi concebido para ser uma oportunidade de

pensar coletivamente sobre alternativas para o mundo como o conhecemos hoje, para levantar vozes e demandas de pessoas marginalizadas - especialmente migrantes e refugiados -; para progredir em direção ao objetivo de criar uma cidadania universal. O FSEM foi pensado como um processo autogestionário, um espaço de discussão dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que iria, por meio de intercâmbios democráticos e inclusivos, propor novos conhecimentos sobre o tema migração e refúgio. O desejo do Fórum era também reunir ativistas e migrantes de toda a Europa para criação de um diálogo construtivo, de propostas para uma sociedade mais igualitária bem como para a criação de um espaço para pensar na migração como central no desenvolvimento de um futuro sustentável e socialmente justo. Os objetivos centrais do Fórum Europeu foram, entre outros, 1) analisar as políticas migratórias e pensar sobre o futuro da mobilidade humana, as políticas públicas e as práticas de asilo e integração após o COVID-19; 2) criar uma atmosfera de discussão com diáspora e organizações da sociedade civil para implementar políticas alternativas e participativas; 3) construir uma dinâmica de ação da sociedade civil a nível europeu, envolvendo uma diversidade de atores, tendo como protagonistas migrantes e refugiados. Para isso, o processo foi dividido em três etapas, a saber: pré-fórum, fórum e pós-fórum. Todas as etapas foram mediadas por pessoas indicadas por representantes do Comitê Internacional e lideradas pelos próprios migrantes, para estimular uma reflexão profunda sobre as questões em jogo, os desafios e problemas enfrentados e, acima de tudo, pensar coletivamente sobre possíveis convergências e alternativas.

Contexto Regional e escolha do local

O relatório da Agência da ONU para os Refugiados (ACNUR) revela que só em 2018, mais de 1.600 pessoas morreram ou desapareceram tentando chegar à Europa pelo Mar Mediterrâneo (ACNUR, 2018). As políticas orientadas pela Diretiva de Retorno e pelo Regulamento de Dublin, juntamente com uma série de medidas de segurança, incluindo o estabelecimento de ações judiciais e penalidades contra os defensores dos direitos dos migrantes e refugiados, tornaram cada vez mais necessária uma discussão aprofundada na

sociedade civil sobre os direitos fundamentais em contextos de migração. Segundo dados do Eurostat (2019), em janeiro de 2018 havia 22,3 milhões de cidadãos não europeus (4,4%) de um total de 512,4 milhões de pessoas a viver na Europa.

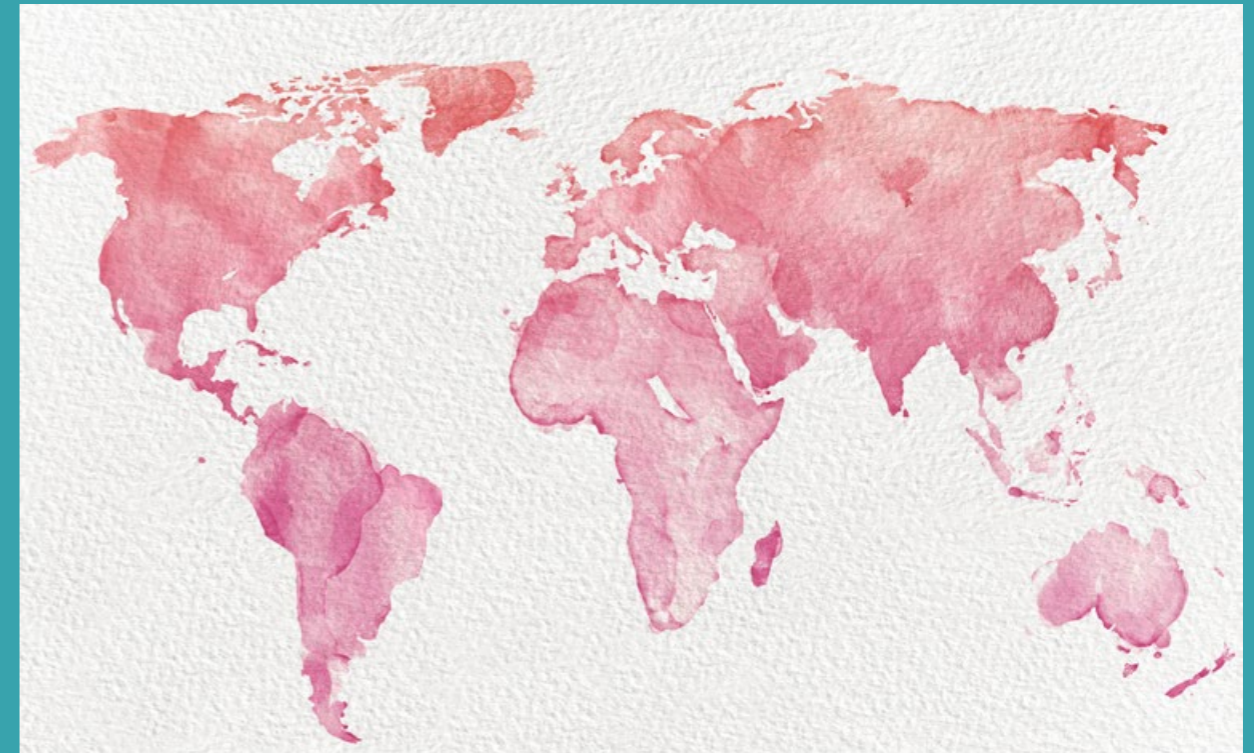
Assim como o Fórum Social Américas das Migrações, o primeiro Fórum Social Europeu das Migrações ocorreu em um momento de crise global causada pela pandemia do COVID-19. Ao evidenciar exclusões e desigualdades já existentes, essa crise ampliou as profundas disparidades econômicas e sociais existentes no sistema capitalista. Nesse cenário, migrantes e refugiados são especialmente vulneráveis, pois são forçados a enfrentar barreiras legais e sociais específicas. Hoje, é ainda mais necessário refletir, discutir e propor respostas a esses obstáculos enfrentados pelos migrantes e refugiados, e é exatamente essa a ideia que está por trás do Fórum Social Europeu das Migrações. Este contexto também é uma oportunidade para reinventar o futuro da mobilidade humana para garantir que seja inclusiva, segura e respeite os direitos humanos.

Mesmo enfrentando uma crise de saúde sem precedentes, muitos Estados europeus ainda negam não só os direitos fundamentais os quais têm direito as pessoas vulneráveis, mas, também, seus direitos sociais e econômicos. A União Europeia mantém atualmente uma política abusiva de perseguição policial, militarização das fronteiras, não assistência a pessoas em perigo - nomeadamente no Mediterrâneo - e prisão de defensores dos direitos dos migrantes. Estas ações têm consequências desastrosas, como o aumento do número de mortes e desaparecimento de pessoas no Mediterrâneo, o risco de desenvolvimento de surtos de doenças infecciosas em áreas onde as pessoas estão privadas de liberdade - em particular nos "campos da vergonha", na fronteira entre Grécia e Turquia - e nos campos de desabrigados. Durante o inverno passado, a fronteira entre a Bósnia-Herzegovina e a Croácia foi palco de violações extremas dos direitos humanos. De acordo com a OIM, mais de 8.000 migrantes que embarcaram na chamada "rota dos Balcãs" na esperança de chegar à Europa, foram deixados em condições precárias em todo o país, hospedados em estruturas de acolhimento superlotadas e inadequadas, colocando claramente suas vidas em risco. Alegou-se que essas pessoas incluíam famílias, crianças e menores desacompanhados que não tinham acesso a

abrigo, serviços básicos e nenhum acesso a cuidados de saúde adequados. O fracasso na gestão da crise migratória em países que fazem fronteira com a União Europeia, como a Bósnia, deve-se em parte às práticas de repulsão operadas pela polícia na periferia da União Europeia. Desde 2015, quando muitos países da UE (por exemplo, Hungria) fecharam suas fronteiras, mais pessoas tentaram entrar na Europa pela rota dos Balcãs, cruzando a fronteira da Bósnia-Croácia. De acordo com vários relatórios de outubro de 2020, as resistências da Croácia envolveram ocasionalmente abusos sexuais contra mulheres. Esse cenário também mostra uma profunda crise social e a extrema precariedade das famílias migrantes e pertencentes a minorias étnico-raciais. No geral, a pandemia COVID-19 expôs a fragilidade de um sistema político, social e econômico excludente, incapaz de proteger os direitos humanos de imigrantes e refugiados.

À luz do contexto acima mencionado, o FSEM proporcionou uma oportunidade para pensar coletivamente sobre o futuro da humanidade e o futuro do planeta. Iniciou um convite para pensar sobre a migração como central para a construção de uma nova estrutura inclusiva e totalmente ética para um futuro sustentável com justiça social. Foi um Fórum de esperança e um apelo à ação global, responsabilidade compartilhada e promoção da cidadania universal para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das gerações futuras. Algumas das razões que levaram à realização do Fórum Social Europeu das Migrações em Portugal foi o fato de Portugal ter sido o primeiro país a adotar um plano nacional de implementação do Pacto Global para as Migrações (Comissão Europeia, 2019) além do fato de o país ter criado recentemente um Secretário de Estado para a migração e possuir um plano nacional para a integração dos imigrantes (Comissão Europeia, 2007).

De acordo com o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA) do Serviço de Fronteiras e Estrangeiros (SEF), durante três anos consecutivos, desde 2017, o número de imigrantes em Portugal tem aumentado. O número de estrangeiros que adquiriram a nacionalidade portuguesa passou de 20.396 em 2015 para 28.856 em 2018. Por outro lado, as recusas de entrada em território nacional português também aumentaram de 506 recusas em 2015 para 2.866 em 2018 (dados de 2019 do Relatório de Imigração,



FREEPIK

“ O papel da população mundial como um todo, e especialmente das duas categorias vulneráveis - mulheres migrantes e jovens migrantes - devem continuar a participar ativamente em formas de organização social de cidadãos para realizar trabalho de defesa de direitos e influenciar governos e instituições. ”

Fronteiras e Asilo). Em termos de políticas públicas, Portugal apresenta-se como um país aberto, ávido por criar mecanismos de igualdade e seu governo mostrando preocupação com a necessidade de integração e inclusão social dos imigrantes. No entanto, apesar dos bons resultados ao nível da formulação de políticas públicas, Portugal ainda apresenta muitos desafios no que diz respeito à implementação e garantia da igualdade no acesso aos direitos sociais e fundamentais dos migrantes.

Áreas Temáticas

As discussões compartilhadas durante o FSEM 2021 foram realizadas com a divisão nos seguintes eixos temáticos:

1. **Direitos Econômicos:** Os conceitos cruciais tratados dentro deste eixo foram extrativismo e apropriação da terra; desestruturação das economias locais; deslocamento forçado; guerra econômica; execução de fundos públicos. Hoje em dia, existe uma tendência generalizada de dissociar os direitos fundamentais dos direitos socioeconômicos, políticos e civis os quais deles decorrem. O pressuposto subjacente a esta área temática é o de que isso nunca deveria acontecer e, por isso, é fundamental defender uma hospitalidade e integração eficazes, bem como condições de trabalho dignas para os migrantes, independentemente do seu estado de migração. O grande problema relacionado a essa questão diz respeito aos governos vincularem a possibilidade de regularização migratória ao trabalho e vice-versa, o que pode gerar vulnerabilidades e dificultar o exercício da cidadania de forma plena para os migrantes, provocando falta de inclusão e igualdade de direitos para os migrantes que não se enquadram nos programas de regularização do trabalho. Além disso, para os países que já estavam passando por uma crise econômica e social, a atual crise de saúde do COVID-19 é um obstáculo adicional. Durante a primeira onda da pandemia, a saúde ocupacional esteve completamente ausente da resposta da saúde pública à emergência. Ainda assim, o direito à saúde no

trabalho deve ser reconhecido como fundamental e a COVID-19 como possível doença decorrente da atividade laboral.

2. **Direitos Humanos:** Centrais foram, neste caso, os temas da criminalização da migração e da solidariedade; militarização e externalização de fronteiras; violação dos direitos dos migrantes e refugiados nos países de origem, trânsito e destino. Em particular, foi realçado que enormes meios financeiros, políticos e judiciais são empregados hoje a nível europeu com o objetivo de garantir que os migrantes permaneçam fora da Europa e que as suas ações sejam criminalizadas. A criminalização da migração pela UE, bem como a criminalização da solidariedade para com os migrantes em trânsito, são vistas como uma forma de gerir os fluxos migratórios e de dissuadir as pessoas de entrar na Europa. Enquanto, por um lado, podemos nos tranquilizar com o Novo Pacto sobre Migração e Asilo, onde a Comissão Europeia explica que o seu objetivo é o de evitar que os apoiantes dos migrantes sejam perseguidos criminalmente; por outro lado, a Diretiva 2002/90, de 28 de novembro de 2002, estabelece que o apoio à entrada, trânsito e permanência de migrantes irregulares é, em certas condições, considerado crime, exceto quando o apoio é prestado para fins humanitários. Outra questão crucial na área é o fenómeno das “invisibilidades” dos migrantes que se deve a vários fatores, como o fato de essas pessoas não serem apoiadas por instituições e sociedade civil, e a existência de barreiras linguísticas as quais não permitem aos migrantes expressarem-se adequadamente.

3. **Direitos Ambientais, Sociais e Culturais:** Os assuntos debatidos no contexto desta área temática incluem: lutas feministas e LGBTQI+; batalhas ambientais e climáticas; a defesa da ciência, educação e cultura; direito à vida; saúde universal e gratuita. O mundo enfrenta atualmente uma crise econômica e também ambiental com uma luta por recursos no horizonte. A extrema direita da União Europeia, por exemplo, usa novas tecnologias da informação para criar notícias falsas e divulgá-las entre a população. A interseccionalidade seria, então, antes de mais nada, o trabalho de curar e reunir o que os movimentos de extrema-direita buscaram dividir, refletindo também sobre como as opressões existem dentro das opressões. Além disso, o ponto central das discussões nesta área temática foi a questão do cumprimento dos Direitos Econô-

nicos, Sociais e Culturais (DESC). Embora os direitos humanos sejam indivisíveis e interdependentes, existe uma falha no cumprimento desses direitos. Exemplos disso são a desnutrição e a falta de acesso à educação para menores migrantes. Negligenciar os regulamentos dos DESC também afeta o cumprimento dos direitos civis e políticos. Um exemplo é que o gozo pleno da liberdade de expressão está vinculado ao direito à educação. Além disso, foi mencionada a questão do racismo ambiental. A questão da migração ambiental também foi abordada uma vez que essa está inserida na intersectorialidade da solidariedade internacional e das mudanças climáticas. A mudança climática provavelmente agravará os desastres naturais, tornando o deslocamento por razões ambientais dependente da solidariedade internacional.

4. **Direitos Políticos:** Os tópicos discutidos neste eixo temático incluíram a transformação dos sistemas políticos; estratégias alternativas de governança; participação política de migrantes e refugiados; o papel das autoridades locais, o papel das universidades e da sociedade civil; políticas públicas e participação social. Mais especificamente nesta área temática, incluiu-se o objetivo de acolher e incluir exilados e imigrantes em cidades ou territórios que os desejem acolher, ajudando na sua integração, no exercício da cidadania e na garantia dos seus direitos fundamentais. O objetivo nesse eixo foi trabalhar em conjunto com a sociedade no combate à intolerância e incluir o debate sobre imigração nas políticas públicas. Além disso, foi mencionada a importância da participação da sociedade civil junto às autoridades locais, o que deve ajudar na mudança das políticas públicas sobre o acesso aos direitos dos migrantes e exilados. Também foi destacado que, para prevenir políticas anti-imigração, a sociedade como um todo deve se engajar no combate aos estereótipos, mudando a forma como a mídia apresenta esses imigrantes e refugiados e desmistificando a crença de que exilados e imigrantes são a causa de as crises econômicas na Europa.

Para além das áreas temáticas mencionadas, os atores debateram levando em consideração temas intersectoriais como gênero, raça, classe, nacionalidade, identidade e interculturalidade.

Propostas

Conforme já mencionado, o Fórum Social Europeu das Migrações conseguiu finalizar 75 propostas, incluindo ações locais e globais.

No que se refere aos direitos econômicos, três conjuntos principais de propostas foram apresentados. Foram sugeridos a defesa, a regularização dos migrantes e o fortalecimento dos canais de migração com direitos. Quanto a isso, a regularização irrestrita e incondicional de todos os migrantes sem documentos em toda a Europa, a fim de acabar com a exploração, discriminação e competição de trabalhadores, foi particularmente demandada. Nesse sentido, medidas políticas e jurídicas são necessárias. Todos os atores sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil devem promover a mobilização, tanto a nível nacional como europeu, para exigir dos governos dos Estados europeus uma lei que regularize os migrantes presentes nos seus próprios territórios. Essas leis devem ser duráveis e acessíveis a todos os trabalhadores e não apenas a profissionais altamente qualificados. Do ponto de vista jurídico, também foi defendida a ratificação bem como a implementação urgente das Convenções 97 e 143 da OIT e da Convenção 90 da ONU para garantir os direitos dos migrantes e refugiados. Por fim, debates políticos e sociais devem ser promovidos.

Do ponto de vista dos direitos humanos, a necessidade de investigar e denunciar as violações desses nas fronteiras externas da UE foi defendida coletivamente. Neste sentido, a criação de uma comissão parlamentar europeia de investigação para verificar incumprimento da lei e dos direitos humanos, tais como a dissuasão de movimentos migratórios, regressos nas fronteiras terrestres e marítimas, deportações em massa, retrocessos forçados, detenções formais e informais, externalização de controle de fronteira. Também foi sugerida a criação de um mecanismo de denúncias sobre a situação nas fronteiras internas da União Europeia. Por fim, foi destacada a necessidade de defender a criação de um Pacto Global de Solidariedade para garantir que a universalidade dos direitos humanos seja respeitada. Foi também proposta a organização de

uma conferência com deputados europeus e organizações aliadas para a criação de uma consulta parlamentar europeia sobre as violações dos direitos humanos de migrantes e requerentes de asilo.

Em relação aos direitos ambientais, sociais e culturais, o que mais se destacou foi a necessidade de construir, implementar e comunicar uma narrativa comum na intersecção da justiça migratória, justiça ambiental e justiça social. É crucial fornecer documentação das continuidades históricas entre o domínio colonial e o processo de globalização financeira e econômica, que está intensificando o deslocamento de pessoas em massa. Foi sublinhado igualmente a existência de uma forte necessidade de desconstrução do racismo, do gênero e da discriminação social, o que poderá ser prosseguido através do estabelecimento de um plano estratégico de ação e comunicação, articulando os movimentos sociais europeus envolvidos. Finalmente, houve uma proposta para executar e fortalecer uma educação intercultural sob uma prerrogativa anti-racista para conectar as muitas pessoas que exigem e pressionam por pedagogias alternativas para reaprendizagem cultural mútua dentro dos sistemas de educação nacional formal e locais de educação informal.

Em relação aos direitos políticos, houve um acordo para desenvolver uma rede dedicada às histórias de migrantes e refugiados. Esta iniciativa responderia à necessidade de criação de uma ação coletiva para ampliar a voz dos migrantes e refugiados e para coletar e divulgar suas histórias de vida. Com isso, esta rede pretende humanizar o discurso político e politizar as experiências humanas de migrantes e refugiados. Também foi proposto que o trabalho de advocacy, para garantir uma elaboração intersetorial de políticas de migração que sejam democráticas, participativas e inclusivas, seja intensificado. Neste sentido, o objetivo é conectar e destacar localidades na Europa, em países não europeus afetados pelas políticas europeias e, no resto do mundo, onde as alianças locais entre autoridades, migrantes, refugiados e atores da sociedade civil alcançam mais inclusão e ações de acolhimento. Prevê-se que isto sirva de modelo para outras políticas de migração a nível nacional e europeu. Destacou-se ainda que os fundos europeus devem ser condicionados à garantia dos direitos dos migrantes e refugiados e distribuídos



FREEPIK

“ O Fórum Social Mundial das Migrações deseja funcionar como um convite à mobilização, mas também como um método que conecta respostas em diferentes níveis, a fim de dar-lhes unidade e coerência. ”

equitativamente aos atores locais que trabalham para construir políticas em favor dos direitos dos migrantes e refugiados. Por fim, foi sugerida a promoção de um Dia Europeu da Defesa do Acesso aos Serviços Públicos Essenciais.

Impacto do FSM e futuras ações

Migrantes e organizações envolvidas com migrantes de diferentes partes do planeta estão atualmente transitando por um mundo em um processo tumultuado, onde a questão da migração tornou-se um tema central na agenda internacional. Hoje, quase um em cada quatro trabalhadores no mundo é migrante e enfrenta condições de profunda vulnerabilidade: exclusão, discriminação, racismo, exploração extrema, morte e desaparecimento. Sob a globalização neoliberal, a migração se torna essencialmente um deslocamento forçado, incluindo os fenômenos de migração ambiental, tráfico humano e contrabando de migrantes, migração miserável e deportações em massa.

Desde o seu nascimento, o Fórum Social das Migrações, em sua versão global e regional, tem sido palco de importantes debates sobre questões migratórias e marcos políticos. O Fórum sempre foi concebido como uma encruzilhada que revela que muitos caminhos podem ser realmente percorridos. Um dos principais legados que essa longa história de Fóruns nos deixou é que a migração possui pontos comuns em todo o mundo, mas ainda guarda peculiaridades de acordo com regiões específicas. Essa complexidade exige que as respostas locais, regionais e globais sejam combinadas para lidar com os desafios da mobilidade humana. No entanto, a diversidade geográfica também é necessária para manter nossa estrutura global, o que implica um fortalecimento dos fóruns regionais. Até hoje, as Américas e os fóruns europeus têm sido realizados destacando as crises e deficiências na política de migração na Europa e na América Latina. É vital agora não deixar outras regiões para trás. Como o espaço do Fórum pretende ser mais influente na arena global, um fórum asiático e um africano precisam ser os próximos passos.

Tivemos ainda a oportunidade de aprender que, embora sejam necessárias respostas locais e globais, a importância das mobilizações sociais em nível local para reforçar as ações globais é crucial. Nesse sentido, o papel das organizações de base na promoção da mobilização é vital e merece destaque. O que precisamos agora para consolidar as estruturas de participação social para garantir a equidade e a justiça é a ambição de promover processos ascendentes de transformação social. A resistência e o conhecimento das organizações de base são vitais para enfrentar os problemas estruturais inerentes à migração forçada e avançar na construção de um outro mundo possível. Trata-se de programar e articular mobilizações que promovam a cidadania universal para os 1000 milhões de seres humanos que fazem parte da mobilidade global.

Conforme destacado no contexto do Fórum Américas e do Europeu, duas das categorias mais vulneráveis de migrantes são as mulheres e os jovens. Essas duas categorias são, de fato, fortemente impactadas pelas políticas de externalização e militarização que estão sendo implementadas nas fronteiras, tanto na Europa quanto na América Latina. O primeiro papel que as mulheres migrantes desempenham nesta batalha coletiva é denunciar a violência de gênero, além de participar de campanhas de conscientização e assumir posições políticas de liderança, para aumentar a representatividade de si mesmas e de seus interesses nos espaços de decisão e garantir sua autonomia política. O papel da população mundial como um todo, e especialmente das duas categorias vulneráveis - mulheres migrantes e jovens migrantes - devem continuar a participar ativamente em formas de organização social de cidadãos para realizar trabalho de defesa de direitos e influenciar governos e instituições.

A fim de implementar as propostas levantadas durante o Fórum Américas e o Fórum Europeu, as ações devem ser realizadas em nível jurídico, político e social. A ideia fundamental que está na base de todas as propostas é servir os direitos dos migrantes. Nesta ótica, é imprescindível ouvir as histórias da população migrante colocando em primeiro lugar suas demandas e direitos; levando em consideração, principalmente, as das categorias mais vulneráveis. Mais ainda, é fundamental destacar que as ações futuras devem proteger não apenas os interesses dos países de acolhimento, mas também os dos países de partida e de trânsito. Nessa visão, algo que precisa ser atendido

o mais rápido possível é a criação de rotas migratórias regulares e seguras. Este objetivo deve ser alcançado por meio de acordos, programas humanitários, recomendações, parcerias estratégicas.

Outra prioridade comum a todas as áreas discutidas nos dois Fóruns é a violação das leis e dos direitos humanos nas fronteiras. Essas infrações devem ser investigadas do ponto de vista jurídico e político pelo Tribunal, e, no nível institucional, os Estados infratores devem ser responsabilizados. Ao mesmo tempo, a participação dos imigrantes na vida política do país de acolhimento deve ser intensificada: os direitos políticos devem ser gozados pelo maior número possível de pessoas, visto que isso aumenta o sentimento de pertença na comunidade de acolhimento. Para garantir a integração total, deve ser garantido o direito à igualdade de tratamento. Os Estados, tanto na Europa como na América Latina, devem desempenhar um papel fiador nesse sentido e devem promover mais ativamente os padrões internacionais. Isso pode ser alcançado através do desenvolvimento de parcerias com atores internacionais, encorajando o cumprimento, ratificação e implementação uniforme. Acima de tudo, para que qualquer tipo de proposta seja plenamente implementada, a mudança deve começar por baixo, por meio da educação intercultural, com intuito de conectar as pessoas sob a ideologia da inclusão e do respeito.

A questão agora é: qual deve ser o papel do Fórum Social Mundial das Migrações neste contexto? Esse processo coletivo compartilhado, que já se arrasta há mais de 15 anos, assumiria, no futuro, a tarefa de influenciar e fazer lobby junto aos governos do mundo, atuando por meio de uma estratégia política? O objetivo deve ser partir do nível local, em uma lógica de baixo para cima. O Fórum Social Mundial das Migrações deseja funcionar como um convite à mobilização, mas também como um método que conecta respostas em diferentes níveis, a fim de dar-lhes unidade e coerência. Os movimentos de justiça global e as organizações da sociedade civil hoje em dia detêm o poder de compartilhamento de conhecimento, defesa e lobby, que está crescendo ao longo do tempo. Por isso, o Fórum Social deve, no futuro, constituir uma nova forma de fazer política, alicerçada na cultura do trabalho em rede.

Para construir um Fórum plural, horizontal, participativo, mas com compromissos concretos de articulação permanente, os comitês organizadores devem estar cientes de que essa lógica de rede se tornou a base de um poderoso ideal político e cultural: uma lógica norteadora que fornece um modelo para formas emergentes de políticas democráticas diretas de âmbito local, regional e global. Na prática, as interações fluidas dentro da rede que ocorrem no contexto do Fórum deveriam ser combinadas com a existência de uma estrutura mais regular, trabalhando para a criação de um espaço unitário, uma plataforma permanente de lobby, com o objetivo de manter as relações que foram construídas até agora. O Fórum deve ser construído como um espaço para aquelas pessoas que não acreditam em partidos políticos, mas querem ser politicamente atuantes. O desejo para o futuro é que esta instância compartilhada nos ajude a compreender plenamente o fenômeno migratório em seus diferentes aspectos, causas e consequências; contribuir para uma melhor convivência e uma maior garantia dos direitos humanos de todas as pessoas: nativas e migrantes.

Referências

European Commission (2019), *Cláudia Pereira named Portugal's Secretary of State for Integration and Migration*. Disponível em: <https://ec.europa.eu/migrant-integration/news/claudia-pereira-named-portugals-secretary-of-state-for-integration-and-migration#:~:text=Cl%C3%A1udia%20Pereira%20named%20Portugal's%20Secretary%20of%20State%20for%20Integration%20and%20Migration,-21%2F10%2F2019&text=The%2022nd%20government%20of%20Portugal,State%20for%20Integration%20and%20Migration>.

European Commission (2007), *Plan for Immigrant Integration*. Disponível em: <https://ec.europa.eu/migrant-integration/index.cfm?action=furl.go&go=/librarydoc/plan-for-immigrant-integration>.

European Commission (2019). *Portuguese government approves national plan to implement Global Compact for Migration*. Disponível em: <https://ec.europa.eu/migrant-integration/news/portuguese-government-approves-national-plan-to-implement-global-compact-for-migration>.

Gainza, P. (2020), *Migrar en tiempo de nuevas xenofobias y viejos racismos*.

Iniciativa Social para América Latina y el Caribe (2020), *Voces y propuestas de América Latina y el Caribe. Transformaciones para salir de la crisis*. Disponível em: https://periododesesiones.cepal.org/38/sites/pses38/files/isalc_voces_y_propuestas_06.10.2020fin.pdf.

The UN Refugee Agency (UNHCR) (2018), *Desperate Journeys: Refugees and migrants arriving in Europe and at Europe's borders*. Disponível em: <https://www.unhcr.org/desperatejourneys/>.

Modos
de ver



Espaço Kene

FOTOGRAFIAS DE MOHAMED KEITA E DOS PARTICIPANTES NO PROJECTO

KENÉ, que em Mandinga significa Espaço, é expressão da viagem que levou Mohamed Keita de Itália a África, para criar, no bairro de Bamako, no distrito de Kanadjiguila, no Mali, um espaço onde os jovens pudessem aprender a fotografia como ponto de partida no caminho para a educação primária e o crescimento cultural.

A fotografia representa uma troca, representação, escuta e participação, bem como uma oportunidade de trabalho. O espaço KENE é um lugar de educação, cooperação e conhecimento prático que incute nos jovens do Mali o poder da fotografia.

Os nossos agradecimentos à Fondazione Pianoterra Onlus.



Espaço Kene





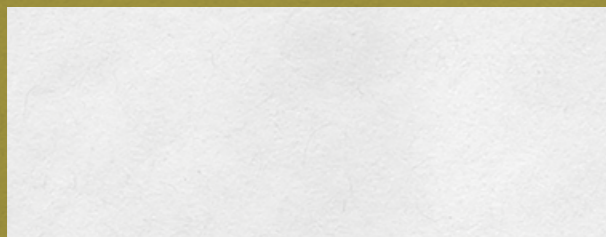
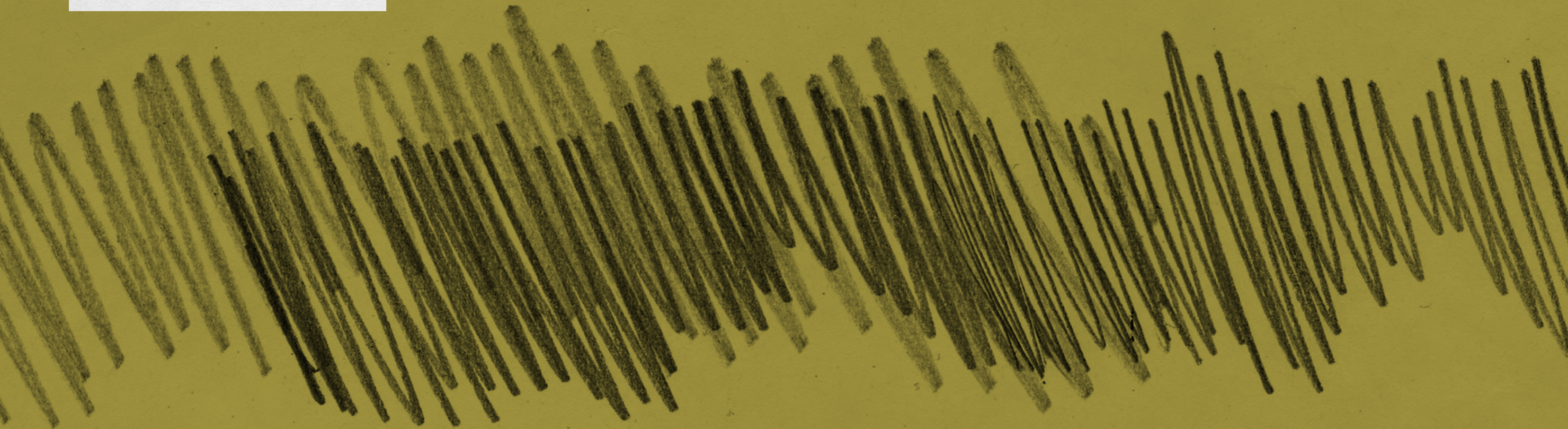
Espaço Kene



Espaço Kene



Narrativas



Provas de cidadania

TEXTO DE LIVIA APA

FOTOS CEDIDAS POR ALESSANDRA CUTOLO E
COMPANHIA WOMEN CROSSING



O espaço *SpinTime*, em Roma, ficou famoso quando Konrad KraJewski, esmoler do Papa Francisco e cardeal da Diaconia Santa Maria Immacolata do Esquilino, se encarregou pessoalmente, acedendo ao precário quadro elétrico do edifício, de devolver o acesso à eletricidade no edifício, ocupado há quase dez anos por um grupo de famílias que ficaram sem casa e por migrantes. Hoje vivem lá cerca de 400 pessoas que todos os dias gerem este espaço comum,

onde há também um restaurante, um teatro e uma biblioteca, onde se organizam espetáculos, concertos, debates, lançamentos de livros e iniciativas de solidariedade. O Esquilino é o bairro multiétnico por excelência de Roma, bem no centro da cidade, um espaço de vida real dentro de uma capital cada dia mais engolida pelo turismo descartável. E é também um bairro onde se experimentam formas alternativas de participação cívica, o mais possível inclusiva.

Na entrada do *SpinTime* há sempre um serviço de controle das entradas e das saídas, a segurança de quem lá vive é prioritária, todas as decisões são tomadas em assembleia, tudo se tenta organizar conforme as necessidades de quem lá vive. Há serviço de *babysitting*, de apoio escolar, uma pequena bolsa de emprego, um banco alimentar para uso interno. As crianças que vivem no edifício, que antigamente era uma sede da segurança social, frequentam a escola primária Di Donato. Foi nessa escola que

a encenadora Alessandra Cutolo¹ conheceu um grupo de mulheres nigerianas com as quais fundou a companhia *Women Crossing* e com elas encenou *Storie di sabbia e di mare*, uma encenação dos traumas da viagem para chegar à Europa, baseado nas experiências pessoais das protagonistas. Alessandra pratica desde sempre uma ideia de teatro social, comprometido com a ideia que a arte é um direito universal fulcral. Desde há muitos anos que trabalha nas cadeias de Nápoles e em bairros considerados impossíveis, mas afirma que, pela sua experiência, quem se aproximou do teatro raramente voltou a praticar crimes, utilizando, pelo contrário, o que viveu no palco como momento de

≥





empoderamento e de viragem nas próprias opções de vida. Os seus espetáculos partem sempre de experiências vividas pelos atores. Ela acredita que é importante combater a ideia que o teatro é só para alguns e propõe uma ideia de teatro que se alimenta e se baseia nas experiências de uma determinada comunidade, defendendo que ele deve ser popular, coisa que, com esta dimensão, é ainda rara em Itália. As suas encenações são limitadas ao essencial, um lençol a evocar o palco, umas cadeiras. O gesto dramático apresenta-se assim nu, entregue apenas à força representativa de quem está em cena. Uma ideia nova e antiga de fazer teatro, diz ela, que, acredita, pode resgatar quem o pratica do único destino previsto para as mulheres migrantes que é o de limpar as nossas casas.

O seu método é partir de um texto e de encenar a situação. Não

se escreve nada, não há nada para aprender de cor. É um método que se baseia na identificação e na empatia e que visa responder apenas a uma pergunta: “Que farei nesta situação?” devolvendo assim centralidade a algo de profundo e sentido, fazendo do ator o autor do que diz e não apenas um intérprete de uma determinada pauta.

Durante a pandemia, teve lugar em várias zonas de Roma uma série de iniciativas organizadas pelo projeto ConDominio dos Teatros de Roma². O projeto, nas palavras das organizadoras, a jornalista Conchita de Gregorio e Sandra Toffolatti, foi pensado a partir da experiência do confinamento, durante a qual os condomínios se tornaram “paisagem, horizonte, janela para o mundo”. ConDominio tenta explorar esta renovada relação com o espaço comum, amado, odiado, redescoberto, amplificado, onde a vida de cada um de nós passou forçosamente a acontecer durante longas semanas, sem possibilidades

de fuga para o mundo “de fora”. Foi a partir desta contingência que o projeto escolheu em seis zonas da cidade - Salario, Rebibbia, Tor Pignattara, Mandrione, Esquilino, Tiburtino - espaços de condomínios onde fosse possível explorar, através do teatro, as novas formas de convivência comunitária surgidas durante o confinamento. Criaram-se assim pequenos palcos entre as varandas e os terraços dos prédios, onde foram encenadas pequenas experiências teatrais baseadas em textos muito diferentes entre si, e entre os quais se contaram também clássicos como *Mistero Buffo* de Dario Fo e *Venere e Adone* de Shakespeare. O objetivo foi o de reforçar os laços das pequenas comunidades que se reinventaram

≥





partilhando o mesmo espaço físico durante a experiência da pandemia, tentando explorar as possibilidades deste novo espaço comum.

O grupo do Esquilino encenou um texto de Chimamanda Ngozi Adichie *A embaixada americana*, e a partir desta experiência, Alessandra começou a dinamizar uma série de ações teatrais, não apenas nos terraços e nos telhados do Esquilino, mas também nos pequenos parques onde normalmente as crianças brincam ou vão de bicicleta, já que apenas ao ar livre era possível promover ações culturais. Foram espetáculos que não previam acesso à eletricidade, portanto não havia som, nem luzes. Foram sessões pequenas, íntimas, nas quais a distância entre público e atores ficou reduzida a quase a zero, facilitando uma dimensão de comunidade ainda maior. Estas experiências de prática teatral insólitas reforçaram a participação no grupo de teatro.

nato e integrar também o grupo, que já se constituiu como Gruppo di Teatro della scuola Di Donato.

Ao primeiro grupo das nigerianas do *Spin Time*, foram-se juntando outras mulheres, sobretudo do Bangladesh, que muitas vezes estavam no parque com os seus filhos e que nunca tinham tido antes uma ideia do que é teatro. Aos poucos, também elas começaram a integrar a companhia, e com elas vieram mulheres de outras comunidades. Mais recentemente, juntou-se também um grupo de mulheres etíopes, que vivem no Quattro Stelle, um outro espaço ocupado, desta vez, na periferia de Roma, onde durante a pandemia foram organizadas ações de apoio alimentar. Na base das relações criadas durante a pandemia que as levaram a assistir a alguns espetáculos no Esquilino, as mulheres decidiram inscrever os seus filhos na escola Di Do-

Todas as ações são ainda realizadas ao ar livre, em lugares como o pequeno parque de via Statilia, onde teve lugar um laboratório cujo tema central, inspirado numa lenda tradicional, foi o da hospitalidade. Ver as mães etíopes contar esta estória às crianças italianas tem vindo a criar um interessante círculo virtuoso entre os que habitam o mesmo território e que se prepararam, também assim, para partilhar os mesmos direitos.

¹ Ver em <https://percorsiconibambini.it/primainfanziasc/2021/05/06/un-palcoscenico-per-le-mamme-del-mondo-il-teatro-sociale-di-alessandra-cutolo/>

² É possível ver os vídeos do projeto aqui: www.youtube.com/watch?v=wK_nWEL_LGE&list=PLRND_muI4JTIR9PKj5Oq2uUypohiVCAAtG
Referências: <https://www.glistatigenerali.com/teatro/e-il-teatro-italiano-che-se-ne-fa-dellafrica/>

Porque os artistas sonham, mas também criam projetos

TEXTO DE PAULO DAIO
FOTOS DE KWAME SOUSA

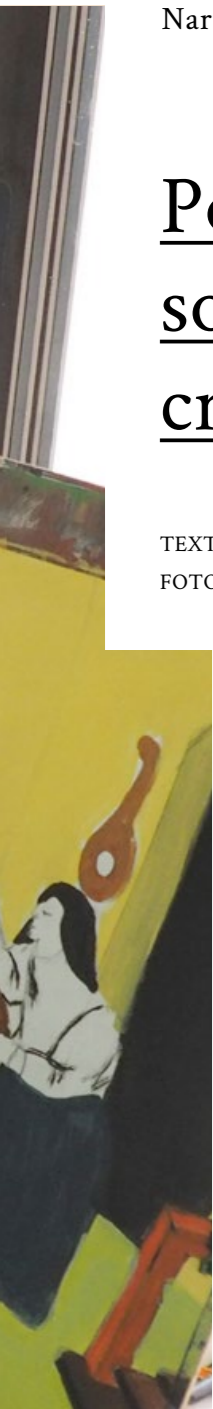
“Na escola, e com o Kwame, aprendi que é possível acreditar nos sonhos”. É assim que Emerson, aluno do 3º ano do Ateliê M - Escola Informal de Artes Visuais de São Tomé, criada em 2018 pelo artista plástico santomense Kwame Sousa, me responde quando lhe pergunto qual a principal lição que retira dos últimos anos do curso. E, de facto, quando converso com estes jovens, num dia em que o Estado santomense volta novamente a decretar Es-

tado de Calamidade no país, com tudo o que isso possa implicar social e economicamente num país já, por norma, em “estado de dificuldade”, não posso, também eu, deixar de acreditar no poder dos sonhos, ou dos projetos.

Kwame Sousa, artista plástico santomense, 41 anos, com grande parte da sua carreira e reconhecimento alcançados internacionalmente, resolveu um dia voltar para o seu país e criar uma escola de artes. No início do ano de 2017,

apresentava-me o buraco no terreno ao lado da casa do seu pai e contava-me que ali iria construir a sua Escola, argumentando sobre a não existência de uma formação na área das artes, uma formação contínua, estruturada, com acesso a diferentes e novos conteúdos, onde os alunos pudessem aprender, mas também ganhar espírito crítico, onde se pudessem tornar artistas. Falava-me então que não era um homem de sonhos, mas sim de projetos. E o projeto tornou-se realidade, nasceu a única Escola de Artes Visuais atualmente em funcionamento em São Tomé e Príncipe.

≥



São Tomé e Príncipe, um país cheio de potencialidades a nível artístico, com uma população jovem, detentora de uma especial apetência para as artes, quer estas se manifestem através da música, das artes plásticas, das artes visuais, das artes cénicas ou da literatura. Contudo, com uma

enorme lacuna existente na formação na área cultural e artística, que acaba por bloquear o crescimento intelectual e criativo dos jovens, que se veem restringidos a um campo de conhecimento limitado, com escassas trocas de experiências e poucas oportunidades para explorar o seu potencial artístico, acabando, na maior parte das vezes, por desistir.

O Projeto Ateliê M – Escola Informal de Artes Visuais sur-

ge neste contexto, com base no entendimento do papel das artes visuais enquanto capital de desenvolvimento humano, socioeconómico, fonte de autoestima e de solidariedade, criando o sentido de pertença a uma identidade, o autoconhecimento, a liberdade de expressão e o diálogo cultural.

Atualmente com nove alunos, sete dos quais a frequentar o último ano de formação, é notória a evolução destes jovens, os quais, com mais ou menos talento, agarraram a oportunidade e, ao longo dos últimos dois anos, construíram uma personalidade artística, mas também fortaleceram o seu sentimento de pertença a uma comunidade. Tornaram-se cidadãos ativos e conscientes cultural e socialmente, demonstrando à comunidade onde estão inseridos o valor e a relevância da

arte e da cultura. Não deixam de, humildemente, ressaltar todas as dificuldades com que se deparam, num país onde grande parte da população gere os seus rendimentos numa base diária, sem grande conhecimento, possibilidades ou perspectivas de apreciar ou adquirir obras de arte. Aliás, alguns deles falam mesmo nos outros planos, nas outras profissões, as que poderiam ter, caso isto da arte não dê resultado. Mas todos demonstram um orgulho imenso no seu percurso e na sua escola, sendo frequente a referência à autoestima.

Percebemos claramente a evolução técnica destes jovens, que aprofundaram os seus conhecimentos nas diferentes áreas das artes plásticas, conhecem a obra de vários artistas internacionais, que me falam com naturalidade do seu percurso, do seu traço e estilo enquanto artistas, das exposições em que gostariam de participar, dos projetos futuros, das formações que ainda querem realizar.



Na exposição dos trabalhos de final de ano, do 2º ano do curso, alguém comentava que nos encontrávamos perante a nova geração de artistas santomenses. O mentor e professor da escola, Kwame Sousa, chamou a esta exposição “Novas Centralidades”. O centro e o fervilhar de uma nova corrente cultural e artística em São Tomé, com artistas mais conscientes, abertos para o mundo, mas sem nunca se esquecerem das raízes que os envolvem, do contexto de onde são oriundos, expresso de forma tão nítida e particular nas suas obras. Uma nova geração de artistas com capacidade de sonhar, mas também de criar projetos.

Ocupado, desta vez, na periferia de Roma, onde durante a pandemia foram organizadas ações de apoio alimentar. Na base das relações criadas durante a pandemia que as levaram a assistir a alguns espetáculos no Esquilino, as mulheres decidiram inscrever os seus filhos na escola Di Donato

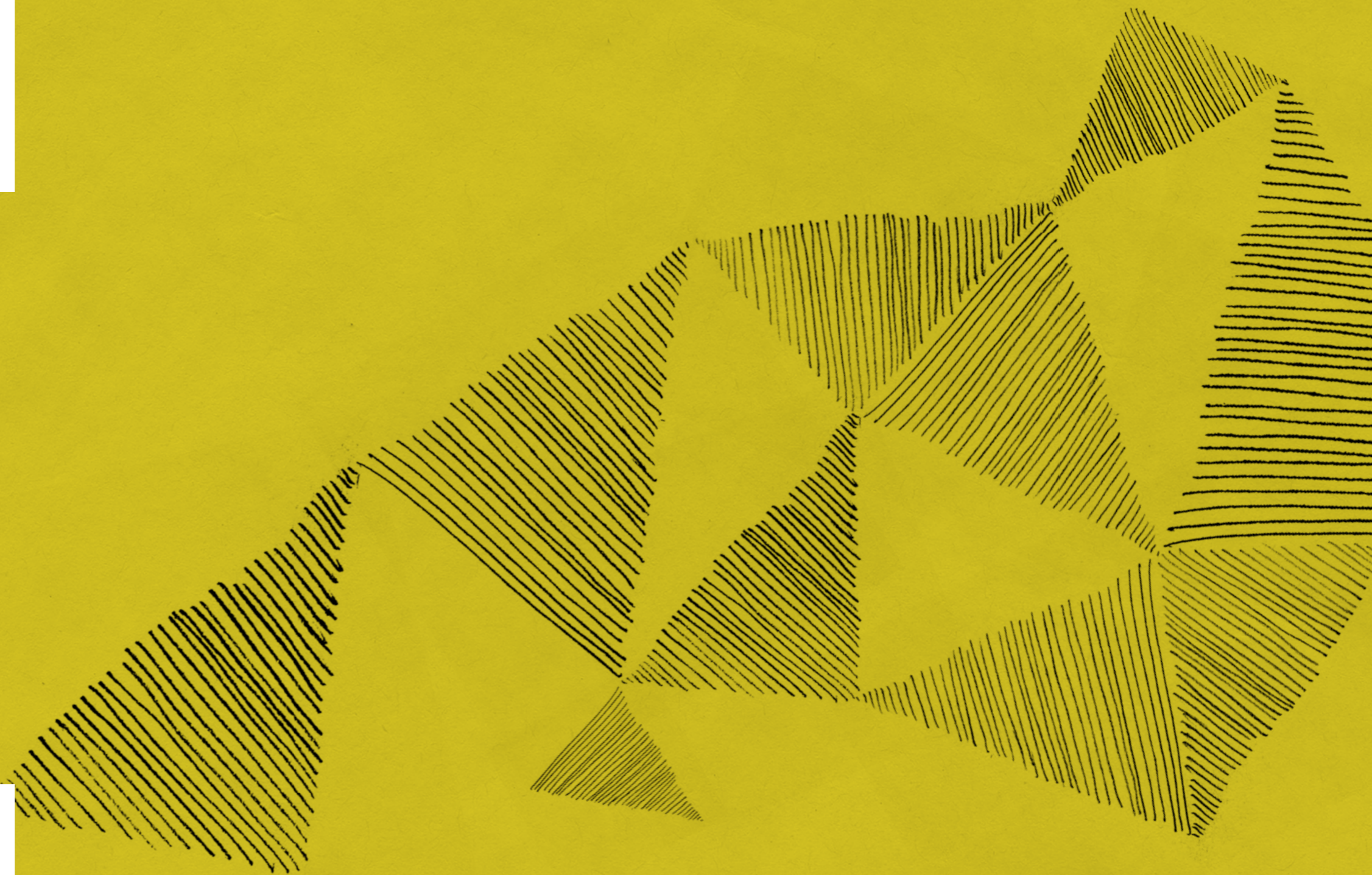
e integrar também o grupo, que já se constituiu como Gruppo di Teatro della scuola Di Donato.

Todas as ações são ainda realizadas ao ar livre, em lugares como o pequeno parque de via Statilia, onde teve lugar um laboratório cujo tema central, inspirado numa lenda tradicional, foi o da hospitalidade. Ver as mães etíopes contar esta estória

às crianças italianas tem vindo a criar um interessante círculo virtuoso entre os que habitam o mesmo território e que se prepararam, também assim, para partilhar os mesmos direitos.



Inovações



Espaços físicos numa realidade (quase) transparente

TEXTO DE ONDJAKI

FOTOS CEDIDAS PELA 10PADRONIZADA

1.

..... Se bem que é verdade, como dizem os outros que também somos nós, que a realidade de Luanda se foi tornando transparente não por falta de densidade dos seus ocupantes mas por falta de interesse (capacidade?) na visão de quem andava a olhar pela política que haveria de (se) impor à maioria dos cidadãos. É, assim, possível, desafiando as lógicas da física e da filosofia, que espaços físicos concretos coabitem com uma realidade transparente.

A definição e até mesmo a delimitação do chamado 'espaço físico' de Luanda remete para

um contexto de 'progressiva ocupação' que se foi dando ao longo dos anos. Se a guerra vem, como diriam os mais-velhos, de "muito antes", viria, ela mesma, a terminar em 2002. Mas nada no sofrimento de um povo (ou de uma cidade) por ser chamado de 'breve' se remete para processos de profunda desumanização e ou profunda cicatrização. Ainda que as cicatrizes sejam tão invisíveis quanto são reais as feridas. A 'progressiva ocupação' remete para a chegada, em ciclos erráticos, de volumosas populações que buscavam a capital do país. Ou por ser mais segura para eles e para os seus; ou porque evidentemente era mais segura para

os que estavam no poder; ou porque ali se processava uma movimentação social e financeira que, misturada com outros fortes boatos, atraía os que noutras paragens andavam atirados pela guerra ou pelos homens, a uma já mais densa falta de segurança, de cuidados, de finanças e até de paz.

A guerra fala sempre mais alto e empurra o mundo para as mais inesperadas paisagens. Luanda não foi, contudo, uma paragem inesperada. Pelo contrário: era 'natural' que a convergência humana desembocasse ali, junto ao mar, não por ser mar, mas por ser o mar da capital. Esse mar e essa cidade constituíam-se assim, enquanto 'coisa concreta' (e de concreto) e enquanto 'coisa mítica' como um "espaço urbano" que se foi opondo, no real e no imaginário, ao espaço rural. E Luanda cresceu: com os que já eram 'seus' e os que haveriam de chegar para 'ser seus também'. "Uma manta de retalhos"¹, como afirmou Cornélio Caley.

2.

Impunha-se aqui um longo resumo histórico que escapa à pena deste que vos escreve. Contudo, imaginando que o resumo 'das guerras' e até 'o da paz' estivesse aqui (bem) feito, seria o momento de apontar algumas das práticas que parecem ter sido activadas pela população luandense afim de reivindicar um

'novo lugar' ou um novo 'significado social' para o espaço cívico que a cidade admite.

Mas admitem os políticos, os governantes, os decisores, que a cidade precisa de ter efectivamente espaços pensados para cobrir as exigências de um espaço urbano que se aproxima dos 8 milhões de habitantes? Trata-se de um sonho vazio? Mais um fenómeno que poderá tocar (um)a transparência?

As práticas por vezes falam mais alto do que as notícias, os planos e os homens. Já não é possível ignorar a demanda pública por mais e melhores espaços públicos de lazer e de aprendizagem. O fenómeno da 'adaptação dos espaços' é visível a cada esquina, largo, avenida. Sobretudo se considerarmos os espaços verdes, ou limpos, ou pensados para o usufruto da população mais jovem. Os maiores largos de Luanda, normalmente pensados como grandes rotundas para a circulação de veículos, são apropriados como espaços de lazer. Se estes espaços contêm uma 'zona verde', e se, por milagre, esse verde subsiste por mais de alguns meses, então o local passa a ser também usado como estúdio aberto para sessões fotográficas. Casamentos, baptizados, namoros, e até pedidos de casamento. Se ainda mais espaçosos, podem (passar a) ser recintos desportivos ou de treino. A marginal de Luanda, pelas características arquitetónicas e beleza natural, é dos espaços mais procurados para todas as activi-

dades supra citadas. Mais: é um grande sucesso, um verdadeiro acto de transformação dos hábitos sociais e desportivos dos habitantes que, morando perto, podem usufruir do espaço e transformar as suas vidas. Não apenas pela pista de corrida que oferece, mas também porque permite exercitar o olhar e a poesia.

Não se trata do único lugar. Alguns largos (por exemplo: na Samba) também são usados como local de lazer e zona de prática desportiva. Mas os **poucos** locais preparados para 'servir a população' acentuam a necessidade de muito melhor e maior planificação de uma cidade que cresceu em ritmo avassalador nos últimos anos. O que os jovens demonstram é uma apetência e aptidão para o desporto que pode e deve ser estimulada. Mas a sociedade parece, há anos, clamar por melhor organização do sector desportivo nacional, e isso tem de ser feito de modo a começar desde cedo dando sequência na formação desportiva como complemento à escolaridade ou, opcionalmente, como via profissional.

Do mesmo modo, há lugar (e creio que há a necessidade) do surgimento (e estímulo) de organizações de cariz organizacional sem conotações ou ligações políticas. Temos entre as mãos (e dentro do peito) um país cansado da guerra, dos nomes da guerra, dos rostos da guerra, e do modo como todos esses nomes e rostos se tocam e se confundem com as organizações políticas angolanas.

3.

Os ventos da pandemia tocaram todos os lugares do mundo. O que inclui África e Angola. Ao contrário das mais pessimistas previsões (habituais), o continente africano reagiu ao COVID_19 dentro das suas possibilidades. Esta 'reação' sucede, claro está, de acordo com a diversidade política do continente. E o continente não é um todo 'uno'.

No caso de Angola, do ponto de vista institucional, as medidas foram tomadas com acertada prontidão. Uma vasta equipa multisectorial foi criada e tem cumprido a sua missão de modo muito correto. Esclarecimentos diários, pontualização de dados e informações, diálogo com os jornalistas e até com a sociedade civil. Um exemplo, como se ouve nos canais internacionais e, se comparado ao Brasil, um exemplo de altíssima qualidade.

Uma das mais 'curiosas' implicações surgiu, contudo, da própria sociedade civil. Se há dinheiro, mobilização política e financeira, recursos, para lidar com uma grave crise mundial, porque será que outras (mais antigas) maleitas não recebem a devida atenção? A malária, por exemplo. As questões de saúde pública. Até mesmo a insuficiente distribuição de água potável.

Em 'novos mapas de expressão social', como por exemplo o (coletivo) 'canal nacional' designado por "whatsapp", onde a informação

circula quase à velocidade da luz, as 'indagações paralelas' (ao sistema oficial) acontecem, reproduzem-se, instigam o questionamento e a imaginação angolana. E, curiosamente, neste novo tempo da democracia (?) angolana, estas indagações muito paralelas geram reação de fontes oficiais do governo; geram 'sérios rumores' que chegam à alta esfera de governação; originam até, por vezes, respostas oficiais para questões que, digamos assim, aparecem colocadas de forma oficiosa. Eis os 'novos poderes' da comunicação e da sociedade angolana.

Como ressalva, importa destacar duas questões: as 'vias rápidas da informação' são de acesso muito limitado, se quisermos falar do todo da população angolana, estando reservadas a quem elas têm acesso ou delas tem conhecimento. Por outro lado, Luanda, a gigantesca capital angolana, embora pareça já ter um quarto da população do país, não é, esperamos todos, "o país"; é apenas uma das suas províncias. Relevante, sem dúvida; porta de entrada da modernidade e dos vírus contemporâneos.

4.

Outras movimentações, interessantes, louváveis, continuam a brotar na esfera pública mas através da iniciativa de movimentos cívicos. Não governamentais. Não oficiais. Não dependentes de vontades e ou orientações políticas.



Gostaria de citar o exemplo de uma biblioteca comunitária, designada "10padronizada"², portanto querendo salientar o "não padrão", o "des-padrão", o "sem padrão", no sentido em que foi criada por jovens, em local aberto, num absoluto espaço público. Esta biblioteca existe, literalmente, 'apoiando-se' nas estruturas de uma ponte para pedestres, em Viana, populoso bairro da cidade de Luanda. Local de passagem, de vendas, de espera de transportes públicos, cuidado por um grupo de jovens, rapidamente ganhou nome nas redes sociais e foi 'apadrinhada' por muitos cidadãos

anónimos ou não. As pessoas doam livros, doam atenção, são feitas conversas e lançamentos de livros naquele espaço. O próprio espaço, pela sua qualidade e arrojo, demandou a visita de governantes locais, municipais, uma visita não oficial de mais do que um ministro. Inédito, pode ser dito, em terras angolanas. Belo, também pode ser dito.

Esta iniciativa deu origem ao surgimento de outros projetos comunitários semelhantes. Serve de exemplo, cria novos espaços de uma concreta utopia: livros na rua, livros perto as pessoas, livros livres do controlo das

autoridades. E ninguém danifica ou rouba o espaço. Ao contrário do que geralmente se crê.

Mais a Sul, na província do Namibe, fica um espaço chamado Mbanje do Livro³. Criado por uma jovem e professora de escolas públicas, o projecto aproveitou um espaço abandonado, recuperou o espaço com apoios da sociedade civil, e hoje funciona recebendo jovens e crianças que se sentam ali 'apenas' para ler. Este último projecto foi pensado, dinamizado e concluído em tempos de pandemia. Sem o apoio oficial do Estado.

5.

As conclusões apontam para a necessidade de um diálogo mais franco, aberto e adaptado com 'quem governa'. Novas participações, novas propostas sociais, novos 'caminhos' têm surgido desse lado da trincheira a que chamamos 'esfera pública'. Sobretudo, em Angola, numa triangulação entre ONG's, jovens e livres pensadores da sociedade civil.

Reitero este factor da 'adaptação', no sentido social de pôr em prática uma sensibilidade que dá origem à eficácia dos projectos: conhecer a realidade local; estudar as necessidades; auscultar o público alvo; ser parte integrante do público alvo; estar aberto e apto para cumprir com as necessidades colectivas de determinado grupo, num determinado contexto geográfico e etnográfico.

A sociedade angolana, sobretudo o extracto que é constituído pelos mais jovens, investe na 'performance' (social?) como instrumento de sobrevivência e de afirmação. É preciso que as instituições governamentais se interessem por entender e respeitar aqueles que fazem hoje o caminho que é o futuro do país. As expressões colectivas devem ser estudadas e 'aproveitadas'. Urge aumentar as linhas de diálogo, por um lado e, por outro, a qualidade do diálogo entre esferas de poder e esferas cívicas.

A sociedade já demanda que a planificação do destino do país seja elaborada para o/ um longo prazo, com pré-estudos, com controlo de qualidade e com a respectiva responsabilização de quem executa tais tarefas. Angola precisa de contar com canais de reivindicação que não passem, sempre, pela manifestação e pela violência. E precisa, igualmente, que a manifestação da ordem e do poder, não passe, sempre ou quase sempre, pela manifestação de um poder violento.

Angola exige e pode em breve estar preparada para uma mais criativa e adaptada democracia participativa.

¹ Ver o filme "Oxalá cresçam pitangas: estórias de Luanda", 2006, de Kiluanje Liberdade & Ondjaki.

² <https://www.instagram.com/10padronizada/?hl=en>

³ <https://www.instagram.com/mbanjedolivro/?hl=en>



Reframed stories: porque reenquadrar as histórias é importante – e urgente

TEXTO DE EDDIE AVILA

FOTOS CEDIDAS PELA RISING VOICES

Desde 2007, a Rising Voices (RV), uma iniciativa de inclusão digital da organização Global Voices, tem apoiado comunidades historicamente sub-representadas que pretendem utilizar o potencial da Internet e dos media digitais para partilhar as suas histórias nos seus próprios termos. Através da formação, mentoria e do apoio na construção de uma rede de trabalho entre comunidades com visões semelhantes, a RV já apoiou mais de 75 comunidades em todo o mundo.

Nos últimos anos, a RV também começou a desenvolver actividades de literacia de imprensa, como forma das comunidades se tor-

narem mais críticas e reflexivas sobre a informação que consomem, criam e partilham. Uma melhor compreensão de como estas comunidades ou as suas preocupações são representadas nos media, incluindo os media tradicionais, independentes e sociais, pode ser um ponto de partida para influenciar as narrativas existentes.

Se questionarmos qualquer comunidade, certamente que terão as suas próprias perspectivas de como são representadas ou como os problemas com os quais se preocupam são enquadrados em todos os tipos de imprensa. A observação e os testemunhos superficiais são válidos, mas podem não contar a história toda.

Acrescentar dados à equação permite-nos olhar para um quadro mais completo sobre a questão da representação, se o foco está na sub-representação ou na representação incorreta. Isso é especialmente importante porque o grau em que as comunidades e as questões que lhes interessam são representadas na imprensa pode determinar se fazem ou não parte da agenda pública.

O projeto *Reframed Stories* da RV procura capacitar as comunidades para que desempenhem um papel mais activo e central na análise da sua própria representação e das questões que lhes interessam nos media num enquadramento local, nacional ou internacional.

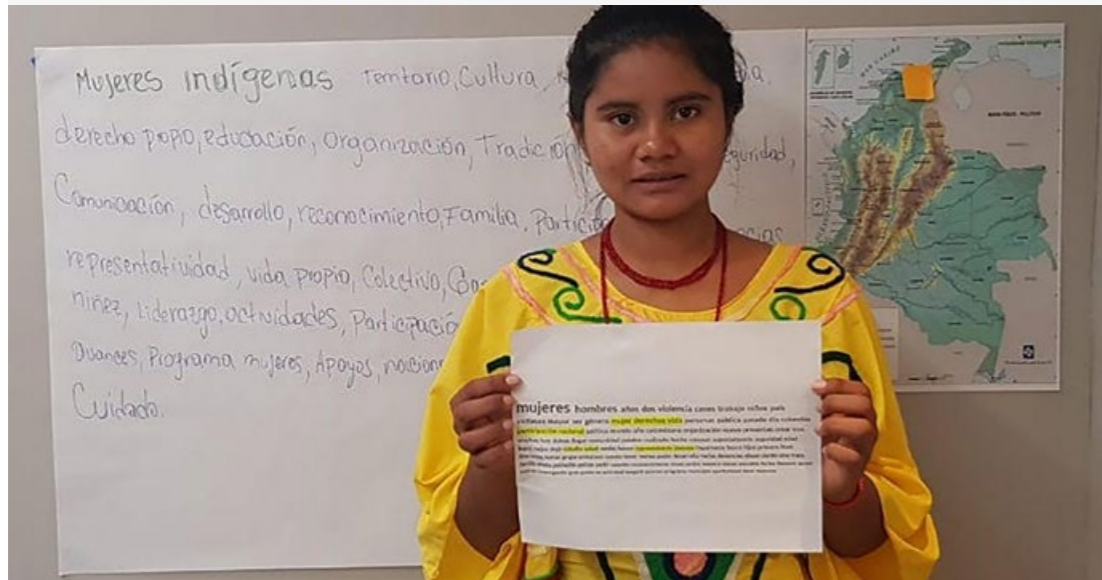
As *nuvens de palavras* geradas através de plataformas como a Media Cloud constituem um recurso de análise que permite observar um conjunto de fontes de imprensa, num período específico de tempo. Os utilizadores podem seleccionar combinações de fontes, com base na geografia e no tipo de media. Os resultados fornecem a indicação de termos relacionados que são usados com maior frequência no conjunto de dados de imprensa obtidos. Os termos que são usados com maior frequência aparecem em tamanho maior. No entanto, talvez tão importante como os termos que aparecem na *nuvens de palavras* são as palavras que não aparecem na *nuvens de palavras*. Quem melhor conhece estas comunidades e as questões que os afectam é

mais rápido a identificar o que os resultados significam e a tirar as primeiras conclusões. O projecto abstém-se de fazer juízos sobre os dados e, em vez disso, procura constituir um ponto de partida para a discussão sobre como podem ajudar as comunidades a moldar sua própria representação nos media, através do digital.

Durante a fase inicial dos projectos, junto com parceiros locais, a RV envolveu-se com comunidades no México, Bolívia, Chile, Colômbia e Equador, incluindo activistas ambientais no Equador, ansiosos para ver como as indústrias extrativas, que têm afectado as paisagens ambientais do país, estavam a ser representadas nos media locais. Também os estudantes universitários *mapuches* no Chile estavam curiosos para saber como é que a sua comunidade indígena estava a ser descrita na imprensa nacional e regional. Feministas na Bolívia, que trabalham para conter as altas taxas de feminicídios no país, procuraram sustentar as suas opiniões de que alguns meios de comunicação pareciam concentrar-se mais no autor do crime do que na vítima.

Dunen Kaneybia Muelas, uma jovem líder arhuaco e secretária técnica da Comissão Nacional para Mulheres Indígenas da Colômbia estudou o termo “indígena” numa recolha de dados de imprensa colombiana durante um dos workshops realizados em Bogotá.

indígenas comunidades pueblos derechos nacional
territorios gobierno autoridades tierras cauca proyecto zona campesinos
colombia trabajo municipio consulta acuerdos departamento resguardo
organizaciones proceso afectadas desarrollo pública líderes armado país dos pasado
conflicto niños deben personas previa años grupos caso desplazamiento especial población
colombiano medio gobernación iniciativa salud representantes denunciaron san presente realizar
situación víctimas ambiental educación mesa vida ministerio región participación afrodescendientes agua
chocó política integrantes cuenta lograr paz programa nuevo tres beneficios corte llegar habitan actividad
hacen empresa norte unidad varias adelantan aseguró manifestaciones permitir territorial étnicas protección minería
defensoría presencia mil apoyo encuentran informe amenazas minga diálogo miembros humanos



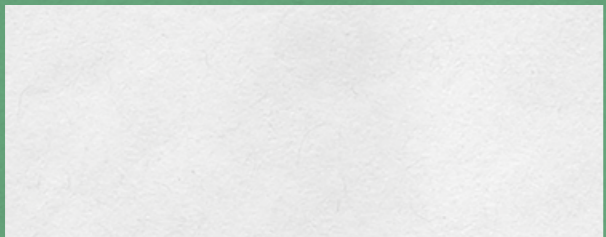
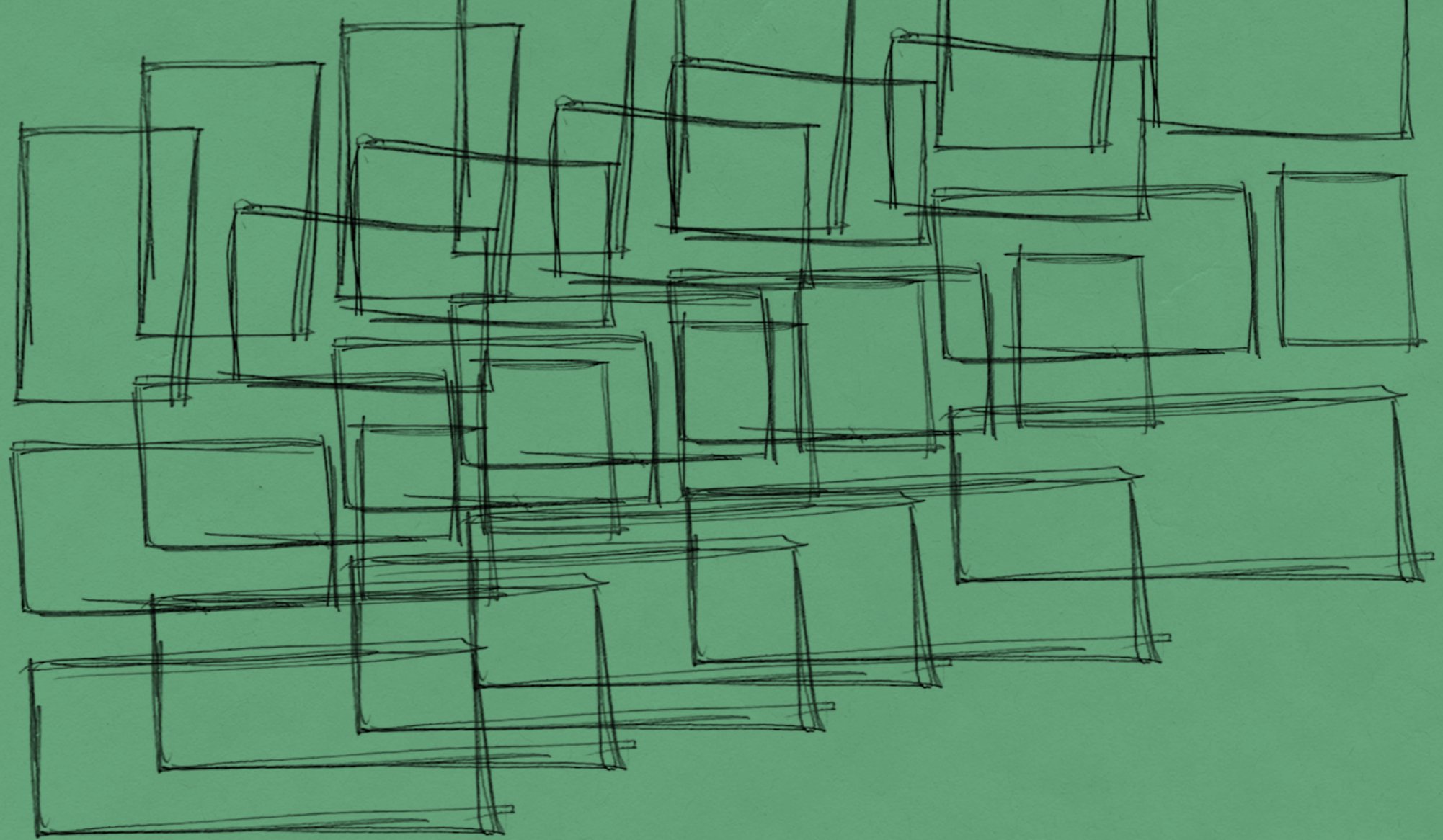
MARBEL INA VANEGAS JUSAYU MOSTRA A NUVEM DE PALAVRAS DO TERMO “MUJERES INDÍGENAS” NO WORKSHOP DE HISTÓRIAS REFORMULADAS EM BOGOTÁ, COLÔMBIA. CAPTURA DE IMAGEM DO VÍDEO DO YOUTUBE PRODUZIDO POR EL CHURO.

Muelas respondeu às descobertas dizendo: “Não concordo com as palavras que aparecem aqui sobre comunidades e povos indígenas, porque sinto que têm uma abordagem económica ao incluírem palavras como ‘projectos’, ‘áreas’ e ‘ambientais’. Acho que as comunidades e povos indígenas são mais do que isso. Esta nuvem de palavras praticamente diz menos de 1% sobre a minha comunidade. Sinto que os povos indígenas não deveriam ser vistos apenas em termos de desenvolvimento. Não podemos ser vistos exclusivamente como projectos. Acredito que a não compreensão das diversas iniciativas levadas a cabo pelos povos indígenas pode ter efeitos nocivos para a nossa permanência nos territórios.”

O projecto Reframed Stories permitiu que cada uma destas comunidades tivesse uma melhor percepção de como as questões que lhes interessam são enquadradas nos meios de comunicação, e, por sua vez, fornecer um ponto de partida para trabalhar no sentido de contrabalançar as narrativas existentes ou introduzir alternativas para o discurso público. Com este conhecimento maior sobre os media, os cidadãos estão mais aptos a procurar respostas às suas curiosidades sobre o mundo à sua volta. Além disso, este sentimento aumentado de agentes pode encorajar o seu envolvimento contínuo no debate cívico tão necessário para influenciar a mudança.

À medida que cada vez mais pessoas conseguem contar as suas próprias histórias em várias plataformas e meios de comunicação, é especialmente importante compreender o estado actual das discussões públicas. Encontrar o lugar de alguém na abundância de informação disponível actualmente pode capacitar os cidadãos a ajudar a contrabalançar narrativas que podem deturpar ou deixar de fora perspectivas importantes, especialmente entre comunidades marginalizadas ou historicamente excluídas.

Ecos
gráficos



JOSÉ SMITH VARGAS

PANFLETOS DA R.U.

E POSTAIS DE UMA DEMOLIÇÃO

A REABILITAÇÃO URBANA ESTÁ...

1. NO DISCURSO POLÍTICO DO GOVERNO
2. NO DEBATE PÚBLICO
3. NO MOU
4. NA REFLEXÃO ACADÉMICA E SETORIAL
5. NO PROPÓSITO DE CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DEDICADAS AO TEMA
6. NA PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA
7. NO GOOGLE

NAS CIRCUNSTÂNCIAS ACTUAIS NINGUÉM JÁ PÕE EM CAUSA A NECESSIDADE OU IMPORTÂNCIA DA REABILITAÇÃO QUER PELA SUA IMPORTÂNCIA SOCIO-ECONÓMICA, QUER PELAS MANIFESTAS VANTAGENS EM TERMOS DE PLANEAMENTO URBANO. DE FACTO ABORDAR O TEMA DA REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO EM 2020, É EM PLENO SURTO DE PANDEMIA, TEM UM ÂMBITO QUE VAI MUITO PARA ALÉM DE QUALQUER REFLEXÃO SOBRE O PAPEL OU AS ESTRATÉGIAS DO FAZER ARQUITECTURAL É HOJE CLARO QUE NÃO É POSSÍVEL PRESSUPOIR COM O ACTUAL PROCESSO LINEAR DE CONSTRUÇÃO, EM QUE OS MATERIAIS USADOS E EXTRAÍDOS FORA, CULPA ORIGEM DE A MEDIA QUE DURANTE MUITOS ANOS SE A MEDIA QUE DURANTE MUITOS ANOS SE A MEDIA QUE DURANTE MUITOS ANOS...

ARTIGO DE JOSÉ MANUEL PEDREIRAS NO PÚBLICO IMOBILIÁRIO

ESTE É UM MANIFESTO EM FORMA DE EDIFÍCIO POR UMA REABILITAÇÃO EFECTIVA E SUSTENTÁVEL NOS NOSSOS BARRIOS. RESISTE SOBRE AS FORTIFICAÇÕES REAIS DA REABILITAÇÃO CONTEMPORÂNEA E SEU SUPLENTE DO ANTI-PROBLEMA DE ALTA DENSIDADE DE ALTA PRECÃO. É UM MANIFESTO PARA O FUTURO.

MAS APESAR DE TODOS OS INCENTIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À R.U. SUSTENTÁVEL E PARTICIPATIVA, NEM TODOS OS CASOS SÃO ELEGÍVEIS PARA ESTE NOVO PARADIGMA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

“ SANTA FILOMENA, AMADORA... ”



BAIRRO AUTOCONSTRUÍDO PERTO DO LENTRO QUE VIU OS SEUS TERRENOS VALORIZADOS DEVIDO À CONSTRUÇÃO DE NOVOS ACESSOS.



COMEÇARAM A CONSTRUIR ESTRADAS COM PALMEIRAS. PARECIA A CALIFÓRNIA.



NELE VIVIAM MAIORITARIAMENTE CABO VERDIANOS E PESSOAS DO NORTE DE PORTUGAL

O PER* NÃO FEZ ESTUDOS NENHUNS. PEGAM NUMA COMUNIDADE E BETALHAM À TESOURA.



SEM QUERER SABER QUE RELAÇÕES TEM, ONDE TRABALHAM, ETC.

* PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO



OS QUE CRESCEMOS LÁ TINHAMOS DE ATRAVESSAR SEARAS DE TRIGO PARA IR À ESCOLA.



ESSAS SEARAS HOJE SÃO URBANIZAÇÕES DE LUXO

O PDM FOI ALTERADO E ESSES TERRENOS AGRÍCOLAS PASSARAM A SER URBANOS.



A FORMA COMO O BAIRRO ESTAVA ORGANIZADO É MUITO ESPECÍFICA. FORMADA POR LAÇOS DE ENTREAJUDA

Ó TONI DA FLORZINHA!

É A PRÓPRIA COMUNIDADE QUE EDUCA AS CRIANÇAS QUE VIVEM MUITO A RUA MAS NÃO ESTÃO SOZINHAS.

A CÂMARA OU O GOVERNO NUNCA TIVERAM ESSA SENSIBILIDADE. USAM GOLPES BAIXOS. ALEGAM QUE QUEM NÃO FEZ O REGÍSTO NÃO TEM DIREITO A NADA. PÕE UMAS PESSOAS CONTRA AS OUTRAS.

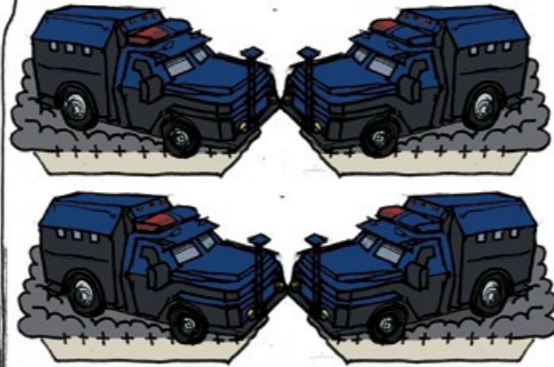
JOSÉ SMITH VARGAS

SECCIONARAM COM O OBJECTIVO DE QUEBRAR A FORÇA QUE AS PESSOAS PODIAM TER PARA REPELIR A AGRESSÃO. OS NÃO-PER VIERAM EM ÚLTIMO LUGAR, DEPOIS DE TEREM HIPÓTESE SEQUER DE SE REGISTAR NO PER. E ESSES EM REGRA TÊM UMA SITUAÇÃO MAIS PRECÁRIA, PORQUE NÃO TÊM AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA. TÊM TRABALHOS MAIS PRECÁRIOS E MENOS PODER REINVIDICATIVO. QUANDO ATACARAM OS NÃO-PER OS PER FICARAM CONFORTÁVEIS, NÃO ERA COM ELAS. AMEAÇARAM QUE CHAMARIAM IMEDIATAMENTE O SEF PARA FAZER DEPORTAÇÕES. ALGUMAS FAMÍLIAS COM MEDO ABANDONARAM AS CASAS. ASSIM COMEÇARAM AS PRIMEIRAS DEMOLIÇÕES. E PUDEAM DIZER QUE O PROCESSO ESTAVA A AVANÇAR.

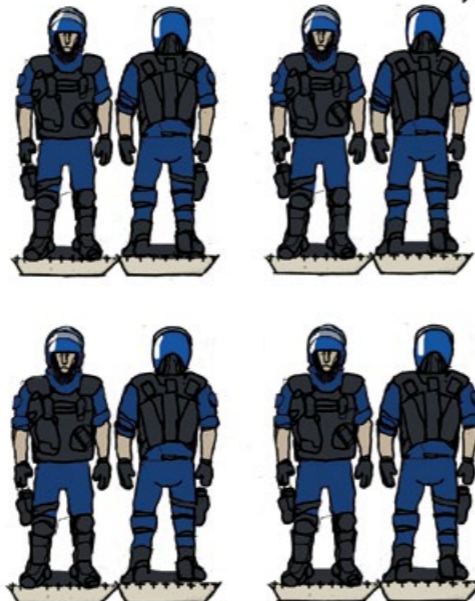


Foi um processo de DESUMANIZAÇÃO DESSAS PESSOAS PARA COLHER A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE O QUE ESTAVAM A FAZER. VIMOS TITULARES DA CÂMARA COM ALGUMA RESPONSABILIDADE, DIZER QUE NÃO IAM CONSTRUIR MAIS BAIROS SOCIAIS PORQUE SÓ DÃO PROBLEMAS. COM ESSA DESUMANIZAÇÃO A CÂMARA CONSEGUIU LAVAR AS MÃOS DE UM REALOJAMENTO CONDIGNO. PORQUE NINGUÉM SE IMPORTA QUE SUB-HUMANOS NÃO SEJAM TRATADOS CONDIGNAMENTE.

DEPOIS, MAIS TARDE, CERCARAM O BAIRRO DURANTE TRÊS DIAS COM BLINDADOS QUE TINHAM COMPRADO PARA A CIMEIRA DA NATO EM 2010. COMO JA' NÃO SERVIAM PARA NADA, DERAM-LHES USO ASSIM.



BLINDADOS DE GUERRA PARA CERCAR FAMÍLIAS NAS SUAS CASAS



OS TERRENOS TINHAM SIDO VENDIDOS DEZ ANOS, POR MILHÕES, A UM FUNDO IMOBILIÁRIO LIGADO AO MILLENIUM BCP. AS CONSTRUTORAS POR TRÁS DESSA COMPRA TERIAM DE CERTeza UMA GARANTIA DE QUE O BAIRRO IA "DESAPARECER".



AS PESSOAS MAIS ANTIGAS VIERAM NOS ANOS 70, SÃO IDOSAS. TRABALHARAM MAIORITARIAMENTE NA CONSTRUÇÃO CIVIL. TRABALHOS DURES. NÃO CONHEÇO UMA DESSAS PESSOAS QUE NÃO ESTEJA DOENTE.



COM PROBLEMAS PULMONARES, DE COLUNA, OSSOS
PROBLEMAS LIGADOS AS ACTIVIDADES QUE FIZERAM

PÁGS 2 | 3 | 4 1/2 VOZ DE JOSÉ SEMEDO FERNANDES

REVITALIZAR

ESTRUTURAR

CONSERVAR

REUTILIZAR

INCLUIR

VALORIZAR

DE VOLTA AOS PANFLETOS EIS ALGUMAS DAS PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES PARA O RECURSO DAS ENTIDADES PUBLICAS AOS PROGRAMAS DE R.U.

- DEFINIR ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO
- REABILITAR TECIDOS URBANOS DEGRADADOS OU EM DEGRADAÇÃO
- ESTIMULAR PRIVADOS A REABILITAR O SEU PATRIMÓNIO.
- MAS ACIMA DE TUDO ACEDER AOS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO EM MATÉRIA DE R.U. (PEDU, PARU, IFRRU, EBF)

José Vargas 21

Escaparate

O Tempo da Revolta



Donatella
di Cesare
*Edições 70, 2021,
Lisboa*

ANA LUÍSA SILVA

No ano da pandemia, marcado por episódios de repressão sistemática do espaço público e da sociedade civil um pouco por todo o mundo em nome da saúde pública, a filósofa italiana Donatella di Cesare escolheu escrever um pequeno livro sobre a revolta, publicado em Portugal pelas Edições 70, em janeiro de 2021. *O Tempo da Revolta* é um belíssimo

ensaio para refletir sobre um conceito muito menos presente no debate político-filosófico do que o conceito de revolução, mas não menos importante e pleno de significado.

O livro começa por fazer um paralelo ao mesmo tempo improvável e óbvio sobre um dos episódios mais marcantes de 2020: a morte de George Floyd às mãos de um agente da polícia do Estado de Mineápolis, nos Estados Unidos da América. O episódio tornou-se mediático não só por ser mais um doloroso episódio na história recente de repressão e violência racial da polícia norte-americana, mas também devido ao impacto causado pelas últimas palavras proferidas pela vítima: “I can’t breathe” (“Não consigo respirar”). Di Cesare observa que estas palavras “assumiram um valor emblemático graças a uma coincidência não casual, revelada pelo secreto sincronismo da História. Aquela morte terrível não foi efeito do biovírus que nos impede de respirar, mas obra de um abuso racista perpetrado com técnica policial. De súbito, a respiração surgiu em todo o seu significado existencial e político” (p.12). Aquele que se tornou

o hino da revolta durante o ano em que um vírus que afeta principalmente o sistema respiratório abalou o mundo não esteve relacionado com o vírus em si, mas com a asfixia dos mais vulneráveis, das minorias, das comunidades periféricas, que sofrem diariamente a opressão do capitalismo globalizado, seio de desigualdades cada vez maiores e mais evidentes.

Di Cesare tem trabalhado nos últimos anos vários temas ligados aos desafios políticos e éticos da globalização, nomeadamente as migrações. À semelhança de pensadores críticos da área das Relações Internacionais, a autora observa que o atual sistema capitalista, assente na globalização, se expande num contexto internacional ainda organizado em torno da centralidade dos Estados, mas em que os Estados já não são os únicos atores de relevo nem de legitimidade. A revolta, que di Cesare situa na história, na filosofia e na ciência política, não é fácil de se situar nesta arena de várias legitimidades que se confrontam entre si. Afinal, a revolta tem raízes no protesto individual, sendo muitas vezes ligada ao anarquismo e ao protesto violento. Não tem o carisma

da revolução, o verdadeiro processo que leva à mudança social, vista geralmente através de um prisma positivo. Mas seria um erro não olhar para os muitos momentos de revolta do século XXI, das “primaveras árabes aos Indignados, do Occupy ao Parque Gezi, do Black Lives Matter às mulheres de Kobane, a NiUnaMenos – múltiplos, variados, mas inegavelmente intensos” (p.73), como uma manifestação de um sistema doente, desequilibrado na distribuição de recursos e de poder. E apesar das diferenças entre as diversas revoltas e manifestações de descontentamento que acontecem um pouco por todo o mundo, há fios condutores que é importante identificar – e é este o (ambicioso) objetivo deste ensaio.

A opressão do espaço cívico mostra sinais preocupantes de agravamento: o último relatório Civicus Monitor, elaborado pela Aliança Civicus, regista um declínio significativo na percentagem de pessoas que vive em países com um espaço cívico classificado como aberto ou restrito (de 17,6% em 2019 para 12,7% em 2020). Episódios mais recentes (já em 2021), como a viragem anti-demo-

crática em Mianmar ou a repressão das manifestações contra as políticas económicas do governo da Colômbia, são exemplos sangrentos e representativos de uma realidade cada vez frequente. No entanto, esta realidade também é feita de episódios pacíficos, mas imponentes, como as recentes manifestações contra o governo de Jair Bolsonaro, no Brasil. A revolta é apenas uma das facetas da sociedade civil em ação, mas é hoje em dia uma faceta importante que as reflexões de Donatella di Cesare nos podem ajudar a navegar a realidade, enquanto pensamos sobre espaço cívico, transformação e mudança social.

África em transformação, desenvolvimento económico na era da dúvida



Carlos Lopes
2020, *Tinta da China*, Lisboa.

CARLOS SANGREMAN

O autor é um economista da Guiné-Bissau, com uma carreira em altos cargos na ONU, professor na Universidade do Cabo, África do Sul e visitante em Sciences Po, em Paris. É autor de duas dezenas de livros e múltiplos artigos. Na presente obra, escrita antes da pandemia, o autor procura

apresentar aquilo que considera serem oito desafios para transformação de África como um todo, no panorama económico internacional, desenvolvendo a evolução de uma aliança com a China que considera ser o caminho mais possível para esse processo, apesar da distância cultural e linguística entre essas duas zonas do mundo. Desenvolve igualmente a ideia de que a economia azul – mar, rios e ecossistemas respetivos – pode potenciar processos de criação de valor acrescentado em vários países africanos não distinguindo o Norte de África árabe da África subsaariana. Esses oito desafios são (pág.17): mudar as políticas, respeitar a diversidade, compreender o espaço político, fazer a transformação estrutural através da industrialização, aumentar a produtividade agrícola, rever o contrato social, adaptar as economias às alterações climáticas e assumir protagonismo nas relações com a China.

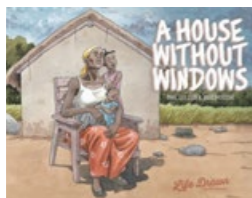
Se procurarmos a opinião do autor sobre o espaço cívico e o seu papel na transformação que preconiza podemos começar por verificar que o ponto de partida é a consideração do período colonial ter demarcado a identidade social dos territórios que se

tornariam Estados, em espaço público cívico e o espaço público primordial (Ekeh, 1975) que articula com a análise do Estado Central e do Estado Local de Mamdani (1996). A evolução da construção dos Estados pós-coloniais leva a um espaço cívico ligado ao público primordial e ao Estado local, com alguma rivalidade entre ambas as categorizações no acesso às populações. A partir da falência das políticas económicas e sociais impostas aos países que dependiam do FMI e do BM – seja diretamente seja pelo peso que as análises destas instituições tinham nas decisões de outros – como resposta à crise da dívida e ao período de políticas de ajustamento de estabilização e estrutural, o espaço cívico local alargou-se e o espaço público central diminuiu. A mensagem que essas políticas passaram foi de que os Estados centrais dos novos países não eram nem independentes nem capazes de proporcionar o bem-estar que as independências prometiam, pelo que as organizações que compunham o espaço cívico seriam o ator social adequado para a evolução em direção a objetivos de desenvolvimento que vieram em 2000 a sistematizar-se nos ODM e depois nos ODS.

O alargamento do espaço cívico – acelerado com a impressionante facilidade de comunicar e aceder a informação que a net e os telemóveis trouxeram – não resolveu os problemas estruturais das economias e das sociedades africanas, que se foram mantendo em posição de fornecedores de bens com pouco valor acrescentado à medida que os indicadores sociais melhoravam e as populações diversificavam o consumo com bens de muitas origens, mas pouco africanas. O autor não se detém no papel futuro das organizações deste espaço antes optando por defender que africa não vai longe se não se industrializar a partir da sua agricultura e doutros recursos como a pesca e os minérios. Pensamos que está pouco abordada a ideia que esse caminho vai afrontar os interesses da indústria agroalimentar de outras zonas do mundo, que dificultarão de todas as maneiras esse processo ou se apropriarão dele por via do IDE em capital e tecnologia com que os países africanos dificilmente competirão (apesar de referir como exemplo o protecionismo à agricultura que faz a União Europeia)

A atitude de fundo do autor é a de alguém que recusa ver o copo meio cheio ou meio vazio, mas escolhe ver meio cheio e meio vazio. Ou seja, a realidade tem sempre aspetos negativos e positivos e só se compreende tendo dados e perceções sobre os dois, e não privilegiando um ou outro. Por isso o autor procura referir dados e trabalhos de outros autores e instituições com um predomínio de autores africanos que é muito útil pois é raro em obras de europeus ou norte americanos. É um livro que vale a pena ler por colocar claramente alguns dos dilemas que os países africanos defrontam – uns antigos outros novos – para evitarem tornarem-se o parente pobre do mundo. E as questões que a pandemia mostrou e agravou juntamente com a falência do state building que o processo do Afeganistão pôs a nu, ganham em ser pensados tendo presente as reflexões e propostas de Carlos Lopes.

Abre a janela.



A House Without Windows, de Marc Ellison e Didier Kassaï (Humanoids, 2021)

PEDRO MOURA

Quando se escrevem coisas como “A República Centro-Africana é o pior país para se ser criança no planeta”, há algo que funciona como um adágio, fazendo brilharete em estatística mas revelando quase nenhuma vida em si mesmo. É preciso não ficarmos somente pela rama, não ter medo de perguntarmos algo que faça vibrar as pessoas dessa realidade e as suas vozes. A um só tempo lúdico e lúcido, o artista e autor de banda desenhada da República Centro-Africana Didier Kassaï havia-nos tecido, com *Tempête sur Bangui*, uma auto-ficção plenamente consolidada na sua própria experiência da guerra civil e dos escolhos sentidos, mas ao mesmo tempo na das resistências e pequenas

vitórias, na sua nação. Com ele, regressamos ao país, desta feita na qualidade de repórter gráfico, acompanhando o trabalho jornalístico, textual e fotográfico, do britânico Marc Ellison, repórter para canais internacionais como a BBC ou a Al Jazeera.

Este pequeno livro oblongo constitui-se enquanto documentário, focado exclusivamente nas crianças da República Centro-Africana, de certo modo afastadas daquela série semi-ficcional do artista. Apanhadas pelos conflitos que desde 2013 interromperam as suas infâncias e os obrigam a toda uma vida de medo e soluções rápidas de sobrevivência, espraia-se aqui a vida nas ruas de Bangui, ou em campos de refugiados, ou ainda na miserável indústria mineira de diamantes, que destrói culturas, vidas, biomas. Casos de exceção, reserva-se a fuga constante, toda a espécie de biscates, as mais das vezes perigosos e ilegais e mortíferos, se não mesmo abjectos. E a abjecção espreita sempre ao virar da esquina. Entre as forças dos Seleka ou dos Anti-Balaka, a violência não é um espectro, é a condição. A falta de segurança, a certeza da fome, a pobreza eterna são os pilares destas vidas, apesar dos pequenos esforços de certas instituições, locais

ou internacionais, em criar refúgios e espaços de salvação, dos corpos e das almas, neste país que os abandona órfãos, não apenas de pais, mas de quase toda a dignidade humana.

O livro devolve-a, ao endereçar directamente as perguntas, nomeado cada um dos entrevistados, tomando tempo em permitir que eles mesmos se construam textual e visualmente na tessitura deste livro. Acima de tudo, não se permite que ninguém surja como que diluído em estatísticas somente, mas ganhe contornos bem moldados e salientes de pessoas, com os seus elementos internos e dialogantes. Não se pretende aqui criar grandes contextualizações sócio-políticas ou históricas, nem ancorar curvas de desenvolvimento (ou catástrofe) em comparações macro-económicas. Estamos no rés-do-chão, a olhar as pessoas nos olhos, a testemunhar as suas vidas.

A House Without Windows – jogando precisamente com a ideia de ser um país cujo olhar externo não se coalesce numa atenção mais firme – apresenta pequenas sequências de banda desenhada, debuxadas mais livre e esquematicamente, dramatizando os encontros dos jornalistas com os seus interlocutores, das crianças elas mesmos aos professores

das escolas-refúgio e médicos no terreno (sendo este um projecto co-financiado pelos Médicos Sem Fronteiras), ou mesmo encenando alguns dos episódios sofridos pelos protagonistas. Retratos abundam, quer dos sketches de Kassaï, mais duradouros, calmos e em aguarelas detalhadas e cuidadas, quer das fotografias de Ellison, assim como os códigos QR para aceder a vídeos em 360º das desoladas paisagens visitadas por ambos.

Tal como outros artistas-repórteres (penso sobretudo em Edmond Baudoin e Troub's), também este duo parece ter como fito, mesmo que não de modo explícito, inquirir sobre os sonhos e esperanças destes jovens. Talvez o que afirmo revele mais da minha contortável bonomia burguesa do que outra coisa, mas não deixa de ser desarmante a candura com que se alimentam esperanças não apenas de sobrevivência, mas de realização pessoal e futura, no seio destas paragens violentadas por anos de conflitos cuja solução se nos depara como avassaladora, se não mesmo impossível de conceber. Mas no entretanto, escancaram-se as janelas para que possamos também ver, e esperar que a ventania da atenção leve a alguma acção.

Conselho Editorial

ALEXANDRE ABREU

Economista, licenciado e mestre pelo ISEG (ULisboa) e doutorado pela SOAS (U. Londres). É professor no ISEG, faz parte da coordenação do Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento e integra a direção do CEsa - Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento. Foi ODI Fellow em Timor-Leste (2013-15), assessor do Ministério das Finanças de Timor-Leste (2015-16) e consultor do Secretariado do G7+ (2016-18).

ANA FILIPA OLIVEIRA

Trabalha na ACEP, desde 2009, onde desenvolve projectos na área da comunicação, advocacia e direitos humanos. É responsável pela elaboração dos recentes relatórios *AidWatch*, em Portugal. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, é licenciada em Jornalismo pela Universidade de Coimbra.

CARLOS SANGREMAN

Licenciado em Economia no ISEG e doutorado em Estudos Africanos no ISCTE. Professor aposentado na Universidade de Aveiro e investigador e dirigente do CEsa – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Tem desenvolvido consultoria internacional nos PALOP e Timor-Leste. Foi assessor para a cooperação do MTSSS (1998/03). É autor de artigos e livros sobre as temáticas do desenvolvimento.

FÁTIMA PROENÇA

Directora da ACEP, intervéem desde a década de 80 na cooperação não governamental, nomeadamente com instituições guineenses, tendo coordenado a Rede de Solidariedade com a Guiné-Bissau durante o conflito de 1998/99. Tem dinamizado processos de investigação/acção em África e de advocacia na sociedade portuguesa, em colaboração com pessoas e organizações da sociedade civil europeias e africanas.

MARIA HERMÍNIA CABRAL

Licenciada em Economia e mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, com experiência em políticas, programas e projectos de desenvolvimento, quadro da Fundação Calouste Gulbenkian desde 2005, é directora do Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento, desde 2012.

Conselho Consultivo

ALAIN CORBEL

Nasceu na Bretanha, onde foi trabalhador agrícola por algum tempo. Escreveu e ilustrou dezenas de livros, principalmente em França e Portugal. Colabora regularmente com a ACEP, bem como outras ONG africanas para as quais organiza oficinas de Ilustração. É professor de Ilustração no *Maryland Institute of Art College* em Baltimore (EUA). alaincorbel-cos.blogspot.com / noticiasdoquelele.blogspot.com

ANTÓNIO TOMÁS

Doutorado em Antropologia pela *Columbia University*. É coordenador do programa de Mestrado em Urbanismo do Sul do *African Centre for Cities University of Cape Town*. É ainda colunista no *Público*.

CONCEIÇÃO LIMA

Nasceu em 1961 em Santana, São Tomé e Príncipe. É jornalista e poetisa. A trabalhar presentemente na TVS, foi jornalista e produtora dos Serviços de Língua Portuguesa da BBC, em Londres. É licenciada em Estudos Africanos, Portugueses

e Brasileiros pelo *King's College* de Londres e possui o grau de mestre em Estudos Africanos, pela *School of Oriental and African Studies*, de Londres. Pela Editorial Caminho, publicou *O Útero da Casa* (2004), *A Dolorosa Raiz do Micondó*, (2006) e *O País de Akendenguê* (2011).

CARMELIZA ROSÁRIO

Investigadora, com especialização no domínio da pobreza e desenvolvimento social em Moçambique. Tem conduzido pesquisa em diversos sectores sociais, incluindo saúde, educação, bem como impacto da infraestrutura no bem-estar social. A sua pesquisa presta particular atenção à representação e ao desenvolvimento económico e social, e direitos de grupos vulneráveis, incluindo mulheres, pessoas com deficiência e idosos.

GERALDO MARTINS

Foi Ministro da Educação (2001/03) e da Economia e Finanças (2014/16) da Guiné-Bissau, e quadro do Banco mundial. Autor e coautor de estudos sobre ajustamento estrutural, sectores sociais,

educação, demografia, é licenciado em química-física (Univ. Moldávia) e em Direito (Univ. Direito de Bissau), e mestre em Gestão e Políticas Públicas pela Universidade de Londres, com pós-graduação em Economia pela mesma instituição.

LEÃO LOPES

Artista plástico e docente caboverdiano. Fundador do M_EIA, Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, é doutorado em Letras pela Universidade de Rennes II, França. Tem participado na promoção do ensino artístico em Cabo Verde, como autor de programas e planos curriculares do ensino secundário e superior. A sua actividade estende-se à concepção e coordenação de programas de desenvolvimento de comunidades rurais, como membro e Presidente da ONG Atelier Mar.

MARIA ELEONORA RABÉLLO

Licenciada em Filosofia pela Universidade Católica de Salvador (Brasil). Foi assessora de movimentos sociais de base pelo Centro de

Estudos e Ação Social. Em 1994, é convidada a fundar o CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes, actuando como educadora e gestora de projectos pela protecção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Nos três últimos anos no CRIA, coordena o Projecto *Corra pro Abraço*, proposta de atenção e promoção de direitos das populações em situação de rua.

LIVIA APA

Nasceu em Nápoles. É investigadora, com trabalho na área dos estudos culturais dos países de língua oficial portuguesa. É também tradutora, tendo publicado em italiano, entre outros, Mia Couto, Ondjaki, Ruy Duarte de Carvalho, Mário Cesariny, Ana Luísa Amaral, Ana Paula Tavares. Faz parte da direcção do *Archivio Memorie Migranti* de Roma. Colabora com a revista *Gli Asini* de Roma.

MARIA MANUEL MOTA

Cientista portuguesa, doutorou-se na *University College* de Londres (1998) e fez pós-doutoramento na *New York University Medical Center* (2001), onde também leccionou.

Desenvolve estudos sobre a malária no Instituto Gulbenkian de Ciência. Em 2004, ficou entre os 25 jovens cientistas galardoados com *European Young Investigator Award* e, em 2013, foi laureada com o Prémio Pessoa.

MARINA COSTA LOBO

É investigadora do Instituto de Ciências Sociais (ICS/ULisboa), onde desenvolve trabalhos na área das instituições e comportamentos políticos dos portugueses em perspectiva comparada. É coordenadora do Observatório da Qualidade da Democracia no ICS e Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados.

MÁRIO SILVA

É sociólogo, professor e pesquisador do departamento de sociologia do IFCH-UNICAMP. Autor do livro *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura marginal no Brasil* (1960-2000), publicado pela Aeroplano Editora, em 2013. Ganhou o Prémio do Centro de Estudos Sociais da Universidade Coimbra, para Jovens Cientistas Sociais em Língua Portuguesa.

MÓNICA COSTA

Professora e investigadora na *University of South Australia* (Uni-SA), tem trabalhado as questões de género e os orçamentos sensíveis ao género, incluindo trabalho de terreno na Indonésia e Timor-Leste.

JOÃO SIMÃO

Doutorado em Gestão e docente na Universidade Aberta, onde lecciona e orienta teses nas áreas do desenvolvimento sustentável (políticas e ideologias), ética e responsabilidade social empresarial, pensamento crítico em gestão e desenvolvimento turístico sustentável, que são as suas áreas de interesse académico. É ainda membro do CAPP- Centro de Administração e Políticas Públicas.

PAULA BARROS

Licenciada em Relações Internacionais, trabalha no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento há cerca de 20 anos e tem experiência nas áreas da elaboração, coordenação e execução de programas e projectos, planeamento e programação, representação e ne-

gociações internacionais no quadro da União Europeia, Nações Unidas, OCDE, CPLP e Ibero-Americana. Possui formações na área da gestão do ciclo do projecto, de gestão pública e de inovação nos serviços públicos.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

É Professor Associado de Ciências Políticas na Universidade de Oxford e autor de *Oil and Politics in the Gulf of Guinea* (2007) e *Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War* (2015).

RUI MIGUEL SANTOS

Vice-Presidente da CESO, *Visiting Professor* na *Maastricht School of Management* e Colégio da Europa, formador do Conselho da Europa em matérias ligadas à gestão de projectos de promoção dos Direitos Humanos, autor do livro “Gestão do Ciclo de Projectos de Desenvolvimento” e co-autor do “Manual de Procurement Internacional”, trabalha em cooperação para o desenvolvimento há mais de 25 anos, de África à Europa Central e de Leste, passando pela América Latina e Caraíbas.

SOFIA SANTOS

É Secretária Geral do *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal. Foi directora executiva do *Sustainability Knowledge Lab* do INDEG-ISCTE e fundou duas consultoras - a *Sustentare* e a *SystemicSphere*. É autora de *A Banca em Portugal e a Economia Verde* (2012), *A Banca tem Coração? As novas práticas de gestão necessárias para os bancos do futuro* (2015) e *Introdução à Economia Verde* (2016).

Curadoria de BD

PEDRO MOURA

É crítico e investigador de banda desenhada, escrevendo sobretudo nos blogues *www.lerbd.blogspot.com* e *www.yellowfastandcrumble.wordpress.com*. O seu primeiro livro de banda desenhada, *Os Regressos*, em co-autoria e desenhos de Marta Teives, foi publicado recentemente pela Polvo.

Criação Gráfica

ANA GRAVE

Porto e Gaia, cidades de infância. Estas, Aveiro, Genebra e Barcelona, cidades escola. Portugal, agora, casa-design (gráfico, o preferido). www.anagrave.com

Ficha técnica

Conselho Editorial

Alexandre Abreu
Ana Filipa Oliveira
Carlos Sangreman
Fátima Proença
Maria Hermínia Cabral

Conselho Consultivo

Alain Corbel
António Tomás
Conceição Lima
Carmeliza Rosário
Geraldo Martins
Leão Lopes
Maria Eleonora Rabêllo
Livia Apa
Maria Manuel Mota
Marina Costa Lobo
Mário Silva
Mónica Costa
João Simão
Paula Barros
Ricardo Soares de Oliveira
Rui Miguel Santos
Sofia Santos

Foto da capa

Alessandra Cutolo e
Companhia Women
Crossing

Concepção gráfica

Ana Grave

Periodicidade

Revista Semestral

ISSN

2184-1926

Promotores

ACEP - Associação para
a Cooperação Entre os
Povos
CEsA - Centro de Estudos
sobre África e Desenvol-
vimento

Apoios

Esta publicação é financia-
da pelo Camões - Instituto
da Cooperação e da Língua
e pela FCT – Fundação
para a Ciência e a Tecno-
logia, I.P., no âmbito do
projeto Estratégico UID/
SOC/04521/2013.

Disclaimer

O conteúdo desta publica-
ção é da responsabilidade
exclusiva dos promotores
e autores e em nenhum
caso pode considerar-se
como reflectindo o ponto
de vista dos financiadores.

Numa era de múltiplos desafios, da escala local à escala global, “Mundo Crítico – Revista de desenvolvimento e cooperação” quer responder à necessidade de debate entre actores sociais públicos e privados, de maior ou menor dimensão, de âmbito geográfico ou temático, com um empenhamento crítico, persistente e dialogante. Procura suscitar diálogos improváveis entre texto e imagem, entre arte e ciência, entre académicos, artistas, técnicos, entre pessoas que falam português em diferentes espaços geográficos ou culturais. O debate pretende-se abrangente, com especial enfoque nas transformações sociais, económicas ou políticas em curso no mundo de que fazemos parte.

A linha de orientação deste espaço tem por base uma visão do desenvolvimento como acção social multidisciplinar e de complementaridade entre diversos intervenientes, individuais e colectivos. Considera que a cooperação entre povos é um dos pilares sobre o qual se pode construir uma visão comum dos direitos humanos, do bem estar e do progresso da humanidade, hoje e de futuras gerações.

Uma revista de pensamento crítico para reflectir e agir.

uma iniciativa

acep

ceia CENTRO DE ESTUDOS SOBRE
ÁFRICA E DESENVOLVIMENTO
ISEP - UNIVERSIDADE DE LISBOA

apoios

CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LINGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES ESTRANGEIRAS

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia